

ISSN 1980-1742

Revista
Santa Rita

Ano 02 - Número 04 - Primavera de 2007

copyright by autores
todos os direitos desta edição estão reservados

Revista Santa Rita

Ano 02, número 04, primavera de 2007

ISSN 1980-1742

Ficha Técnica

Diretor Geral da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Santa Rita de Cássia	Anunciato Storopoli Neto
Diretor Acadêmico	Roberto Pepi Contieri
Conselho Editorial	Eduardo Satochi Uchida Eleandro T. Monteiro Fábio Campos de Aquino José Ap. dos Santos Luiz Carlos Magno Noeli Mercedes Mussolini Rosiley Ap. Teixeira Souto Taís Cecília dos Santos Lima Vicente de Paula Rodrigues Maggio
Corpo Editorial	Adriano de Alencar Matos Barbosa José Paulo Mazocolo Luciane Alves Santos Luís Donisete da Silva Fernandes Manoel Matias Fausto Rafael Anunciato Neto
Editor	Ricardo Meirelles
Revisão	Luciane Alves Santos
Projeto e Editoração	Torre de Pedra Editoração Eletrônica torredepedra@gmail.com
Capa	Abaporu, de Tarsila do Amaral, 1928

Revista Santa Rita
www.santarita.br
revistasantarita@gmail.com

Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas
Santa Rita de Cássia

Unidade Jaçanã: Avenida Jaçanã, 648
Jaçanã – São Paulo – SP – CEP 02273 001
Telefone (11) 6241 0777

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

Entre a Técnica e a Transcendência

Ricardo Meirelles



Capa

Tela conhecida como "Abaporu" da pintora paulista Tarsila do Amaral pintada em 1928. Tarsila é uma das mais importantes artistas brasileiras contemporâneas; junto com Oswald de Andrade, Mario de Andrade, Anita Malfatti e Menotti del Picchia funda o Grupo dos Cinco, milícia artística que organiza e promove, junto com outros, a Semana de Arte Moderna, em 1922, e inaugura o Movimento Modernista Brasileiro; a pintora paulista passou anos na Europa estudando arte e foi influenciada por Picasso e Léger, de quem absoveu a técnica cubista, sendo uma das suas principais representantes no Brasil. Concebido sob forte influência cubista, o quadro "Abaporu" (antropófago, ou "comedor de gente" em tupi-guarani) foi um presente de aniversário dado por Tarsila a seu marido Oswald, em 1928, que, a partir dele, inaugurou a fase Antropofágica do Movimento Modernista, escrevendo o Manifesto Antropofágico e fundando a Revista de Antropofagia; é o quadro brasileiro mais valorizado financeiramente e atualmente está na Argentina, no Museu de Arte Latinoamericano de Buenos Aires.

Mais do que em qualquer outra época, hoje em dia o conhecimento se questiona em sua questão mais fundamental e mais antiga, que trata da sua própria razão de existência: para que serve o conhecimento? E mais do que nunca, uma resposta ribomba gravemente: conhecimento é poder!

Também é uma tendência do momento dizer que o papel social do professor deixará de ser aquele de instrutor ou lecionador, para uma posição de organizador do conhecimento e seu disseminador; como todo o resto, isso pode ser bom e pode ser ruim, tendo em vista a desvalorização do poder de influência do professor: por um lado, promove uma relação de nível igualitário e democrático, renovando o papel do educador, por outro lado, propondo uma nova forma de relação social na educação.

Todo conhecimento produzido pela humanidade deve, essencialmente, ser concebido, por mais que seja de uma maneira perversa ou oblíqua, no sentido de tornar melhor essa mesma humanidade, ou então não terá sentido algum. A promoção, produção, disseminação e divulgação do conhecimento são tarefas fundamentais do professor, seja ele um lecionador ou um organizador, visto que, se não houver interação entre o conhecimento produzido e a sociedade que o contém, de nada vale esse conhecimento, que por sua vez, é impossibilitado de se realizar de fato.

Perguntar para que serve o conhecimento possibilita muitas respostas; entre elas, duas que se completam: o conhecimento serve para a humanidade ter mais poder sobre a natureza e o conhecimento serve para a humanidade ter mais poder sobre si mesma; nesses dois sentidos, entre a técnica e a transcendência, o conhecimento é multiplicado e estendido incomensuravelmente, para além do infinito e da eternidade, como o maior advento da humanidade.

Pode ser que, de fato, como afirmam alguns, não há um subdesenvolvimento do conhecimento e sim uma subadministração do conhecimento e de nossas potencialidades, que não consegue realizá-lo e torná-lo eficaz e eficiente no sentido de promover e possibilitar a melhoria da sociedade que o cerca, bem como de toda a humanidade. Outros percebem que as contingências atuais organizam uma sociedade da informação, não do conhecimento, em que o que é importante e relevante se torna acessível, ao mesmo tempo, com muito custo e instantaneamente, dependendo sobremaneira de diversos outros fatores e condições.

A Revista Santa Rita, como muitas outras revistas acadêmicas, modestamente procura cumprir seu papel intelectual de órgão gestado e gerido por professores: possibilitar a interação entre o conhecimento produzido na escola e a sociedade que a cerca, no intuito de torná-lo, de fato, real.

Neste novo número, o quarto em dois anos de existência, mais uma vez alcançamos uma certa harmonia entre a técnica e a transcendência, trazendo artigos das diversas áreas do conhecimento compreendidas pela Faculdade Santa Rita, e apresentando ao leitor desde textos específicos e pontuais, voltados para um conhecimento objetivo, como os artigos da área de Saúde e de Direito, até textos altamente informativos e ricamente exemplificados, como os artigos das áreas de Ciências Humanas Aplicadas.

Eminentemente, os artigos tratam de teorias, história, ética, educação, leitura, relações, dificuldades, lesões e congruências, "nada do que é humano me é estranho", nas palavras do romano Terêncio, e nas do francês Pierre Levy, "o humanista jamais será especialista em tudo, mas será capaz de se interessar por tudo o que ele encontrar, de vibrar com todas as tonalidades emocionais que o cercam e o tocam", como se estivesse em uma conexão planetária; é esse espírito humanista que habita a constituição da Revista Santa Rita.

Sempre é importante chamar a atenção para o esforço dispensado na produção desta revista acadêmica, desde a particularidade e a privacidade do colaborador que prepara com atenção o seu artigo, até a promoção e divulgação por parte de todos os envolvidos e de toda a comunidade acadêmica e social de que faz parte. Mais uma vez apresentamos as nossas palavras naquele intuito já citado, de, no mínimo tentar, tornar melhor a própria humanidade.

Sumário

Artigos

- 05 Teoria da Tipicidade Conglobante
Vicente de Paula Rodrigues Maggio
- 09 A Literatura e a História da Civilização Ocidental
Ricardo Meirelles
- 25 Percepção dos Profissionais de Enfermagem em Relação à Comissão de Ética
Fabiana Amadeu e Márcia Tóffoli
- 37 Contribuições do Pensamento Sistêmico para a Educação Frente à Reforma do Ensino de Morin
Rafael Annunziato Neto
- 43 A importância do Ensino da leitura na aprendizagem de uma segunda língua
Claudia Castro
- 49 As relações de dependência e interdependência entre os atores internacionais
Fabiano L. de Menezes
- 59 As Dificuldades de Micro e Pequenos Empresários Adquirirem Financiamento pela Linha de Crédito FINAME Ofertada pelo BNDES
Fernando de Almeida Santos e Denise Petrucci
- 71 Lesões Causadas por Extravasamento de Quimioterápicos
Juliana da Silva e Helena Mitsuko Kishi
- 81 Congruência: Tomás de Aquino & Søren A. Kierkegaard
Cristian Ribeiro de Oliveira

Resenhas

- 87 *Introdução ao Brasil. Um Banquete no Trópico.* Lourenço Dantas MOTA.
Ricardo Meirelles
- 88 *Estudo de Caso - planejamento e métodos.* Robert K. YIN
Rafael Annunziato Neto
- 89 Normas editoriais para publicação
-

Teoria da Tipicidade Conglobante

Vicente de Paula Rodrigues Maggio

Advogado militante, formado pela UNG, Mestre em Direito pela Universidade Mackenzie,
Doutor em Direito Penal pela PUC de São Paulo, Leciona Direito Penal, Processo e
Prática Jurídica Penal.

Resumo

A Teoria da Tipicidade Conglobante é um corretivo da tipicidade legal, que consiste em excluir do âmbito da tipicidade certas condutas que, pela doutrina tradicional, são tratadas como excludentes de ilicitude. Assim, no caso de condutas em que a ordem normativa ordena ou fomenta, não se fala em exclusão da ilicitude, mas de ausência de tipicidade conglobante, ou seja, por uma questão de lógica, o tipo penal não pode proibir o que o direito ordena ou fomenta.

Palavras-chave

Tipicidade, conglobante, conduta, excludentes, ilicitude.

Abstract

The Theory of the Conglobante Vagueness doctrine is a punishment of the legal vagueness doctrine, that consists of excluding from the certain scope of the vagueness doctrine behaviors that, for the traditional doctrine, is dealt with as exculpatory illegality. Thus, in the case of behaviors where the normative order commands or fomenters, it is not said in exclusion of the illegality, but of absence of conglobante vagueness doctrine, that is, for a logic question, the criminal type cannot forbid what the right commands or fomenters.

Keywords

Vagueness, conglobante, behavior, exclusion, illegality.

Teoria da Tipicidade Conglobante

1. Introdução

Segundo a teoria da ação finalista criada por Hans Welzel, o crime existe em si mesmo, por ser um fato típico (comportamento previsto como crime) e fato antijurídico (comportamento contrário à lei), e a culpabilidade que não contém o dolo ou a culpa em sentido estrito, significa apenas a reprovabilidade da conduta típica e antijurídica, consistindo, simplesmente, no pressuposto para a condenação do agente e a respectiva imposição de pena.

Fato típico é aquele que se enquadra perfeitamente nos elementos descritos no modelo previsto em lei. O fato típico doloso é composto de quatro elementos: conduta (ação ou omissão humana consciente e voluntária), resultado (lesão ou perigo de lesão ao bem jurídico protegido pela norma penal), relação de causalidade (nexo causal entre a conduta e o resultado) e tipicidade (enquadramento perfeito entre o fato natural concreto e a descrição contida na lei).

Verificada a tipicidade de uma determinada conduta, deverá ser iniciado um processo penal (obrigatoriamente, pelo Ministério Público ou, facultativamente, pelo ofendido), onde, será constatada ou não a antijuridicidade da mesma. A antijuridicidade do fato típico será constatada pela ausência de uma causa de exclusão de antijuridicidade, como, o estado de necessidade, a legítima defesa, o estrito cumprimento de dever legal e o exercício regular de direito. Assim, se o fato típico não for também antijurídico, não há crime.

Considerando que o direito é um universo harmônico de normas que guardam entre si uma certa ordem e coerência, Eugenio Raúl Zaffaroni criou a Teoria da Tipicidade Conglobante que é um corretivo da tipicidade legal, que consiste em excluir do âmbito da tipicidade certas condutas que, pela doutrina tradicional, são tratadas como excludentes da ilicitude. Segundo o autor, no caso de condutas em que a ordem normativa ordena ou fomenta, não se fala em exclusão da ilicitude, mas de ausência de tipicidade conglobante. Assim, por uma questão lógica, o tipo não pode proibir o que o direito ordena ou fomenta.

Por esta teoria, a tipicidade penal deve corresponder não somente à adequação ao tipo penal, mas também à antinormatividade. Com efeito, a tipicidade penal (TP) deve abranger a tipicidade legal (TL) (adequação à formulação legal do tipo), e a tipicidade conglobante (TC) (antinormatividade), ou seja, a comprovação de que a conduta legalmente típica está também proibida pela norma.

2. Ausência de TC no Estrito Cumprimento de Dever Legal

De acordo com a nova teoria, nos casos de estrito cumprimento do dever legal que, tradicionalmente, excluem a ilicitude da conduta, estar-se-ia diante de atipicidade conglobante. Caso contrário, teríamos que considerar que o oficial de justiça que seqüestra uma coisa móvel comete furto justificado, que o médico que cumpre com o dever de denunciar uma doença contagiosa comete uma violação de segredo profissional justificada, que o policial que detém um sujeito por prisão em flagrante comete uma privação ilegal de liberdade justificada, ou que o carrasco que executa um condenado comete um homicídio justificado. Trata-se, portanto, de casos onde existe a tipicidade legal e a ausência de tipicidade conglobante (antinormatividade), ou seja, a conduta legalmente típica não está proibida pela norma. Conseqüentemente, não há a tipicidade penal, necessária para se iniciar a persecução penal no âmbito do Judiciário.

3. Ausência de TC no Exercício Regular de Direito

Nos casos de intervenções cirúrgicas temos que subdividi-las: a) com fins terapêuticos, ou seja, aquelas que visam à conservação ou o restabelecimento da saúde, a prevenção de um dano maior ou a atenuação da dor; b) sem fins terapêuticos, como, por exemplo, em certas intervenções de cirurgia plástica ou na extração de órgãos (rins, por exemplo) ou de tecidos (sangue) para serem transplantados em outra pessoa (o fim terapêutico diz respeito ao outro, mas não ao doador).

Nos casos de intervenções cirúrgicas com fins terapêuticos, a conduta do médico é atípica, por serem fomentadas pelo direito. Assim, por exemplo, num caso de mutilação, o médico é obrigado a pedir autorização do paciente. Entretanto, sua falta acarreta somente responsabilidade no âmbito administrativo. Somente há responsabilidade penal se ficar caracterizado algum delito contra a liberdade individual, porém, jamais poderia o médico ser responsabilizado pelo crime de lesões corporais dolosas.

Entretanto, nas intervenções cirúrgicas sem fins terapêuticos, a conduta do médico é típica, mas justificada na medida do consentimento e da adequação às normas regulamentares. Caso não haja consentimento do paciente, configura-se a conduta típica de lesões corporais dolosas.

Em relação às lesões desportivas é oportuno observar que, dentro dos regulamentos esportivos, as lesões corporais são, em regra, praticadas na modalidade culposa, com exceção do boxe, onde as lesões corporais são dolosas. De acordo com os princípios da tipicidade conglobante, a atividade desportiva praticada dentro dos limites regulamentares é penalmente atípica, ainda que dela resulte algum dano, perdendo a atipicidade conglobante e adquirindo tipicidade penal no caso de violação dos respectivos regulamentos.

4. Presença de TC no Estado de Necessidade e na Legítima Defesa

Nos casos de estado de necessidade e legítima defesa, a norma penal não ordena e também não fomenta a lesão ao bem jurídico alheio; apenas limita-se a permitir a conduta. Na legítima defesa, por exemplo, a causa de justificação é uma simples permissão outorgada pela ordem jurídica para a realização da conduta antinormativa - (CP, art. 23, II). Assim, se um indivíduo nos agride injustamente e temos a oportunidade de fugir, o direito não nos obriga a fugir; apenas nos outorga uma permissão para repelir a agressão e até mesmo para matar o agressor, se isto for racionalmente necessário, porém, sem dar relevância à nossa possibilidade de fuga.

Desta forma, tratando-se de estado de necessidade ou de legítima defesa, sempre haverá o fato típico, porém, justificado, ou seja, acobertado pela respectiva excludente de ilicitude.

5. Ausência de TC no Princípio da Insignificância

O princípio da insignificância (ou da bagatela), que a doutrina e a jurisprudência vêm admitindo, não está inserida na legislação brasileira, mas é aceita por analogia, desde que não contrária à lei. Caracteriza-se pela sua atipicidade conglobante que, conseqüentemente, afasta a tipicidade penal. Porém, não se admite confundir, por exemplo, pequeno valor da coisa subtraída com valor insignificante ou ínfimo. No primeiro caso há somente um abrandamento da pena; no segundo há exclusão da tipicidade do fato e, portanto, não há crime a ser apurado em decorrência do princípio da insignificância.

6. Conclusão

Para manter a harmonia no universo do direito, o tipo penal não pode proibir o que o direito ordena ou fomenta, resolvendo-se tais questões no âmbito da atipicidade conglobante. Nos casos de atividades perigosas, por exemplo, devem ser analisadas, separadamente, as atividades fomentadas e aquelas que simplesmente são permitidas. Desta forma, a circulação de veículos automotores, que é fomentada e regulamentada pela ordem normativa, não pode ser considerada da mesma forma que outras atividades, como, por exemplo, a instalação de uma usina nuclear, que o direito, se for o caso, apenas permite.

Pela Teoria da Tipicidade Conglobante, a tipicidade penal deve corresponder não somente à adequação ao tipo penal, mas também à antinormatividade. Em suma: a tipicidade penal deve abranger a tipicidade legal (adequação à formulação legal do tipo), e também a tipicidade conglobante (antinormatividade), ou seja, a comprovação de que a conduta legalmente típica está também proibida pela norma.

A tipicidade conglobante é a tipicidade material aliada à antinormatividade. A tipicidade material significa que não basta que a conduta do agente se amolde ao tipo legal. É preciso que lesione ou coloque em risco bens jurídicos penalmente relevantes.

7. Bibliografia

CREUS, Carlos. *Derecho Penal – Parte General*. Buenos Aires: Editorial Astrea de Alfredo y Ricardo Depalma, 4ª ed., 1999.

JESCHECK, Hans-Heinrich. *Tratado de Derecho Penal – Parte General*. Tradução de José Luis Manzanares Samaniego. Granada: Comares Editorial, 1993.

LUIZI, Luiz. *Os Princípios Constitucionais Penais*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1991.

MAGGIO, Vicente de Paula Rodrigues. *Direito Penal – Parte Geral*. Campinas: Editora Millennium, 6ª ed., 2006.

SOLER, Sebastián. *Derecho Penal Argentino – Volume I*. Buenos Aires: Tipografía Argentina, 1999.

TOLEDO, Francisco de Assis. *Princípios Básicos do Direito Penal*. São Paulo: Editora Saraiva, 5ª ed., 1999.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl e PIERANGELLI, José Henrique. *Manual de Direito Penal Brasileiro*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 5ª ed., 2004.

A Literatura e a História da Civilização Ocidental

Ricardo Meirelles

Professor e Doutorando em Letras pela FFLCH/USP e editor da Revista de Tradução Modelo 19, leciona Português Instrumental, Leitura e Produção de Texto, Tecnologias de Comunicação e Informação e Cultura e Realidade Brasileira

Resumo

Este artigo apresenta a história da literatura ocidental como chave de leitura da própria história da cultura e da civilização ocidental. Percorrendo a história geográfica e cronologicamente, apresenta em um contexto amplo e variado as maiores e mais importantes obras literárias do ocidente: *Odisseia*, de Homero; *Ilíada*, de Virgílio; *A Divina Comédia*, de Dante Alighieri; *Dom Quixote de la Mancha*, de Miguel de Cervantes; *Hamlet*, de William Shakespeare; *Os Lusíadas*, de Luís de Camões; *Fausto*, de Johann Wolfgang Goethe; e *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert. A pesquisa em fontes diferentes e diversificadas e apresentação historiográfica do texto convergem para a hipótese de que lendo os clássicos da literatura ocidental é possível melhor compreender e conhecer a própria cultura e civilização ocidental como pode ser percebida atualmente.

Palavras-chave:

Civilização, Cultura, Ocidente, Literatura, História da Literatura, Clássicos da Literatura;

Abstract

This article presents the history of western literature as a key reading of the history of culture and Western civilization. Scrolling the story chronologically and geographically, presented in a context broad and varied the largest and most important literary works of the West: *Odyssey*, Homer; *Iliad*, Virgil; *The Divine Comedy*, Dante Alighieri; *Don Quixote de la Mancha*, Miguel de Cervantes; *Hamlet*, William Shakespeare; *The Lusíadas*, Luís de Camões; *Fausto*, Johann Wolfgang Goethe; and *Madame Bovary*, Gustave Flaubert. The research in various and diverse sources and presenting historiographical text converge to the hypothesis that reading the classics of Western literature can better understand and know their culture and Western civilization as can be seen today.

Keywords

Civilization, Culture, West, Literature, History of Literature, Classic Literature;

A Literatura e a História da Civilização Ocidental

1. Introdução

Este artigo pretende perseguir, através da cronologia, as principais obras literárias da cultura e da civilização ocidental para tentar mostrar como se pode compreender e acompanhar a sucessão dos mais importantes eventos culturais, sociais, econômicos e históricos que aconteceram ao longo dos processos de nascimento, envolvimento, desenvolvimento e estabilização da civilização ocidental assim como a conhecemos hoje.

Assim como qualquer história da cultura ou de uma cultura, a história da literatura também apresenta as mudanças humanas dignas de registro, contudo, essa apresentação da história, mais do que meramente registrar os fatos humanos, pretende ser ela mesma um receptáculo da experiência humana que, quando realizada pelo leitor através da leitura, é capaz de, mais uma vez, proporcionar ou atualizar aquele ato humano.

Mais perspicaz, certamente, perceber o desenvolvimento de uma cultura por meio de suas obras literárias mais importantes possibilita não só a compreensão de todas as dimensões humanas de uma determinada época, mas também toda uma conjuntura de ideologias e de disputas sociais. Ao contrário do livro técnico ou científico, que apresentam de fato o conhecimento humano de forma organizada, a obra de arte literária apresenta uma experiência humana que é passível de ser mais uma vez realizada, tornada real através do ato de leitura; a empatia estética certamente é mais pungente ao espírito humano do que o entendimento cartesiano é ao intelecto.

Este artigo também se preocupa em percorrer geograficamente o Velho Continente, a Europa, partindo da Grécia, berço da civilização ocidental, e visitando os mais relevantes estados-nações que se ali se constituíram, como a antiga Roma, a jovem Itália, os reinos de Espanha e Portugal, a insular Inglaterra, a Alemanha protestante e a França católica.

Dessa forma, apresentam-se, dentro de um contexto diversificado de informações acumuladas das variadas fontes, as principais obras da literatura ocidental, quais sejam, em ordem cronológica e também em ordem geográfica: *Odisséia*, de Homero; *Ilíada*, de Virgílio; *A Divina Comédia*, de Dante Alighieri; *Dom Quixote de la Mancha*, de Miguel de Cervantes; *Hamlet*, de William Shakespeare; *Os Lusíadas*, de Luís de Camões; *Fausto*, de Johann Wolfgang Goethe; e *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert.

2. O Nascimento da Literatura Ocidental e a Antiguidade

2.1. A Grécia e o helenismo

Na Antiguidade, a produção artística mais significativa para o Ocidente é a que se desenvolve na Grécia a partir do século V a.C., é nesse período que se criam os padrões estéticos que servem de base para a arte ocidental. A partir do século II a.C., a cultura romana também passa a ter uma produção artística relevante. A síntese de realismo e idealismo, que consiste em harmonizar as formas da natureza com as formas ditadas pelo espírito, percorre toda a arte produzida na Antiguidade e constitui um princípio básico da estética ocidental, especialmente em seus momentos de recuperação dos valores clássicos.

A arte grega antiga remonta ao século VII a.C. e originou-se na ilha de Creta, próspero núcleo comercial; também foram desenvolvidos pólos gregos em filosofia, dramaturgia e poesia, ao lado da sistematização da história, artes plásticas, arquitetura e narrativas mitológicas. Com o surgimento das cidades-estados (*polis*) – cidades politicamente ativas no século VIII a.C. – destacaram-se Atenas, democrática e comercial, e Esparta, oligárquica e agrícola. Utilizava-se de mão de obra escrava em todos os setores da economia, sustentada sobretudo pelo comércio marítimo. Os principais cultivos eram: oliveiras, videiras e trigo. Ainda nesse período é organizada a primeira Olimpíada em Olímpia.

O novo conceito helênico da ordem universal e a vocação heróica influenciaram toda a produção artística grega. São criados os três grandes gêneros da literatura ocidental: o épico, sobre feitos heróicos; o lírico, sobre sentimentos individuais; e o dramático, texto de impacto, próprio para o teatro. Inicialmente, o texto tem a forma de poesia, a prosa restringe-se aos ensaios filosóficos e aos discursos políticos. A poesia épica que surge é a mais importante forma de expressão literária da Antiguidade. O texto dramático surge no fim do século VI a.C. e o gênero lírico afirma-se em torno dos séculos V e IV a.C.

As principais obras épicas são as epopéias: textos longos sobre temas heróicos e bélicos, em forma de poemas narrativos, contendo elementos fantásticos e mitológicos, num contexto que mistura o humano e o divino. As primeiras obras da literatura grega, *Ilíada* e *Odisséia*, pertencem a esse gênero. Outra grande obra é a *Teogonia*, principal fonte de origem sobre os deuses, cujo autor é Hesíodo, século VIII a.C.

2.2. Homero e a *Ilíada*

A Homero se atribuem os dois maiores poemas épicos da Grécia antiga, que tiveram profunda influência sobre a literatura ocidental. Além de símbolo da unidade e do espírito helênico: a *Ilíada* e a *Odisséia* são fonte de prazer estético e ensinamento moral.

A *Ilíada* é anterior à *Odisséia*; quase com certeza os dois poemas foram compostos no século VIII a.C., cerca de três séculos após os fatos narrados; foram originalmente escritos em dialeto jônio, com numerosos elementos eólios - o que confirma a origem jônica de Homero; pertenciam à tradição épica oral, pelo menos no que se refere às técnicas empregadas, já que existem opiniões divergentes quanto ao emprego ou não da escrita pelo autor.

A versão na forma escrita, tal como se conhece hoje, teria sido feita em Atenas durante o século VI a.C., se bem que a divisão de cada poema em 24 cantos corresponderia aos eruditos alexandrinos do período helenístico. No decorrer desse período teriam sido introduzidas várias interpolações. Com base nesses dados, todos mais ou menos hipotéticos, deduziram-se alguns dados básicos sobre Homero e sua obra.

Ao mesmo tempo em que refletiram luminosamente a antiguidade mais remota da civilização grega, os poemas homéricos projetaram-na adiante com tamanha originalidade e riqueza que ela se faria presente nas mais diversas manifestações da arte, da literatura e da civilização do Ocidente.

Inúmeros poetas partiram de sua influência, inúmeros artistas se impregnaram de sua fortuna criativa, seu colorido e suas situações, que se tornaram símbolo e síntese de toda a aventura humana na Terra, a ponto de o nome de um poeta cuja existência mesma não se pode provar passar a se confundir com a própria poesia. Quanto à morte de Homero, a versão mais aceita é de que teria ocorrido em uma das ilhas Cíclades.

Como disse Platão, Homero foi, no mais pleno sentido, o educador da Grécia. Além disso, quase toda a literatura ocidental foi diretamente influenciada pelos poemas homéricos. A *Eneida* de Virgílio (30/19 a.C.), os *Lusíadas* de Camões (1572) e o *Ulisses* de Joyce (1921) são apenas alguns dos exemplos.

A *Ilíada* é a mais antiga e mais extensa das obras atribuídas a Homero; tem 15.693 versos hexâmetros e, desde o Período Helenístico, costuma ser dividida em 24 livros ou cantos de extensão variável, divisão essa feita pelos filólogos de Alexandria. O nome do poema deriva de Ílion, nome alternativo da lendária cidade de Tróia, assim chamada em homenagem a Ílios, um dos ancestrais dos reis troianos.

Encontramos na *Ilíada* a narração da guerra travada entre gregos e troianos, no episódio conhecido como “Guerra de Tróia”. A ação se situa no nono ano depois do começo da guerra, a qual duraria um ano mais, e abarca no conjunto cerca de 51 dias. Esta guerra teve origem, acreditam alguns, nos altos impostos cobrados pelos troianos para a passagem de especiarias no porto de Tróia, estrategicamente localizado no estreito de Dardanelos, entre os mares Egeu e de Mármara. Os gregos, insatisfeitos, em ação pelo exército, destroem Tróia, tomando o controle sobre o comércio marítimo na região, o que poderia ter acontecido entre 1250 e 1240 a.C.

Já segundo a lenda, a guerra foi motivada pelo rapto de Helena, esposa do rei de Esparta, Menelau, por Páris, filho do rei Príamo, de Tróia. Em meio à guerra, Agamenon, irmão de Menelau e chefe dos exércitos gregos, arrebatara a Aquiles, o mais valoroso dos guerreiros gregos, sua cativa Briseide. Em protesto, Aquiles se retirou para o acampamento com seus guerreiros e se recusou a entrar em combate. É nesse momento que tem início a *Ilíada*, com o verso “Canto, ó deusa, a cólera de Aquiles”, e é esse o motivo central da obra, que narra um drama humano, o desse herói, filho da deusa Tétis e do mortal Peleu, rei de Ftia, na Tessália.

Alguns dos personagens da *Ilíada*, em particular Aquiles, encarnam o ideal heróico grego: a busca da honra ao preço do sacrifício, se necessário; o valor altruísta; a força descomunal mas não monstruosa; o patriotismo de Heitor; a fiel amizade de Pátroclo; a compaixão de Aquiles por Príamo, que o levou a restituir o cadáver de seu filho Heitor. Nesse sentido, os heróis constituem um modelo, mas o poema mostra também suas fraquezas - paixões, egoísmo, orgulho, ódio desmedido.

Toda a mitologia helênica, todo o Olimpo grego, com seus deuses, semideuses e deidades auxiliares, estão maravilhosamente descritos. Os deuses, que mostram vícios e virtudes humanas, intervêm constantemente no desenvolvimento da ação, alguns em favor dos aqueus, outros em apoio aos troianos. Zeus, o deus supremo do Olimpo, imparcial, intervém apenas quando o herói ultrapassa os limites, ao proporcionar o tenebroso espetáculo de passear em volta de Tróia arrastando o cadáver mutilado de Heitor.

O poema encerra grande volume de dados e pormenores geográficos, históricos, folclóricos e filosóficos, e descreve com perfeição os modelos de conduta e os valores morais da sociedade do tempo em que foi escrita a obra. Uma questão muito discutida é o fundo histórico do ciclo da guerra de Tróia. Possivelmente, sua origem remonta a reminiscências da luta, travada antes da invasão dória, no século XII a.C., entre povos de cultura micênica, como os aqueus, e um estado da Anatólia, o de Tróia.

Salvo alguns prováveis acréscimos atenienses, nenhum dado ultrapassa o século VIII a.C., o que reforça a tese de que o poema foi redigido nesse último período. A língua e o estilo homéricos foram em grande medida herdados da tradição épica. Por esse motivo, a língua, basicamente o dialeto jônico, com numerosos elementos eólios, é um tanto artificial e arcaizante, e não corresponde a nenhuma modalidade falada normalmente. A métrica empregada é o hexâmetro, verso tradicional na épica grega.

A *Ilíada* é antes de tudo poesia, isto é, uma linguagem diferente da linguagem do dia a dia. Em primeiro lugar ela era cantada. A sua música, que no entanto se perdeu, sem dúvida auxiliava na memorização desse longo texto. Em segundo lugar, ela é em versos. Não no sentido usual que esse termo tem hoje em dia, de empregar a rima, mas na poesia grega os versos consistiam em um mesmo ritmo geral, que era o ritmo da própria música. Para compor obedecendo este padrão, o poeta era obrigado a alterar a expressão natural, dando um efeito de artificialismo à expressão. E o estilo, por se tratar de tema sério, era elevado e solene.

Devido às características da língua grega, é impossível uma tradução da obra que evidencie todas as suas qualidades formais. É como se vissemos uma tapeçaria pelo avesso, apenas as suas linhas gerais poderiam ser observadas. Diante de tantas dificuldades a maioria dos tradutores brasileiros optou por uma tradução em prosa, traduzindo apenas o conteúdo sem se preocupar muito com a forma. Poucos aceitaram o desafio de traduzir Homero em versos: se no século passado ficou famosa a tradução em versos feita por Odorico Mendes, neste século é o trabalho de Carlos Alberto Nunes que se destaca.

2.3. O apogeu de uma idéia de civilização

Na segunda metade do século V a.C., a arte clássica grega atingiu o apogeu, superando inteiramente os traços arcaicos e se dirigindo rapidamente para o realismo idealizado e para o rigoroso equilíbrio que se revelou no estilo rígido não só na escultura, como nas demais artes e na arquitetura. Nasceu então uma concepção tipicamente grega do universo, totalmente desligada de tradições culturais ou intelectuais herdadas do mundo antigo.

Nos séculos IV e III a.C., por intermédio de Alexandre, o Grande, e seus sucessores, a arte grega se propagou para além do Egeu e do Mediterrâneo e chegou até a Índia. A Grécia continental passou a segundo plano quando, após a morte do imperador (323 a.C.), foram criados reinos independentes na costa da Anatólia e no Egito. O centro da produção artística do mundo helênico se deslocou para cidades como Rodes, Alexandria, Antioquia e Pérgamo.

Alexandria, no Egito, tornou-se a metrópole da civilização helenística. Foi um importante centro das artes e das letras, e a própria literatura grega tem uma fase chamada alexandrina. Lá existiram as mais importantes instituições culturais da civilização helenística: o museu, espécie de universidade de sábios, dotado de jardim botânico, zoológico e observatório astronômico; e a biblioteca, com 200.000 volumes, salas de copistas e oficinas para preparo do papiro.

Chama-se civilização helenística a que se desenvolveu fora da Grécia, sob influxo do espírito grego; deu-se ao período esse nome para diferenciá-lo do helênico. De modo geral, foram paulatinamente abandonados os princípios clássicos da harmonia rigorosamente orgânica e do movimento em potência, para representar o movimento desencadeado, de influência asiática. Gradualmente, a arte deixou de satisfazer as necessidades estéticas das comunidades para preencher as dos indivíduos. Teve início o gosto pelo colossal, a estética do dramático, a representação da velhice, da fealdade e da infância e a multiplicação dos retratos individuais.

A era helenística marcou a transição da civilização grega para a romana, em que inoculou sua força cultural. Não se encontra nela o esplendor literário e filosófico do período áureo da Grécia, mas se divisa um grande surto da ciência e da erudição. Termina em 30 a.C., quando se deu a conquista do Egito pelos romanos. Grande parte do Oriente antigo foi então helenizado e assistiu-se a uma fusão da cultura grega, revitalizada nas áreas conquistadas, com as tradições políticas e artísticas do Egito, Mesopotâmia e Pérsia.

Do ponto de vista cultural, o período compreendido entre 280 e 160 a.C. foi excepcional. Tiveram grande desenvolvimento a história, a matemática e a física (com Euclides e Arquimedes), a astronomia, a geografia, a medicina, e a gramática. O pensamento filosófico evoluiu para o individualismo moralista de Epicuristas e Estóicos, e as artes legaram à posteridade algumas das obras-primas da Antigüidade, como a *Vênus de Milo*, a *Vitória de Samotrácia* e o grupo do *Laocoonte*.

2.4. Roma e o mundo românico

Diferentemente da arte clássica grega, a arte romana que emerge a partir do século I a.C. é de inspiração etrusca e helenística, e aproxima-se mais da realidade. A arquitetura é a atividade de maior destaque. Os romanos celebram a grandeza do Império com a construção de monumentos e edifícios públicos. Paralelamente, desenvolve-se a pintura mural decorativa em cidades como Pompéia.

Os escritores romanos, influenciados pela literatura grega, também produzem textos épicos, líricos e dramáticos, além da poesia satírica. Suas epopéias glorificam a expansão do Império Romano. Também se destacam *A Natureza das Coisas*, de Lucrécio e a *Farsália*, de Lucano. Os principais autores do gênero lírico são Horácio, Ovídio e Catulo. Na poesia satírica, os expoentes são Marcial, Juvenal e Pérsio. Os romanos desenvolvem ainda a oratória, da qual o grande mestre é Cícero, autor de discursos políticos que são a base da retórica latina.

A primeira grande obra épica é a *Eneida*, de Virgílio, uma das maiores expressões da intelectualidade latina, que viveu na época de Augusto, 44 a 14 a.C., e se tornou célebre por suas obras. Durante essa época houve paz., prosperidade e proteção às artes e as letras, bem como um retorno aos valores tradicionais da vida romana e o fortalecimento de suas raízes: a vida campesina, familiar e religiosa.

2.5. Virgílio e a *Eneida*

A obra de Virgílio compreende, além de poemas menores, compostos na juventude, as *Bucólicas* ou *Éclogas*, em número de dez, em que reflete a influência do gênero pastoril criado por Teócrito.

As *Geórgicas*, dedicadas ao seu protetor Mecenas, constam de quatro livros, tratando da agricultura. Trata-se de uma obra de implicações políticas indiretas, embora bem definidas: ao fazer a apologia da vida do campo, o poeta serve o ideal político-social da dignificação da classe rural. Reflete a influência de Hesíodo e Lucrécio. Literariamente, as *Geórgicas* são consideradas a sua obra mais perfeita.

E finalmente, a *Eneida*, obra a qual à elaboração dedicou dez anos de sua vida e que o poeta considerou inacabada - a ponto de pedir no leito de morte que fosse queimada - constitui a epopéia nacional de Roma. Refere-se à lenda do troiano Enéias, que, fugido de Tróia, saqueada e incendiada, acaba por chegar à Itália onde se tornará o antepassado do povo romano. Epopéia erudita, a *Eneida* tem como objetivo dar aos romanos uma ascendência não grega, formulando a cultura latina como original e não tributária da cultura helênica.

O poema consta de doze livros e a sua construção serviu de modelo definitivo às grandes epopéias do renascimento, nomeadamente para Os Lusíadas, de Luís de Camões. O assunto da *Eneida* não é criação de Virgílio. A tradição, que prende a origem de Roma às lendas mitológicas, parece que foi introduzida na Itália já pelos fins do século IX a.C.. Poetas como Ênio e Nêvio conheciam-na, e o tema era do domínio popular. Dizia uma lenda grega conhecida dos romanos que Enéias teria vindo à Itália, Virgílio a aproveita e nela incorpora a história de Roma, referindo-a no discurso de Anquises e na descrição do escudo de Enéias.

É a grande epopéia do povo romano, que tomou as obras de Homero para modelos da sua: a *Eneida* é considerada um misto da *Ilíada* e da *Odisséia*; incorpora também episódios colhidos em outras fontes, como o reencontro de Dido e Enéias, que Nêvio cantara. Mostrou originalidade e talento, além de pesquisa, reflexão e conhecimentos.

O poeta romano utiliza como modelo épico a *Odisséia*, para os seis primeiros livros da *Eneida*, pois encerram as aventuras e viagens do herói; inspira-se também na *Ilíada*, sobretudo para a composição dos seis últimos cantos, nos quais se historiam os combates de Enéias na península itálica. Na *Ilíada*, Homero narra como Poseidon salva o herói da morte e declara seu destino.

Virgílio, não tendo tempo de rever sua obra, recomendara sua destruição no que não foi atendido por L. Vario e Tuca, que avaliaram bem a sua importância. Seu poema compõe-se de 12 livros, era intenção do poeta escrever mais 3, só que não o pôde fazer por ter sido colhido pela morte. Estilizada no verso heróico, ou seja, no hexâmetro, propõe-se a *Eneida* a celebrar a história do Império Romano, e louvar a César, como descendente de Enéias, o herói do poema.

2.6. A dissolução do mundo greco-romano

O longo período durante o qual Augusto foi senhor dos destinos de Roma, entre 27 a.C. e 14 d.C., caracterizou-se pela paz interna (*Pax Romana*), pela consolidação das instituições imperiais e pelo desenvolvimento econômico. As fronteiras européias foram fixadas no Reno e no Danúbio, completou-se a dominação das regiões montanhosas dos Alpes e da Península Ibérica e empreendeu-se a conquista da Mauritània.

A história salientou as misérias pessoais e a instabilidade da maior parte dos imperadores, como Calígula, imperador de 37 a 41 d.C., e Nero, de 54 a 68 d.C.. Se a corrupção e a desordem reinavam nos palácios romanos, o império, solidamente organizado, parecia em nada se ressentir. Registrava-se uma paz relativa em quase todas as províncias e além das fronteiras não existiam inimigos capazes de enfrentar o poderio de Roma. As diferenças culturais e sociais entre as cidades e as zonas rurais que as cercavam eram enormes, mas nunca houve uma tentativa de diminuí-las.

Ao primitivo panteão romano juntaram-se centenas de deuses e, na religião como no vestuário e em outras manifestações culturais, difundiram-se modismos egípcios e sírios. À medida que o cristianismo avançava, a civilização helenística passou a representar o espírito pagão que resistia à nova religião. A partir de suas origens obscuras na Judéia, o cristianismo foi-se aos poucos propagando por todo o império, principalmente entre as classes baixas dos núcleos urbanos. Registraram-se então perseguições, apesar da ampla tolerância religiosa de uma sociedade que não acreditava verdadeiramente em nada.

O século II foi considerado pela historiografia tradicional como aquele em que o Império Romano chegou ao seu apogeu. De fato, a população, o comércio e o poder do império se encontravam em seu ponto máximo, mas começavam a se perceber sinais de que o sistema

estava à beira do esgotamento. A última grande conquista territorial foi a Dácia e na época de Trajano (98-117 d.C.) teve início um breve domínio sobre a Mesopotâmia e a Armênia. Depois dessa época, o império não teve mais forças para anexar novos territórios.

O espírito greco-romano não desapareceu com a vitória dos valores cristãos; seria, doze séculos depois, uma das linhas de força do Renascimento. O império romano só começou a ser rígido e intolerante em matéria religiosa depois que adotou o cristianismo como religião oficial, já no século IV.

3. Da Idade Média ao Renascimento e o Estabelecimento das Literaturas Nacionais

3.1. Mil anos de trevas católicas

A partir do ano 18 tem início o declínio do Império Romano - período em que se destacam Sêneca, Petrônio e Apuleio - e, após o seu esfacelamento, a Europa Ocidental é invadida por diversos povos bárbaros. A Igreja Católica cristianiza esses povos e passa a concentrar grande poder econômico. A língua e a civilização latina são preservadas nos inúmeros mosteiros, mas não há um desenvolvimento literário significativo. Só a partir do século X é que determinados poemas e narrativas começam a ser escritos.

Enquanto que a língua árabe dominava na vasta região islâmica, o grego e o latim, aquele no Oriente, este no Ocidente, eram os idiomas da literatura e da teologia européia. A fala do povo comum era de origem bárbara, pagã, ou derivada do latim vulgar - o que Dante mais tarde chamou *De Vulgari Eloquentia*. A dita língua comum não era vista como passível de servir às belas letras, consideradas atividades nobilíssimas.

Encontraram-se aqui e ali documentos que eram redigidos num nascente francês ou num embrionário alemão, como no caso do Juramento de Estrasburgo feito em 842, pelos netos de Carlos Magno, Luís e Carlos, no qual um deles jurou "*Si Lothuvigs sacrament, que son frade Karlo jurat* (Se Luís mantiver o juramento que a seu irmão Carlos jurou...), e o outro "*In Godes minna ind in thes christianes folches ind unser bedhero gehaltnissi...*" (Pelo amor de Deus e pela salvação do povo cristão e de nós mesmo..) em que claramente se observa o seu rudimentarismo, misturando expressões latinas com as da fala comum. Teremos que aguardar ainda de três a seis séculos para que as línguas populares, tornadas depois nacionais, atingissem sua excelência e viessem a ser consagradas por Dante, Lutero, Camões, Montaigne, Shakespeare e Cervantes.

Os temas giravam ao redor da religião e, mesmo os novos gêneros, como a hagiologia - os atos dos mártires e a vidas dos santos - nasciam da necessidade de satisfazer um público de beatos e crentes. Os autores recomendados ao *studium* da elite culta eram porém outros. Compunha-se tanto dos latinos, como Horácio e Lucano, como os doutores da Igreja, como Agostinho e Ambrósio, além de Gregório e Jerônimo. A disciplina mais acatada era a patrologia, o estudo que examinava os antigos autores cristãos quanto ao seu valor de testemunho da fé, além, é claro, da Bíblia, cujo acesso era interdito a maioria dos fiéis por serem eles analfabetos.

Após um longo período de estagnação literária surgem as Canções de Gesta (século XI), narrativas anônimas, de tradição oral, que contam aventuras de guerra vividas nos séculos VIII e IX (época carolíngia). A mais conhecida é a *Chanson de Roland*, surgida em 1100, escrita em 4.002 versos decassílabos. Quanto à prosa desenvolvida na Idade Média, destacam-se as novelas de cavalaria, como as que narram a busca do Santo Graal (o Cálice Sagrado) e as lendas do rei Artur.

O florescimento da poesia lírica palaciana (séculos XII-XIV), de origem provençal, deve-se aos trovadores, compositores de cantigas dirigidas a uma dama inatingível, geralmente casada. No trovadorismo, o amor impossível faz com que o trovador se coloque como subordinado à mulher amada - a quem ele chama de senhor, o que caracteriza a vassalagem amorosa e configura o amor cortês. Há ainda a prática do gênero satírico, representado pelas cantigas de escárnio (crítica indireta) e de maldizer (crítica direta).

No fim da Idade Média, inúmeras transformações de ordem econômica, política e social resultam numa concepção de mundo que abandona o teocentrismo em favor do humanismo, perspectiva que valoriza sobretudo o homem. A literatura mantém características medievais, como os temas religiosos, mas nela já se podem ver elementos que serão plenamente desenvolvidos no Renascimento, como a retomada de ideais da cultura greco-latina. Na Itália, berço do Renascimento, destacam-se Dante Alighieri, Giovanni Boccaccio e Francesco Petrarca. Em Portugal merece destaque o teatro poético de Gil Vicente.

3.2. Dante Alighieri e *A Divina Comédia*

Dante Alighieri nasceu em Florença, em 1265, em uma família da baixa nobreza. Sua mãe morreu quando era ainda criança e seu pai, quando tinha dezoito anos. Pouco se sabe sobre a sua vida e a maior parte das informações sobre sua educação, sua família e suas opiniões são geralmente meras suposições. As especulações sobre a sua vida deram origem à vários mitos que foram propagados por seus primeiros biógrafos, dificultando o trabalho de separar o fato da ficção. Pode-se encontrar muita informação em suas obras, como na *Vida Nova (La Vita Nuova)* e na *Divina Comédia (Commedia)*.

Durante esse exílio o poeta escreveu duas obras importantes em latim: *De Vulgari Eloquentia*, na qual defende a língua italiana, e *Convívio*, incompleto, na qual pretendia resumir todo o conhecimento da época em 15 livros -. apenas os quatro primeiros foram concluídos. Escreveu também um tratado: *De Monarchia*, no qual defendia a total separação entre a Igreja e o Estado. Cinco anos antes de sua morte foi convidado pelo governo de Florença a retornar à cidade. Mas os termos impostos eram humilhantes, semelhantes àqueles reservados à criminosos perdoados e Dante rejeitou o convite, respondendo que só retornaria se recebesse a honra e dignidade que merecia. Continuou em Ravenna, onde morreu e foi sepultado com honras.

A *Commedia* consumiu 14 anos e durou até a sua morte, em 1321, ocorrida pouco após a conclusão do *Paraíso*. O imortal cantor de Beatriz estilizou sua epopéia numa nova espécie de gênero literário, por ele criada: o terceto. A obra é uma trilogia e na sua extensão de cem cantos (34 para o *Inferno*; 33 para o *Purgatório* e 33 para o *Paraíso*), é a grande epopéia medieval. É um repositório de conhecimentos enciclopédicos, em relação à época. A física, a filosofia, a teologia, a geografia, a história, a política, a religião, — todas repontam na narrativa de Dante. Em verdade, constitui uma grandiosa súpula da arte e saber medievais, na qual Virgílio simboliza a razão e a filosofia, e Beatriz, a teologia e a fé.

3.3. Miguel de Cervantes e o *Dom Quixote*

Já no século XVI, o classicismo caracteriza-se pelo resgate de formas e valores da cultura clássica (greco-latina). O mais importante poeta do classicismo português é Luís de Camões, que escreve a maior epopéia da língua portuguesa, *Os Lusíadas*, e também considerável poesia lírica de inspiração petrarquista. Destacam-se também os franceses François Rabelais e Michel de Montaigne. Na Espanha, Miguel de Cervantes faz uma sátira das novelas de cavalaria e cria o memorável personagem Dom Quixote e seu oposto, Sancho Pança, em *Dom Quixote de la Mancha*. Na Inglaterra, William Shakespeare se destaca na poesia lírica e no teatro.

Cervantes arquitetara, provavelmente numa prisão em Sevilha, ao redor do ano de 1600, em primorosa prosa, aquele que se tornou seu bravo agente para desencantar os encantados: o ilustre fidalgo Don Quijote de La Mancha. Em 1605 publica a primeira parte desse livro, sendo imediato o seu êxito literário. Endoidecido pelas leituras dos intermináveis feitos dos cavaleiros andantes da literatura medieval, aquele pobre e provinciano cinquentão também se decidiu por se tornar um errante, afim de “endireitar os tortos e desfazer agravos e sem-razões”.

Fartara-se daqueles relatos fantásticos em que um cavaleiro andante, num só golpe de espada, partia um gigante ao meio, ou lutava sem esmorecimento contra cem ou duzentos outros. E o que dizer da sensaboria das inatingíveis donzelas ou damas, sempre recolhidas, vendo o mundo atrás de frestados, em permanente perigo, ameaçadas por forçadores e outros perversos, que os cavaleiros se esbaldavam em salvar ou pôr-se a serviço? Para Cervantes não era bem aos cavaleiros que se deveria desencantar, nem aos bruxos, feiticeiros e nigromantes, seus pervertidos dons extirpar, mas sim ao próprio público leitor, bestializado por aqueles feitos malucos.

Muito mais que uma sátira às novelas de cavalaria, a obra é também uma exaltação ao idealismo e à amizade, retratada no relacionamento entre Dom Quixote e Sancho Pança. Quixote é um louco, mas tem as grandes virtudes humanas da esperança e da dignidade. A dupla ficou tão conhecida que se tornou uma das maiores fontes de inspiração para artistas, escritores, cineastas e dramaturgos. Uma das imagens mais conhecidas é o desenho feito pelo artista plástico espanhol Pablo Picasso do cavaleiro e de seu escudeiro, com os famosos moinhos de vento ao fundo.

Dom Quixote é muito mais que as descrições das aventuras de um cavaleiro louco e temerário. Além da riqueza literária em si, em que Cervantes experimenta vários estilos literários e deles ele próprio nos dá conta ao longo do livro, *Dom Quixote e Sancho Pança*, principal-

mente este último, são intensamente usados para caricaturar vários tipos de personagens e comportamentos, sendo quase paradoxal verificarmos que Sancho Pança tanto interpreta um personagem ignorante e sem cultura, como um personagem cheio de sabedoria e com pensamentos e decisões muito sensatos.

Os discursos e capacidade de argumentação de Dom Quixote e Sancho Pança, ao longo de todo o romance, são de uma eficácia atroz, notando-se muito o uso de diálogos entre estes e outros personagens como forma de Cervantes fazer passarem as suas idéias ou discuti-las, incidindo em todo o tipo de áreas, desde a literatura, a guerra, a sociedade e etc.

Por isto tudo, é um livro indispensável, não obstante as suas 900 páginas. O fato de estar dividido em pequenos capítulos de 3 ou 4 páginas torna-o mais fácil de digerir, uma vez que se pode facilmente parar e retomá-lo noutra altura, nem que seja apenas para ler mais um capítulo.

Por sua inovação - a história traz grande ousadia ao mostrar os personagens comentando o próprio livro - a obra de Cervantes é considerada o primeiro romance moderno, um marco da literatura. A história não podia ser mais delirante: Dom Quixote é um nobre espanhol que de tanto ler histórias de cavalaria passa a acreditar nos feitos dos cavaleiros medievais e decide se tornar um cavaleiro andante.

O livro está dividido em duas partes, sendo sabido que a segunda parte foi escrita porque um outro escritor, aproveitando a primeira parte, continuou as aventuras do Dom Quixote, o que forçou Cervantes a escrever uma segunda parte, na qual faz muitas referências a essa tentativa de plágio.

A primeira parte se divide em muitas pequenas histórias que se interligam com as aventuras do cavaleiro, com a apoteose de que todas elas se resolvem quase simultaneamente no final. Curiosamente, todas essas histórias independentes são, nem mais, nem menos, relatos autobiográficos do próprio Cervantes, ficcionados sob a forma de outros personagens.

Na segunda parte, Cervantes dá mais ênfase ao Dom Quixote e principalmente ao Sancho Pança, em que assistimos ao “vestir” de diferentes facetas ao Sancho Pança, que até chega a desempenhar o cargo de governador com uma grande ponderação, além de outros conselhos sábios que foi dando a muita gente e ao próprio Dom Quixote, servindo-se muito de rifões (citações, sentenças), tendo sempre duas ou três apropriadas para cada ocasião, fato que irritava muito o Dom Quixote.

3.4. Willian Shakespeare e o *Hamlet*

Londres foi o lugar onde Shakespeare se destacou como um dos maiores poetas de todos os tempos, foi lá que tudo começou e onde ele fez o maior sucesso. Foi também em Londres onde ele escreveu suas maiores obras. Atribui-se a William Shakespeare a autoria de 37 ou 38 peças, das quais destacam-se *Antonio e Cleópatra*, *Rei Lear*, *Hamlet*, *Otelo*, *Sonhos de uma noite de verão*, *Romeu e Julieta*, *A Megera Comada*, *Macbeth*, entre outras.

Desde o início de sua carreira, Shakespeare se associa com varias companhias teatrais e tinha um ambiente de trabalho muito fluente. Mas tudo mudou quando a peste chegou a Inglaterra, e todos os teatros foram fechados e só re-abriram de verdade na primavera de 1594. Tudo o que podemos afirmar é que por volta de 1592 Shakespeare já estava sendo reconhecido por seu trabalho no teatro. E também por volta deste período já tinha escrito *A Comédia de Erros*, *A Megera Domada* e pode ter escrito *Tito Andrônico*, *Henrique VI* (as três partes) e talvez ainda *Ricardo III*.

Shakespeare é autor também dos seguintes poemas: *Vênus e Adônis*, escrito em 1593 e *O rapto de Lucrecia*, escrito em 1594 e ainda 154 sonetos, publicados em 1609, que expressam, entre outras coisas, agitação e frustração. Os anos entre 1594 e 1599 foram excelentes para Shakespeare: ele produziu várias obras de altíssima qualidade. Continuou como ator principal e administrador da companhia “The Lord Chamberlain’s Men” que também foi formada durante esta época (1594). Durante estes anos a companhia virou a mais popular de Londres, e também foi a que mais se apresentou na corte.

Em algum tempo entre 1599 e 1601 Shakespeare escreveu *Hamlet*, e depois disto escreveu as chamadas peças problemáticas, até que em 1608 escreveu os grandes romances. Muitos perguntam porque a mente de Shakespeare virou as tragédias, o que levou ele a escrever as peças problemáticas. Existem varias sugestões sobre o que aconteceu mas isto é para outra hora. De qualquer maneira o importante é que o estilo de Shakespeare mudou drasticamente: de comédia (anos 90) para tragédia, e daí para romance.

Nos interessa aqui principalmente a peça *Hamlet*, escrita entre 1599 e 1601, naquilo que ela dialoga tanto com o *Dom Quixote*, de Cervantes, e o *Fausto*, de Goethe. Tragédia pungente, trata simplesmente do homem e seu destino inescrutável.

3.5. Luís de Camões e *Os Lusíadas*

Os Lusíadas, uma das mais importantes epopéias de todos os tempos, segue o modelo das obras da Antiguidade clássica, como *Ilíada* e *Odisséia*, de Homero, e a *Eneida*, de Virgílio. Camões utiliza a oitava rima (estrofe de oito versos com rimas no esquema abababcc) e o verso decassílabo, métrica conhecida como medida nova para narrar a viagem de Vasco da Gama às Índias e a história de Portugal até o momento da viagem (1498). No plano da realidade interfere a esfera mítica, em que deuses da mitologia greco-latina se mobilizam contra ou a favor da esquadra portuguesa.

Como sucedeu com Homero, várias localidades disputam a glória de ser o berço de Camões, mas Lisboa e Coimbra com mais probabilidades: Coimbra, por ter-lhe condicionado o seu honesto estudo de humorista e Lisboa, a sua longa experiência social. Um tio seu paterno, D. Bento de Camões, frade de Santa Cruz e chanceler da Universidade, com probabilidade tem sido indicado como o protetor e mentor de seus estudos, mas é admissível que o próprio ambiente universitário lhe haja suscitado curiosidades que, fora dele e através da vida, iria satisfazendo por um autodidatismo que o tornou o poeta de mais variada e viva cultura do seu tempo. Não terá sido o bacharel latino, como já o biografismo fantasioso o graduou, mas, lendo o latim, o italiano e, naturalmente, o castelhano, pôde nutrir sua cultura de poeta e fazer florescer em suas Rimas - ou seja na sua lírica - temas de vária origem, mas a que seu gênio criador imprimiu a unidade da vida, porque tudo foi assimilado e vivido como próprio.

Camões e seus companheiros desciam das salas dos Paços da Ribeira - onde platonicamente ou à maneira de Petrarca galanteavam as damas de alta estirpe- para camas das damas de aluguel, onde se encontravam com a fauna humana, objeto de desprezo e da sátira do poeta. Os pés de Camões patinhavam na mesma lama dos da sua camaradagem, mas se sente a palpitação das asas que em breve o libertariam quando o poeta o confessa.

O poeta tinha no Oriente um ambiente social que, bastante a exaltar-lhe os méritos, a abrir-lhe, com louvores repetidos, a confiança em sua atenção, quando se lhe dirigia, não era suficiente a erguê-lo acima da existência difícil, oscilando entre a suficiência desambiciosa e a pobreza incapaz das humilhações de solicitante.

Ao fim de 16 anos, aproximadamente, de uma vida que ele pôde chamar sem grande exagero a mais desgraçada que jamais se viu, regressa a Portugal. Regressa sem recursos, nem para o pagamento da viagem, nem para, na ilha de Moçambique, poder esperar pela nau em que embarcasse. Diz Diogo de Couto que ali o viu vivendo de amigos, compondo o seu *Parnaso*, livro que qualifica de muita erudição, doutrina e filosofia, e lhe roubaram, e dando a última demão às suas *Lusíadas*.

Parte para Portugal em 1569. Como única riqueza, trazia *Os Lusíadas*, que ele mesmo refere (canto X, 128) ter salvo do naufrágio em que perdeu uma moça oriental, a quem vinha muito ligado e a quem dedica o soneto *Alma minha gentil, que te partiste*, a crer no texto do manuscrito da Biblioteca Municipal do Porto, que se julga ser a VIII Década perdida por Diogo de Couto. Também parecem inspirados pela mesma saudade os sonetos *Ah! minha Dinamene! assim deixaste*, *O céu, a terra, o vento sossegado*, e *Quando de minhas mágoas a comprida*.

O contacto do poeta com seus pares latinos — Virgílio, Horácio e Ovídio —, com os italianos — Petrarca, Sannazzaro, Bembo e Bernardo Tasso —, com os poetas castelhanos — Manrique, Boscán e Garcilaso — não lhe sufocou, antes lhe excitou o gênio próprio, porque tudo assimilou como substância do seu próprio pensar e sentir, de tudo fez expressão das próprias vivências; toda esta variedade, como o faz um rio aos seus afluentes, ele a submeteu ao seu fluir vital, em lampejos dir-se-ia que produzidos pelo mesmo Sol, que num mesmo universo, a todos cobria de sua luz e animava de seu calor.

3.6. O renascimento daquela idéia de civilização

Como Renascimento designa-se o poderoso movimento artístico e literário que surgiu na Itália dos séculos XV e XVI, irradiando-se depois para a Europa, promovendo em toda parte um pronunciado florescimento da arquitetura, escultura, pintura e das artes decorativas, da literatura e da música e um novo enfoque da política.

Embora hoje também se fale, metaforicamente, em renascenças na história da civilização Egípcia antiga ou da Chinesa, trata-se na verdade de um fenômeno específico da civilização européia moderna que, malgrado o intervalo da Idade Média, nunca esqueceu suas bases na civilização Greco-Romana da antiguidade, da civilização "Clássica". Considerado a princípio por eruditos e historiadores como um ressurgimento da cultura clássica depois de um amplo declínio medieval e mais tarde o termo adquiriu também uma série de conotações políticas, econômicas e até religiosas.

Embora, de modo geral, o movimento tenha sido considerado como de total oposição ao período medieval, alguns historiadores tendem a ver o Renascimento mais como um processo evolutivo do que uma ruptura profunda, pois diversas manifestações renascentistas foram identificadas já no início do século XII. Entre esses prenúncios destacaram-se a redução da influência da Igreja Católica e do Sacro Império Romano-Germânico, o surgimento das cidades-estados, o desenvolvimento das línguas nacionais e o início do desmoronamento das estruturas feudais.

Ao longo de todo o período medieval, a Igreja contou com diversos movimentos, que tentaram reformar a Instituição, nascidos no seio da própria Igreja. A Igreja enfrentou também grande número de guerras, movidas por reis, príncipes e senhores feudais, muitas vezes com o apoio da população, que lutava contra o abusivo poder dos papas. Entretanto, a Igreja saiu vitoriosa na maioria das vezes, mantendo sua unidade até meados do século XVI, quando ocorreu o movimento da Reforma Protestante.

Tendo descoberto o mundo, o Renascimento também quis dominá-lo pela inteligência. Não dispondo ainda das ciências naturais e matemáticas, de Galileu e Descartes, pretendeu realizar sua ambição pela magia, pelos estudos cabalísticos e pela astrologia, em que acreditavam mais que na religião cristã. No entanto, pelas façanhas desse individualismo, o Renascimento pagou um alto preço: a decadência moral. O espírito renascentista expressou-se desde cedo no Humanismo, movimento intelectual que teve início e alcançou seu apogeu na Itália.

Os humanistas buscaram respostas para as questões do momento e para isso recorreram tanto ao Cristianismo como à Filosofia Greco-Latina. Criaram assim um sistema intelectual caracterizado pela supremacia do homem sobre a natureza e pela rejeição das estruturas mentais impostas pela religião medieval. A intenção do humanismo era desenvolver no homem o espírito crítico e a plena confiança em suas possibilidades, condições que lhe haviam sido proibidas durante a época medieval.

O anseio pelo conhecimento e o espírito científico do homem renascentista provocaram uma verdadeira revolução. Difundiram-se e aperfeiçoaram-se inventos orientais como a pólvora, que transformou a estratégia militar, e a bússola, que permitiu os grandes descobrimentos geográficos. Talvez o fato mais marcante tenha sido a invenção da Imprensa, atribuída ao alemão Johannes Gutenberg.

4. Do Romantismo à Modernidade e o Fim das Utopias

4.1. O fim da hegemonia católica apostólica românica e a constituição das nações modernas

A ideologia da Contra-Reforma marca profundamente o século XVII, principalmente nos países de tradição católica mais arraigada. Na arte isso resulta na tentativa de fusão de elementos opostos, gerando a tensão e a exuberância do barroco. Quando no texto há a intenção de maravilhar por meio de sensações, com apelos visuais e auditivos, tem-se o estilo cultista. Quando o estímulo se faz por meio do envolvimento intelectual, o estilo é conceptista. Na França, a oratória sacra é representada por Jacques Bossuet. Na Espanha, a poesia se manifesta por intermédio do cultismo e do conceptismo, desenvolvidos pelos poetas líricos Luís de Gôngora e Francisco de Quevedo, respectivamente. Na Inglaterra, destaca-se a poesia de John Donne e John Milton (*O Paraíso Perdido*).

Depois de um período em que predominara o misticismo e a religiosidade, surge a valorização da razão como norteadora do conhecimento humano. O neoclassicismo retoma os ideais clássicos de concisão e equilíbrio. Para os filósofos do iluminismo, a filosofia é sinônimo de espírito científico, investigativo e universal. Na França destacam-se Montesquieu, Voltaire, Denis Diderot e D'Alembert, os organizadores da Enciclopédia, e Jean-Jacques Rousseau. Na Inglaterra, os poetas Alexander Pope, John Dryden, William Blake. Na prosa verifica-se o pleno desenvolvimento do romance. No de aventuras destaca-se Daniel Defoe (*Robinson Crusoe*); no satírico, Jonathan Swift (*As Viagens de Gulliver*); no doméstico, Samuel Richardson (*Pamela*); no humorístico, Henry Fielding (*Tom Jones*); no digressivo, Laurence Sterne (*Tristram Shandy*). Nessa época, os contos de *As Mil e Uma Noites* aparecem nas primeiras traduções européias.

As primeiras traduções em francês de *As Mil e Uma Noites* – contos anônimos muito conhecidos no mundo árabe – são feitas por Antoine Galland entre 1707 e 1717. Essas histórias evocam para os europeus um mundo maravilhoso onde os ambientes, as roupas, os cheiros

e os hábitos parecem agradavelmente exóticos. Algumas das histórias, como Simbad, o Marujo e Ali Babá e os 40 Ladrões, tornam-se muito conhecidas em todo o mundo ocidental. Esses contos exercem grande fascínio no espírito romântico e são traduzidos para o inglês por Edward Lane e sir Richard Burton.

No há uma apologia da liberdade de criação. A fantasia e o sentimento são valorizados, o que permite o surgimento de obras de grande subjetivismo. Há também valorização do nacionalismo. Esse movimento tem suas origens na Inglaterra, com Baladas Líricas, obra dos poetas William Wordsworth e Samuel Taylor Coleridge, e na Alemanha, onde surge o movimento Sturm und Drang (Tempestade e Ímpeto) do qual faz parte o poeta Johann Wolfgang von Goethe. Também se destacam os poetas alemães Friedrich Schiller, Novalis, Hölderlin e Heinrich Heine.

4.2. Johann Wolfgang Goethe e o *Fausto*

A poucas pessoas é possível denominar de modo tão tranqüilo o epíteto de gênio quanto a J. W. Goethe; ele se destacou de tal forma na literatura e ajudou a criar um movimento literário, o Romantismo, que influenciou e guiou praticamente toda a cultura alemã e, no seu rastro, a universal. Nascido em 1749, em Frankfurt-sobre-o-Meno, ainda adolescente já estudava italiano, latim, grego, inglês, hebraico e desenho artístico. Escreveu crítica literária, romances, peças, poesia, contos, poesia lírica, cartas e descrições de viagens. Sua inteligência, no entanto, não se limitava à literatura.

Além de dedicar-se à literatura, Goethe também dedicou-se à ciência. É autor de “A Doutrina das Cores”, obra em que expõe o resultado de suas pesquisas e estudos acerca de fisiologia, física e química para tratar do fenômeno das cores. Em “A Doutrina das Cores” Goethe rivaliza nada mais nada menos com um intelectual da envergadura de sir Issac Newton. Na verdade, causa espanto a quantidade e variedade de seus interesses: era um cientista, fez pesquisas em óptica, geologia, mineralogia, botânica, anatomia humana e zoologia. E, todas as vezes que você ouvir falar do osso intermaxilar no ser humano, saiba que isso foi contribuição de Goethe. Foi conselheiro político e militar em Weimar, onde ajudou a construir estradas, prédios públicos e teatros. Quando morreu em 1832, com 83 anos, foi reverenciado como um mito da humanidade.

Em virtude disto tudo não se pode deixar de considerar a semelhança existente entre a personagem (Fausto) e seu autor. Afinal, Goethe também perseguia o conhecimento e as canções que irrompiam durante a noite registradas por ele bem que poderiam ser sopradas em seu ouvido pelo próprio Mefistófeles. De qualquer maneira o importante é que neste como em outros casos a vida imita a arte.

Resumo de uma época e prova da genialidade de Goethe, “Fausto” faz parte do patrimônio cultural da humanidade, é obra da vida inteira do escritor. Goethe fez sua primeira tentativa de escrever sobre o mito alemão em 1774, no *Urfaust*, em prosa, que é às vezes denominado de Fausto Primitivo. Em 1797 a idéia foi retomada segundo um plano completamente diferente: em 9 episódios e como poema dramático para Teatro. Esta nova versão será publicada como texto definitivo em 1808 (Fausto Parte I). Cumprindo uma promessa feita a seu grande amigo Friedrich Schiller (1759-1805), Goethe vai trabalhar na Parte II de Fausto até 1831, que na realidade, tem pouca relação com a Parte I, mais conhecida e divulgada, com a publicação póstuma do texto definitivo em 1832.

Fausto situa-se nos limites entre a mitologia e a história, talvez seja esta a razão do poema de Goethe ter se transformado num clássico. Além disso, deve-se ressaltar que Fausto encontrou um solo fértil a partir do Iluminismo. Desde então, o conhecimento é muito valorizado, o que não ocorria na época em que o Jörg Faustus vagou pela Europa. Assim, foi o fim da Idade Média que abriu caminho para que Fausto fosse transformado num verdadeiro mito.

De certa maneira, o homem moderno também realiza a mesma trajetória que Fausto, também faz o seu pacto com secreto com Mefistófeles. Persegue avidamente o conhecimento para a partir dele desfrutar os prazeres da vida. Não é isto que estamos fazendo neste exato momento? Hoje mais do que nunca o homem é literalmente empurrado nesta direção. Nada é capaz de o deter, nem mesmo os freios religiosos. Originalmente judaísmo, cristianismo e até mesmo o islamismo partilham da mesma posição em relação ao conhecimento, encarado como a fonte de todo mal. A expulsão de Adão e Eva do paraíso ilustra bem esta questão. Contudo, na atualidade, estes três grandes sistemas religiosos são obrigados a tolerar a ciência e o desejo de conhecê-la.

Em razão da tradição judaica e cristã podemos dizer que o mito de Fausto é como que uma atualização, uma modernização de crenças muito anteriores ao século XV e mesmo ao século V de nossa era. Crenças que se encontram retratadas de maneira muito original na Tora ou Velho Testamento. A exemplo de Adão, Fausto obtém o conhecimento e o prazer,

mas acaba sendo obrigado a vagar pelo mundo. Adão é condenado a trabalhar para seu próprio sustento e Fausto a acompanhar Mefistófeles. Portanto, de certa maneira ambos foram expulsos do paraíso, se entendermos este como um estado inicial, primitivo, em que não havia nem prazer, nem dor. Não parece ser acidental a coincidência de que o primeiro conhecimento adquirido pelos dois curiosos é relacionado ao prazer. Adão copula com Eva e, na versão de Goethe, a primeira coisa que Fausto descobre depois do pacto celebrado com Mefistófeles é o prazer sexual com Margarida.

Ao registrar sua versão sobre o mito de Fausto, Goethe deu a ele algo de sua própria educação clássica. Com efeito, pode-se estabelecer um paralelo entre a trajetória de sua personagem e a do filósofo Sócrates, que viveu no século IV a.C. Todos os discípulos que escreveram sobre o ateniense referem-se ao fato de que ele admitia que falava com sua entidade protetora, com seu daímom (vocábulo grego traduzido como sendo equivalente a “demônio”). Como se vê, o grego e o personagem de Goethe entram em contato com seres supranaturais e perseguem o conhecimento. A identidade entre ambos não parece ser meramente casual.

Em nossa perspectiva de início de século XXI, percebemos que Goethe conseguiu orquestrar uma verdadeira tragédia do desenvolvimento humano, a aventura de Fausto inicia-se na solidão de um obscuro laboratório medieval de um sábio alquimista e seu idealismo na primeira parte e termina na segunda parte simbolicamente em meio às convulsões provocadas pela Revolução Industrial burguesa, o avanço das forças do capitalismo e a destruição completa sem deixar vestígios, da sociedade e modo de produção feudal, mundo este que foi transformado através de uma imensa força de trabalho organizada juntamente com a maquinaria e grande indústria.

A questão trágica do pacto e o desenvolvimento do capitalismo no poema é analisado em três “metamorfoses” por Marshall Berman: o Sonhador, o Amador e o Fomentador.

Em Goethe o mito encontra sua versão mais acabada e genial. A chave para entendê-lo está logo no início do poema, no qual Deus dialoga com Mefistófeles. A entidade diabólica pede a Deus a permissão para tentar o cientista obtendo-a com a restrição de que não poderá ficar com sua alma. Mefistófeles aceita a condição e retruca que a ele como ao gato só interessa o rato enquanto estiver vivo.

É como um herói insaciável e em conflito que Fausto é apresentado por Goethe. Sua sede de onipotência leva-o a dominar várias ciências, mas nenhuma delas o conduz ao mistério da existência. Fausto chega, assim, a perder a fé nas vias ordinárias da ciência. Anseia por conhecer mais e mais: vida, alegria, amor, magia. Anseia por transformar-se numa espécie de deus, com acesso ilimitado a todas as manifestações da natureza.

4.3. Uma nova idéia de civilização: o capitalismo

Na Inglaterra distinguem-se as obras dos poetas Lord Byron, Percy Shelley e John Keats, os romances de Jane Austen e do escocês sir Walter Scott. Na França, Chateaubriand, Lamartine, Alfred de Vigny e Alfred de Musset são os principais representantes da poesia. Na prosa destacam-se Victor Hugo. Honoré de Balzac e Stendhal iniciam a transição para o realismo. Almeida Garret introduz o romantismo em Portugal com o poema “Camões”; destacam-se também Alexandre Herculano e Camilo Castelo Branco. Na Itália, o poeta Giacomo Leopardi expressa um lirismo pessimista. Nos Estados Unidos, James Fenimore Cooper inspira-se nos tipos humanos e Edgard Allan Poe desenvolve a crítica literária, além de se destacar no conto e na poesia.

Na segunda metade do século XIX surge o realismo, movimento que pretende descrever de maneira crítica e objetiva uma nova realidade. Na França, Gustave Flaubert escreve *Madame Bovary*, considerado o marco inicial do movimento. Na Inglaterra, em plena era vitoriana, se destacam romancistas como Charles Dickens (*Oliver Twist*), Charlotte Brontë (*Jane Eyre*) e Emily Brontë (*O Morro dos Ventos Uivantes*). O realismo traz a literatura russa e sua forte crítica social para o cenário mundial. Os mais representativos são Fiodor Dostoiévski e Leon Tolstói. Em Portugal destaca-se Eça de Queirós no romance, com seu espírito crítico e ironia mordaz. Na poesia distinguem-se Cesário Verde e Antero de Quental. Influenciado pelo positivismo nasce também o naturalismo, que leva às últimas conseqüências a incorporação da perspectiva científica na literatura. Determinista, o naturalismo considera o meio social e a raça como determinantes do comportamento humano. O francês Émile Zola expõe a teoria do naturalismo na obra *O Romance Experimental*.

No mesmo período em que o realismo marca a prosa, surgem o parnasianismo e o simbolismo na poesia. Ao reagir contra o sentimentalismo da poesia romântica, o parnasianismo coloca-se a favor do rigor formal. Sua origem encontra-se na revista francesa *Le Parnasse Contemporain*, publicada entre 1866 e 1876, na qual figuram poemas de Théophile Gautier,

Théodore Banville, Leconte de Lisle e Charles Baudelaire. Contra a poesia descritiva e perfeccionista do parnasianismo surge o simbolismo, cujos procedimentos estéticos se baseiam nas sugestões do subconsciente. A nova poesia, dita por se preocupar em atingir a essência das coisas, é defendida no Manifesto Simbolista, de 1886. Charles Baudelaire pode ser considerado o precursor dessa estética. Outros poetas que se distinguem são Arthur Rimbaud, Paul Verlaine e Stéphane Mallarmé. Em Portugal, os principais representantes do simbolismo são os poetas Eugênio de Castro, Antônio Nobre e Camilo Pessanha.

Alguns autores representam a transição entre simbolismo e modernismo. Sua literatura é marcada por uma descrença nos valores sociais, religiosos e morais. Seu descontentamento se traduz em tendências estilísticas renovadoras, que abrem caminho para a revolução artística que se verifica no começo do século XX. Em língua inglesa, o irlandês Oscar Wilde cria um universo decadente. Também irlandês, o poeta William Butler Yeats é autor de um simbolismo tardio. O inglês Thomas Hardy e o norte-americano Henry James destacam-se no romance. Na Alemanha, Rainer Maria Rilke e Thomas Mann são os principais nomes da poesia e da narrativa, respectivamente. Na França, Paul Valéry destaca-se pela criação de uma poesia que alia o rigor formal à invenção.

4.4. Gustave Flaubert e *Madame Bovary*

Gustave Flaubert, não era nada prolífico e escreveu pouquíssimos livros. Sua obsessão pela palavra perfeita, *la mot juste*, fazia ele ficar anos escrevendo e reescrevendo o mesmo livro.

Madame Bovary é com certeza um dos mais belos romances de língua francesa, ou porque não dizer, um dos mais belos e elaborados romances escritos durante a história da humanidade. Publicado em 1857, pelo realista francês é a trágica história de uma mulher consumida por uma desenfreada magnificência das suas assombrosas fantasias e desejos.

A saga de Emma Bovary, personagem central da obra, começou a tomar forma em 1851. Lançado inicialmente em quatro folhetins no periódico *Revue de Paris*, em 1856, com o subtítulo *Mœurs de Province* (Costumes do Interior, numa tradução livre), o romance foi publicado como livro, em dois volumes, no ano seguinte.

A narração parte de uma experiência do escritor, médico de profissão, escritor por vocação que estando em Rouen, perto de Paris, toma conhecimento do suicídio de uma jovem senhora, que depois de ter levado o marido à ruína ingere arsênico e falece. Flaubert este durante oito anos pesquisando a vida desta senhora e como requer o romance realista, em posse de dados muito próximos da realidade escreve o romance, que lhe custou um processo por ultraje à moral do qual se livrou alegando ter escrito o livro como forma de mostrar qual deve ser o fim de uma mulher adúltera.

O livro narra a história de Ema Bovary, esposa do médico Charles Bovary, um homem fracassado e medíocre que desperta na mulher todos os sentimentos contrários aquilo a que havia idealizado durante a mocidade. Ema fora criada em um convento e por não apresentar sinais verdadeiros de que tivesse vocação para ser freira volta à casa do pai e ali vive uma vida pacata no campo, lendo os romances românticos idealizados de Walter Scott. Charles fora desde menino tímido e sem iniciativa, tendo um pai omisso fora sempre controlado pela mãe e acaba por tornar-se médico. A mãe então indica-lhe uma viúva de posses com quem o rapaz se casa e vive uma vida morna de sentimentos. Certa ocasião o pai de Ema quebra a perna e então Charles vai prestar atendimento ao pai da jovem, ocasião esta em que acabam se conhecendo.

Posteriormente as visitas à casa de Ema se intensificam em virtude da saúde seu pai. Logo Charles fica viúvo e daí às núpcias é um curto intervalo de tempo.

Ao casar a moça sente que ascenderá socialmente, que viverá a vida dos salões, em contato com os nobres, mas logo entra num estado de profunda nostalgia ao perceber que o casamento constitui de uma vida monótona, cercada aos afazeres do lar.

O casal então decide mudar-se para Roen e quando isto ocorre Ema está grávida de Berthe. Instalando-se na nova cidade, Charles de certa forma ameaça com sua presença o farmacêutico Romais que executa as funções de médico no local. Surge entre as duas famílias um clima de inveja, que não se deixa transparecer totalmente. Ema conhece Leon, um jovem com quem trava amizade e um amor platônico, no entanto logo o rapaz se dirige a Paris para estudar Direito o que desencadeia na Senhora Bovary uma incrível sensação de solidão que é superada pelo aparecimento de Rodolfo, fidalgo decaído que vive de aparências com quem Ema vive um intenso caso de amor e com quem planeja fugir, no entanto na data marcada, Rodolfo lhe envia um bilhete alegando que não iria levá-la para o seu próprio bem, a jovem Senhora então entra em crise de depressão profunda, tempo em que se recolhe a religiosidade e se dedica ao marido.

Com a volta de Leon de Paris, Emma novamente se lança às suas aventuras amorosas e perde todos os limites do bom senso, envolvendo-se cada vez mais em dívidas, assina muitas notas promissórias, dominada pelo consumismo e pela personalidade ansiosa que a conduz finalmente ao fundo do poço. Sem saída para as dívidas e tendo perdido mais uma vez o amante, ela resolve tomar arsênico, depois de um período agonizante ela falece. Charles não suporta a ausência da esposa e acaba morrendo de ataque cardíaco fulminante, na condição mais degradante que um ser humano é capaz de alcançar. Berthe depois da morte da tia com quem ficara depois da morte dos pais, vai trabalhar em uma tecelagem como operária e assim se dá o desfecho da trágica história da Senhora Bovary.

Emma é uma mulher que busca um caminho diferente daquele em que foi preparada para percorrer. Mas como fazê-lo se toda mulher era preparada e empurrada para o casamento? O comportamento da personagem de Flaubert anuncia uma mudança que em breve colocaria o mundo macho de cabeça para baixo: o poder de escolha da mulher que sempre esteve paralisada pelas ordens dos homens. Emma não aceitava ser dominada, não era submissa, prendada ou fiel. Obedecer aos costumes sociais da época promoviam o mais absoluto tédio.

O tédio de Emma vai além da falta de graça e vida de seu marido, porque quase nada a satisfaz por muito tempo. Vaidosa, cheia de vontades, uma verdadeira mulher de fases, que ora alterna o ímpeto da paixão pela vida e pelos amantes, ora entra em um estado de letargia desconsolado com a existência. Nem o nascimento de sua filha faz com que o amor pleno tome conta dela, que procura incessantemente as paixões nas páginas dos romances – os quais chegou a ser proibida de ler por causa dos conselhos da sogra, que pouco a estimava.

Enquanto Dom Quixote expõe ao ridículo a novela de cavalaria por meio da saga de seu personagem cavaleiro; Madame Bovary faz o mesmo com o romance sentimental, ou de folhetim, contando a vida de uma jovem sonhadora. “O fato é que a escrita de paródia sempre tem muita intimidade com seu objeto”, avalia o professor de literatura Samuel Titan. “Um dos primeiros modos que a crítica desenvolveu para dar conta de entender Emma Bovary foi chamá-la de Dom Quixote de saias, isso em 1857.”

Os estudiosos afirmam que o esmero era a forma que Flaubert dava à sua ambição de elevar a prosa ao grau de elaboração e refinamento literário da poesia e do teatro francês. A concretização ou não desse esforço é outra discussão. O consenso é que Flaubert firmou um estilo literário que dividiu a literatura ocidental entre antes e depois de Madame Bovary.

“Um romance sobre o nada”, segundo a definição do próprio autor, que na verdade “Quando ele diz que vai escrever um livro sobre o nada, significa que quer escrever um objeto verbal puro, que se sustenta por si só”, segundo Samuel Titan. “Quer dizer, o assunto, o tema, o ambiente e o cenário não são importantes diante do impulso de fazer um livro verbalmente perfeito.” ou seja, proporcionar a própria experiência ao leitor.

5. Considerações finais

O advento do capitalismo certamente, se não substituiu, modificou drasticamente aquela idéia de civilização preconizada na antiguidade pelos gregos. A figura do indivíduo, como se pode perceber observando o conteúdo das obras comentadas, foi alçada ao seu grau máximo de importância para a civilização ocidental.

A literatura do fim do século XIX aponta para o auge da civilização ocidental ao mesmo tempo que profetiza sua decadência; Doutor Fausto e Madame Bovary são personagens exemplares do novo mundo moderno, principalmente nas Américas: o primeiro, insaciável, obcecado e ambicioso, vende sua alma ao diabo pela oportunidade de proporcionar a desgraça alheia; a segunda, tomada de tédio, faz da mentira compulsória um meio de vida social, até o seu limite.

A leitura das obras clássicas da história da literatura é um ótimo instrumento de conhecimento e compreensão da cultura e da civilização ocidental, não só pelo seu conteúdo informativo, mas principalmente pelo seu “método” artístico, capaz de atingir de forma muito mais contundente o leitor, tentando mais uma vez realizar aquela experiência humana.

6. Referências Bibliográficas

- BURNS, E. M. *História da civilização ocidental*. trad. Lorival Gomes etalli. Porto Alegre: Globo, 1963.
- CARABAJAL, Mário. *Síntese Histórica do Surgimento e Evolução da Escrita*. Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.academialetrasbrasil.org.br/histescrita.htm>. Acesso em: 15/10/2006.
- COLLINGWOOD, R. G. *A Idéia de História*. Trad. Alberto Freire. 5ª edição. Lisboa: Editora Presença, 1981.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Antigüidade Clássica: a História e a cultura a partir dos documentos*. 2ª edição. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.
- GRIMAL, Pierre. *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. Trad. Victor Jabouille. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- HERÓDOTO. *História*. Trad. J. Brito Broca. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1964.
- HOMERO. *Iliada*. Trad. Carlos Alberto Nunes. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- KOSMINSKY, E. A. *História da idade média*. trad. Paschoal Lemme. São Paulo: Vitória, 1963.
- MICHULIN, A. V. *História da antiguidade*. trad. Paschoal Lemme. São Paulo: Vitória, 1963.
- SUA PESQUISA. *História da Escrita*. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/artesliteratura/historiadaescrita.htm>. Acesso em: 15/10/2006.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora UNB, 1982.
- WIDIPÉDIA. *Escrita*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Escrita>. Acesso em: 15/10/2006.
- XACRIABÁ, Marciel e XACRIABÁ, Gizélio. *A história da escrita*. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/bay/sites/xacriaba/historiadaescrita.htm>. Acesso em: 15/10/2006.
-

Percepção dos Profissionais de Enfermagem em Relação à Comissão de Ética

Fabiana Amadeu

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Nove de Julho
fabiana.marc@ig.com.br

Márcia Tóffoli

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Nove de Julho
Marciaalmeida@alcoa.com.br

Resumo

Por ser um assunto de extrema importância e estarmos realizando estágio em uma unidade que não possui Comissão de Ética formada, fomos motivadas a desenvolver um estudo sobre este tema. Os objetivos foram: verificar o entendimento dos profissionais de enfermagem em relação à Comissão de Ética de Enfermagem (CEE) acerca do conceito de ética; visando o cumprimento do seu papel e fundamentar a importância do desenvolvimento do trabalho prestado pela Comissão de Ética de Enfermagem. Tratou-se de uma abordagem qualitativa, exploratória, descritiva, realizada em um hospital de grande porte da zona metropolitana de São Paulo. Os sujeitos da pesquisa foram 22 (vinte e dois) profissionais de enfermagem, O número de participantes foi definido conforme inovação nas verbalizações, ou seja, quando as falas começaram a se repetir, foi dado por encerrado o número de sujeitos participantes do estudo. Os dados foram coletados por meio de entrevista utilizando um roteiro norteador contendo questões abertas. A técnica utilizada para inferência sobre os resultados foi baseada na análise de conteúdo de Bardin (1977). O que nos chamou a atenção foi principalmente à falta de entendimento do regimento proposto pelo COREN-SP, mais especificamente do papel que a CEE tem que desempenhar dentro da instituição.

UNITERMOS

Conselho de Enfermagem; Comissão de Ética de Enfermagem; Ética.

Abstract

By being a subject of extreme importance and to be carrying through period of training in a unit that does not possess Commission of formed Ethics, we were motivated to develop a study on this subject. The objectives had been: to verify the agreement of the professionals of nursing in relation to the Commission of Ethics of Nursing (the EEC) concerning the ethics concept; aiming at the fulfillment of its paper and to base the importance of the development of the work given for the Commission of Ethics of Nursing. One was about a qualitative, exploratory, descriptive boarding, carried through in a hospital of great transport of the zone metropolitan of São Paulo. The citizens of the research had been 22 (twenty and two) professional ones of nursing, the number of participants were defined in agreement innovation in the verbalizações, that is, when you say them had started if to repeat, it was given by locked up the number of participant citizens of the study. The data had been collected by means of interview using a norteador script contend open questions. The technique used for inference on the results was based on the analysis of content of Barding (1977). What in them it called the attention was mainly to the lack of agreement of the regiment considered for the COREN-SP, more specifically of the paper that the EEC has that to play inside of the institution.

UNITERMOS

Nursing Consil; Commission of Ethics of Nursing; Ethics .

Percepção dos Profissionais de Enfermagem em Relação à Comissão de Ética

1. Introdução

Por ser um assunto de extrema importância e estarmos realizando estágio em uma unidade que não possui Comissão de Ética formada, fomos motivadas a desenvolver um estudo sobre este tema.

As situações conflituosas e de difícil resolução são muitas no dia –a –dia da enfermagem, e o grupo de comissão de ética orienta os profissionais de enfermagem abrindo espaço para muitos questionamentos, o que em contraste com outras instituições que tratam do assunto de Ética hospitalar, resulta em mudança de comportamento da equipe favorecendo assim o paciente.

No decorrer de nosso estágio, nos chamou a atenção à organização proveniente da gerência de enfermagem para constituição da equipe que irá compor a Comissão de Ética, o que nos levou ao questionamento: qual a percepção dos profissionais de enfermagem em relação à Comissão de Ética.

Santos (1997), define ética como "Estudos dos juízos de apreciação referentes á conduta humana, do ponto de vista do bem e do mal. Conjunto de normas e princípios que norteiam a conduta do ser humano".

Podemos inferir com Trevizan (2002), que o valor básico no código de ética de enfermagem é o respeito pelo ser humano, veracidade, confidencialidade, privacidade, justiça, autonomia, competência, fidelidade, beneficência e responsabilidade.

De acordo com o COREN a Comissão de Ética de Enfermagem deverá ser organizada de maneira que atenda as diversas áreas de atuação da enfermagem, abrangendo todos os profissionais inseridos na equipe de enfermagem.

A Comissão de Ética de Enfermagem deverá ser constituída em todas as instituições onde existirem atividades de enfermagem, atendendo a todos os profissionais nas questões éticas da profissão.

Será composta por enfermeiro, técnico e/ou auxiliar de enfermagem em igual número, com vínculo empregatício na instituição e registro no COREN. Deverá ser formado por membros efetivos e iguais número de suplentes, cabendo a presidência ao enfermeiro.

A Comissão de Ética deverá ser composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário, eleitos pelos membros efetivos. A Comissão de Ética deverá ser constituída através de eleição direta, convocada pela direção do órgão de Enfermagem da instituição.

Na instituição onde não existirem órgãos de enfermagem, a convocação ficará sob a responsabilidade da Comissão de Ética do COREN.

O mandato dos integrantes da Comissão de Ética será de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por igual período.

O Regimento da Comissão de Ética determinará e especificará a condução de todo o processo, assim como as atribuições dos componentes da Comissão de Ética.

De acordo com Almeida & Cavalcante (1985), o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem do Brasil, reestruturado e aprovado pelo Conselho Federal de Enfermagem, constitui numa declaração pública que visa o aprimoramento do comportamento ético do profissional, expressando questões morais, valores e metas da Enfermagem.

O primeiro regimento apresentado pelo COREN às instituições de saúde como fonte de orientação para a criação dos regimes internos da CEE sugeria o prazo de dois anos para cada gestão.

Acreditamos que para os profissionais prestarem uma assistência de enfermagem coerente, é necessário que tenham uma visão plena, holística e observem o ser humano como um todo, de forma ética e integral, respeitando seus valores e sentimentos, oferecendo assim uma assistência de enfermagem humanizada.

Em função de todo este contexto, este trabalho propõe incentivar o profissional a conhecer mais sobre o seu exercício profissional.

No desejo de, com os resultados deste estudo, contribuímos para a enfermagem no sentido de haver um maior despertar sobre Comissão de Ética, bem como de minimizar as atitudes inerentes causadas por alguns profissionais, havendo uma melhora na assistência de enfermagem, nos propusemos a desenvolver este estudo.

A proposta deste estudo encaminha para o alcance do objetivo de identificar a percepção dos profissionais de enfermagem em relação à Comissão de Ética.

1.1. Competências da Comissão de ética

Comissão de ética de Enfermagem se tornou obrigatório no Estado de São Paulo após deliberação do plenário do COREN-SP em sua 389ª Reunião Ordinária ocorrida no dia 09 de janeiro de 1996 que resolve:

Art. 1º) - Tornar obrigatória a criação das Comissões de Ética de Enfermagem em todas as Instituições de saúde que tenham seu quadro de pessoal formado por, no mínimo, 10 (dez) Enfermeiros.

Art. 2º) - As Comissões de Ética de Enfermagem serão órgãos representativos do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo, com funções educativas, consultivas e fiscalizadoras do exercício profissional e ético dos profissionais de Enfermagem.

Art. 3º) - A Comissão de Ética de Enfermagem tem como finalidade:

- garantir a conduta ética dos profissionais de Enfermagem nas instituições;
- zelar pelo exercício ético dos profissionais de Enfermagem nas instituições, combatendo o exercício ilegal da profissão, educando, discutindo e divulgando o Código de Ética dos profissionais de Enfermagem;
- notificar ao Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo as irregularidades, reivindicações, sugestões infrações éticas.

Art. 4º) - A criação, formação e funcionamento das Comissões de Ética de Enfermagem deverão se guiar pelo "Regimento para a criação, formação e funcionamento das Comissões de Ética de Enfermagem", que está em anexo à esta Decisão e faz parte integrante da mesma.

Art. 5º) - Os casos omissos no presente ato decisório serão resolvidos pelo COREN-SP.

Art. 6º) - A presente decisão entrará em vigor após homologação pelo COFEN e for publicada no órgão de Imprensa Oficial da Autarquia.

REGIMENTO PARA A CRIAÇÃO, FORMAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES DE ÉTICA DE ENFERMAGEM.

CAPÍTULO I CARACTERÍSTICAS GERAIS – DEFINIÇÃO

Art. 1º - a Comissão de Ética de Enfermagem (C.E.E.) é órgão representativo do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo em caráter permanente junto às Instituições de Saúde, tendo funções educativas, fiscalizadoras e consultivas do exercício profissional e ético dos profissionais de enfermagem nas referidas instituições.

CAPÍTULO II NATUREZA E FINALIDADES

Art. 2º - A Comissão de Ética de Enfermagem é reconhecida pela Diretoria/Chefia/Gerência ou Divisão de Enfermagem da Instituição de Saúde à que pertence, estabelecendo com ela uma relação de independência e autonomia, cientificando e assessorando a mesma sobre os assuntos afetos a esta.

Parágrafo único – A Comissão de Ética de Enfermagem deverá notificar a Diretoria/Chefia/Gerência ou Divisão de Enfermagem da Instituição de Saúde a que pertence o calendário de suas reuniões e/ou atividades.

Art. 3º - A Comissão de Ética de Enfermagem tem por finalidade:

- a) garantir a conduta ética dos profissionais de enfermagem da Instituição através da análise das intercorrências notificadas por meio de denúncia formal e auditoria;
- b) zelar pelo exercício ético dos profissionais de enfermagem da Instituição;
- c) colaborar com o COREN-SP, no combate ao exercício ilegal da profissão e na tarefa de educar, discutir, orientar e divulgar temas relativos à ética dos profissionais.

CAPÍTULO III DAS ELEIÇÕES

Art. 4º - Os membros da Comissão de Ética de Enfermagem serão eleitos através de voto facultativo secreto e direto.

Art. 5º - A Comissão de Ética de Enfermagem vigente, fará a escolha e divulgação de uma Comissão Eleitoral, que será responsável pela organização, apuração e divulgação dos resultados do pleito.

Parágrafo 1º - Nas instituições de saúde que ainda não possuem sua C.E.E. a escolha e divulgação da Comissão Eleitoral deverá ser feita pela Diretoria, Chefia ou Divisão de Enfermagem das referidas instituições.

Parágrafo 2º - Os membros da Comissão Eleitoral não poderão ser candidatos.

Parágrafo 3º – A Convocação para a eleição será feita através de ampla divulgação interna, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data estabelecida para a votação. Prazo este também para as inscrições e divulgação dos candidatos.

Parágrafo 4º - Os candidatos serão subdivididos em dois grupos:

Grupo I – correspondente ao Quadro I, da categoria de Enfermeiros;

Grupo II - correspondente aos Quadros II e III, respectivamente dos Técnicos e Auxiliares de Enfermagem.

Parágrafo 5º - Os candidatos poderão indicar, no ato da inscrição, até dois fiscais, entre os profissionais de enfermagem da Instituição, para o acompanhamento do processo eleitoral e fiscalização da apuração.

Parágrafo 6º - As inscrições serão encerradas 30 (trinta) dias antes da data do pleito, quando a Comissão Eleitoral deverá enviar ao COREN-SP a relação dos candidatos e seus respectivos fiscais, para averiguação das condições de elegibilidade, quando o COREN-SP deverá expedir declaração, sem ônus para os candidatos.

Parágrafo 7º - Os candidatos ao pleito deverão ter os seguintes requisitos:

I – ter no mínimo 2 anos de inscrição definitiva e estar em dia com suas obrigações junto ao COREN-SP;

II – os candidatos não devem estar envolvidos em processo ético no COREN-SP.

Parágrafo 8º - Os candidatos não devem estar respondendo a nenhum processo administrativo na instituição.

Art. 6º - A data de votação fica estabelecida para o último dia útil do mês de abril, nos anos pares, devendo a posse ocorrer até o dia 20 de maio do mesmo ano.

Parágrafo 1º - Os Enfermeiros eleitores votarão nos candidatos do Grupo I e os Técnicos e Auxiliares nos candidatos do Grupo II.

Parágrafo 2º - O processo eleitoral será aberto e encerrado pelo Presidente da Comissão Eleitoral ou por seu eventual substituto.

Art. 7º - A apuração será realizada imediatamente após o encerramento do processo eleitoral podendo ser assistida por todos os interessados.

Parágrafo 1º - Serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem o maior número dos votos válidos no Grupo I e Grupo II, e os resultados finais deverão ser enviados ao COREN-SP no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o pleito.

Parágrafo 2º - Em caso de empate entre dois ou mais candidatos da mesma categoria, proceder ao desempate de acordo com o tempo de exercício na instituição empregadora na categoria eleita. Caso persista o empate considerar-se-á o profissional com o número de registro mais antigo no Conselho como vencedor.

Parágrafo 3º - Protestos e recursos contra qualquer fato relativo ao processo eleitoral deverão ser formalizados por escrito dentro de, no máximo, 48 horas após as eleições e encaminhados, em primeira instância, à Comissão Eleitoral, em segunda instância à C.E.E e, por último, a instância superior – COREN-SP.

Art. 8º - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral, podendo esta formular consultas ao COREN-SP.

CAPÍTULO IV COMPETÊNCIA

Art. 9º - Compete às Comissões de Ética de Enfermagem:

I – divulgar e fiscalizar o exato cumprimento do Código de Ética, da Lei e do Decreto sobre o Exercício dos Profissionais de Enfermagem, bem como das Resoluções e Decisões do COFEN e dos COREN dentro da Instituição;

II – opinar, normatizar, orientar e fiscalizar sempre em relação ao desempenho ético da profissão;

III – manter atualizado o cadastro de todos os profissionais de enfermagem que trabalham na Instituição;

IV – realizar sindicância sobre o fato notificando, quando julgar necessário, convocando os profissionais envolvidos e suas testemunhas, tomando à termo seus depoimentos, verificando o exercício ético da profissão, as condições oferecidas pela Instituição para o exercício profissional, a qualidade do atendimento prestado aos pacientes e sugerindo as modificações que venham a julgar necessárias;

V – encaminhar o relatório de sindicância juntamente com o parecer da CEE ao COREN-SP, no prazo máximo de trinta dias, sujeito a prorrogação, ao se constatar indícios de possível infração ética, arrolando-se todos os documentos comprobatórios necessários afetos à este, com cópia para a respectiva Diretoria/Chefia/Gerência ou Divisão de Enfermagem da Instituição;

VI – nos casos de não se constatar indícios de infração ética, a CEE deverá encerrar a sindicância, arrolando todos os documentos, elaborando o relatório final e arquivando o processo na instituição;

VII – cientificar à Diretoria/Chefia/Gerência ou Divisão de Enfermagem da Instituição sobre todos os relatórios conclusivos das Sindicâncias ali instauradas pela CEE;

VIII – elaborar, quando necessário, conjuntamente com o COREN-SP, padrões éticos suscitados por modernos métodos de diagnóstico e terapêutica de complexa tecnologia, para que sejam adotados pela equipe de enfermagem e por grupos multiprofissionais qualificados;

IX – solicitar aos responsáveis pela Diretoria/Chefia/Gerência ou Divisão de Enfermagem, assim como, aos responsáveis pelos outros serviços da Instituição de Saúde, informações e comprobatórios quando julgados indispensáveis para elucidação dos fatos que estão sendo apurados.

Art. 10 – Compete aos membros da Comissão de Ética de Enfermagem:

I – eleger Presidente, Vice-Presidente e Secretário;

II – comparecer às reuniões da Comissão, discutindo e opinando sobre matérias em pauta;

III – desenvolver as atribuições conferidas à Comissão prevista neste regimento;

IV – garantir o exercício do amplo direito de defesa àqueles que vierem responder sindicâncias.

CAPÍTULO V ESTRUTURA

Art. 11 – A Comissão de ética de Enfermagem deverá ser composta por Enfermeiros, Técnicos e/ou Auxiliares de Enfermagem com vínculo empregatício com a Instituição de Saúde, excetuando-se àqueles profissionais que sejam membros da Diretoria nos órgãos de classe ou que sejam Diretor/Chefe/Gerente de Enfermagem, na referida Instituição.

Parágrafo único – A instituição de Saúde poderá fazer com que a Instituição de Ensino que solicita campos de estágio se comprometa em participar de processos de sindicância quando necessário.

CAPÍTULO VI COMPOSIÇÃO

Art. 12 – Para a constituição de uma Comissão de Ética de Enfermagem, a Instituição de Saúde deverá contar no seu quadro de pessoal de enfermagem, no mínimo, 10(dez) enfermeiros.

Art. 13 – A Comissão de Ética de Enfermagem deverá ser constituída por 5 membros efetivos, sendo 3 enfermeiros, 2 técnicos e/ou auxiliares de enfermagem e 5 membros suplentes, sendo 3 enfermeiros e 2 técnicos e/ou auxiliares de enfermagem.

Parágrafo 1º - Os membros efetivos serão designados para as funções de Presidente, Vice-Presidente e Secretário, através de votação interna pelos membros que se elegeram para a Comissão de Ética de Enfermagem.

Parágrafo 2º - As funções de Presidente e Vice-Presidente deverão ser exercidas exclusivamente por enfermeiros.

Parágrafo 3º - A C.E.E. somente poderá deliberar com a presença da maioria simples de seus membros.

Parágrafo 4º – Os membros efetivos poderão solicitar a participação dos suplentes nos trabalhos da C.E.E.

CAPÍTULO VII ATRIBUIÇÕES

Art. 14 – Ao Presidente da Comissão de Ética de Enfermagem compete:

I – presidir, coordenar e dirigir as reuniões da Comissão;

II – planejar e controlar as atividades programadas;

III – elaborar relatório com os resultados dos casos analisados e encaminhá-lo à Diretoria/Chefia/Gerência ou Divisão de Enfermagem para ciência;

IV – elaborar parecer final para ser encaminhado ao COREN-SP em casos que sejam constatadas infrações éticas.

Art. 15 – Ao Vice-Presidente da Comissão compete:

I – participar das reuniões da C.E.E.;

II – colaborar no planejamento e controle das atividades da C.E.E.;

III – substituir o Presidente na ausência do mesmo.

Art.16 – Ao Secretário da C.E.E. compete:

I – secretariar as reuniões e registrá-las em ata;

II – verificar o quorum nas sindicâncias;

III – realizar as convocações dos denunciados e denunciantes, bem como das testemunhas;

IV – organizar arquivo referente aos relatórios de sindicância;

V – executar as atividades internas que lhe forem atribuídas ou delegadas;

VI – elaborar conjuntamente com o Presidente da Comissão os relatórios das Sindicâncias.

Art. 17 – Aos suplentes da C.E.E. compete:

I – participar e colaborar nos trabalhos da C.E.E.;

II – atender às convocações da reunião da C.E.E.;

III – substituir os membros efetivos nas reuniões da C.E.E.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18 – A C.E.E. reunir-se-á, uma vez por mês ordinariamente, em dia, hora e local pré-determinados.

Art. 19 – A C.E.E. reunir-se-á extraordinariamente quando a importância do fato assim o exigir.

Art. 20 – O quorum para as decisões corresponde à maioria simples dos membros a Comissão.

Art. 21 – Na desistência de um ou mais membros efetivos da C.E.E., os mesmos serão automaticamente substituídos pelos suplentes de acordo com o número de votos obtidos na eleição. Na ausência destes no momento, far-se-á um novo pleito para completar o mandato, cientificando-se formalmente o COREN-SP a esse respeito.

Parágrafo único – em casos excepcionais a Instituição de Saúde poderá encaminhar nomes (no máximo três) de profissionais ao COREN-SP, que fará a indicação para preenchimento de vagas existentes.

Art. 22 – A ausência não justificada a mais de 3 reuniões consecutivas e/ou alternadas excluirá automaticamente o membro efetivo da C.E.E., sendo convocado o suplente correspondente. Tal exclusão e a correspondente substituição deverão ser comunicadas formalmente ao COREN-SP.

Art. 23 – Quando um dos membros da C.E.E., estiver envolvido na sindicância, o mesmo, será convocado normalmente à prestar esclarecimentos ficando contudo, impedido de dar continuidade às suas atividades na Comissão, durante a vigência da sindicância.

Art. 24 – Quando um dos convocados não comparecer na data da sindicância, deverá apresentar justificativa junto a C.E.E. até 3 dias após a referida data.

Art. 25 – Os trabalhos de sindicância dar-se-ão por encerrados assim que todos os aspectos do fato estiverem esclarecidos. Havendo necessidade, a C.E.E. poderá convocar e organizar sindicâncias sobre o mesmo fato tantas vezes quantas forem necessárias.

Art. 26 – Se houver a necessidade da presença de profissionais de outras áreas, os mesmos poderão participar dos trabalhos de sindicância na qualidade de convidados.

Art. 27 – A C.E.E. deverá enviar ao COREN-SP, até o dia 15 de janeiro de cada ano, relatório sobre suas atividades dentro da instituição, correspondente ao ano anterior, informando o número de sindicâncias abertas e demais dados considerados importantes, para análise do COREN-SP.

Art. 28 – O COREN-SP, baseado nos resultados obtidos através dos relatórios anuais enviados pela C.E.E. promoverá Seminários com os componentes da C.E.E. para orientações e esclarecimentos.

Art. 29 – As Comissões de ética de Enfermagem eleitas anteriormente à promulgação desta Decisão, terão seus mandatos prorrogados até a posse da C.E.E. a ser eleita e empossada no ano de 1998.

2. Material e Métodos

2.1 Tipo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de campo exploratória com abordagem qualitativa.

Gil (1996) salienta que, na pesquisa qualitativa há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

Conforme Severino (2000), a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural segundo Bicudo (1997), é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave.

2.2 Validação do instrumento

O instrumento foi submetido à validação por 4 (quatro) enfermeiros não participantes da amostra e não pertencentes a instituição onde foi realizada a pesquisa, o objetivo foi de testarmos a clareza, objetividade e compreensão das questões.

2.3 Local do estudo

O estudo foi realizado em um hospital de grande porte da região metropolitana da cidade de São Paulo.

2.4 População e amostra

Foi constituída por 50 (cinquenta) profissionais da enfermagem, que estiveram presentes no momento da aplicação da entrevista.

O número de participantes foi definido conforme inovação nas verbalizações, ou seja, quando as falas começaram a se repetir, foi dado por encerrado o número de sujeitos participantes do estudo.

2.5 Procedimentos éticos

Este projeto será submetido á aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital.

Após, liberada pela instituição a realização da pesquisa, as pessoas entrevistadas foram orientadas quanto aos objetivos e propósitos do estudo e quando houve concordância conforme Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, - CNS, assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, quando então foi dado início à coleta dos dados.

2.6 Instrumento e coleta de dados

Os dados foram coletados por meio de entrevista utilizando um roteiro norteador contendo questões abertas. A técnica utilizada para inferência sobre os resultados foi baseada na análise de conteúdo de Bardin (1977).

De acordo com Lakatos & Marconi (1985), a entrevista é um encontro entre duas pessoas que estabelecem uma conversa profissional.

A coleta dos dados foi realizada pelas próprias pesquisadoras. As descrições obtidas de cada pessoa pesquisada foram transcritas no momento em que estavam sendo entrevistadas.

3. Análise dos Resultados

A análise dos resultados obtidos através das entrevistas teve início com uma leitura não interpretativa, mas no sentido apenas de haver uma interação com os discursos colhidos, os quais foram numerados de (1) um a (22) vinte e dois.

IDENTIFICAÇÃO	CARGOS
P1	ENFERMEIRO
P2	ENFERMEIRO
P3	ENFERMEIRO
P4	ENFERMEIRO
P5	ENFERMEIRO
P6	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
P7	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
P8	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
P9	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
P10	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
P11	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
P12	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
P13	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
P14	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
P15	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
P16	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
P17	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
P18	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
P19	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
P20	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
P21	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
P22	TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Para procedermos dos vários entendimentos de conceito de Comissão de Ética é importante ressaltar Oguisso & Shimidt (1999) que aborda a tecnologia como uma prioridade, não mais o indivíduo como prioridade como antigamente, se tornando um objeto de atuação, sem conhecimento.

O estudo desses autores vem de encontro ao nosso anseio no sentido de mostrar a importância da reeducação que os profissionais de saúde devem ter sobre Comissão de Ética, pois existe para respaldá-los e infelizmente eles não sabem.

As falas a seguir ilustram esse nosso entendimento:

Trata-se de uma comissão interna, formada por colaboradores de diversas áreas que decidem sobre questões éticas (P15), Grupo de pessoas responsáveis por supervisionar a ética profissional na instituição bem como zelar pelos cumprimentos dos deveres inerentes ao exercício profissional (P2), Supervisionar e orientar os profissionais no âmbito ao melhor convívio entre os profissionais (P19), Nunca comentar nada em frente do paciente isso quebra uma ética profissional (P20), Para uma boa política, no ambiente de trabalho (P12), É uma equipe formada no hospital para discutir o que ocorre no hospital (P14), É uma equipe formada no hospital para discutir casos quando necessite de um julgamento (P16), Médio conhecimento (P3), É onde vai verificar os erros cometidos (P13), É a formação de um grupo de profissionais envolvidos no mesmo objetivo de julgar casos e condutas erradas cometidas por profissionais (P4), Importante para apurar se o atendimento é o ideal e se o paciente está sendo respeitado nos seus direitos (P11), Manter ética profissional (P18), No âmbito hospitalar é muito importante (P5), Não tenho conhecimento, (P1), (P6), (P7), (P8), (P9), (P10), (P17), (P21), (P22).

Nas colocações abaixo observamos que ao falarem do papel da Comissão de Ética os entrevistados referem-se a julgamentos:

“Sempre manter estabilidade nos setores e manter equilíbrio e ordem”.(P1)

“Promover programas educacionais, ajudar identificar resolução de problemas, apoiar nas decisões éticas específicas, revisar decisões tomadas envolvidas na implantação de normas e rotinas e fazer julgamentos”.(P2)

“Julgar casos que requeiram ser analisados por equipe multiprofissional que envolvam a equipe médica e outros”.(P3)

“Avaliar, julgar casos cometidos por profissionais”.(P4)

“Coordenar os princípios e valores éticos”.(P5)

“Fiscalizar e encaminhar para o Coren”.(P6)

“Julgar atos e ações dos profissionais”.(P7)

“Analisar e julgar fatos ocorridos dentro da profissão”.(P8)

“Ver queixa de paciente, analisar fatos ocorridos e julga-los”.(P9)

“Não tem conhecimento”.(10)

“Avaliar se procedimentos são para cada paciente ou não”.(P11)

“Manter postura de profissional” (P12)

“Julgar erros e levar para o Coren dizer se ta certo ou errado”.(P13)

“Decidir fatores ocorridos no hospital que necessita de julgamentos”.(P14)

“Fiscalizar, orientar e decidir.” (P15)

“Discutir casos ocorridos no hospital que necessite de julgamentos”.(P16)

“Fiscalizadora.” (P17)

“Atendimento e postura de todos os setores.” (P18)

“É o acompanhamento da melhor relação médico-paciente-enfermagem e demais cargos visando o melhor atendimento em todos os aspectos”.(P19)

“Manter o funcionário com postura.” (P20)

“Conscientizar os funcionários com atitude e conduta, fiscalização, encaminha para o Coren para julgamento ou punição,” (P21)

“Verificar e analisar profissionais no hospital.” (P22)

Estas colocações nos permitem inferir sobre o conhecimento que os profissionais de saúde tem em relação à Comissão de Ética, não nos cabe aqui questionar, mas fica muito claro que a visão dos profissionais é que a Comissão realiza julgamentos, e esse papel não faz parte da Comissão de Ética.

Em relação à composição da Comissão de Ética: Integrantes da Comissão de Ética segundo funcionários

Funções de Presidente e Vice-presidente

- P1 10 Não tem conhecimento
 P2 3 a 4 Médico e enfermeiros
 P3 Não tem conhecimento Médicos
 P4 5 A 10 Não tem conhecimento
 P5 + de 2 Não tem conhecimento
 P6 Mínimo 5 Não tem conhecimento
 P7 Não tem conhecimento Não tem conhecimento
 P8 Desconheço Enfermagem
 P9 8 Enfermagem
 P10 Não tenho conhecimento Não tem conhecimento
 P11 Não tenho conhecimento Enfermeiro
 P11 Não tem conhecimento Enfermeiro
 P12 No máximo 10 integrantes Não tem conhecimento
 P13 2 Não tem conhecimento
 P14 3 Médico e enfermeiro
 P15 Não tenho conhecimento Não tem conhecimento
 P16 4 Médico
 P17 5 Não tem conhecimento
 P18 10 Não tem conhecimento
 P19 5 Não tem conhecimento
 P20 10 Enfermeiro
 P21 5 a 10 Enfermeiro, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem
 P22 5 a 10 Não tem conhecimento

É importante salientar de acordo com os resultados encontrados a importância de orientação dos funcionários antes da implantação da Comissão de Ética, portanto é preciso estabelecer estratégias para atingir toda a equipe de enfermagem. Pudemos apreender que em algumas falas há um sentido de desinteresse o que nos fez associar a falta de conhecimento.

Como função de cada integrante obtivemos as seguintes respostas:

“Sempre se portar diante de acontecimentos e verificar sua veracidade.”

“Ajudar na resolução de dilemas éticos, orientar, auxiliar, educar, zelar pelo cumprimento da ética, adequar projetos de pesquisa que envolva seres humanos.” (P2)

“Hierarquicamente cada qual desenvolve seu papel de acordo com sua função.”(P3)

“Não tenho conhecimento.” (P4)

“Orientar, fiscalizar.” (P5)

“Não tenho conhecimento.” (P6)

“Analisar com imparcialidade cada caso.” (P7)

“Ministrar cursos e palestras.”(P8)

“Não tenho conhecimento.” (P9)

“Não tenho conhecimento.” (P10)

“Analisar e se for caso sério encaminhar para o Coren.” (P11)

“Manter a ética, política e postura.” (P12)

“Expôr uma opinião para ser julgada.” (P13)

“Não tenho conhecimento.” (P14)

“Julgar atitude do profissional.” (P15)

“Colher dados e orientar”.(P16)

”Desenvolver tarefas, organização no hospital”.(P17)

“Propor manuais e soluções.” (P18)

“Manter a ética profissional.” (P19)

“Citar normas, rotinas, especificar possíveis falhas para melhorar o setor”.(P20)

“Trabalham em grupo.” (P21)

“Sugerir valores para serem respeitados”.(P22)

4. Conclusão

Através desta pesquisa levantamos quais são os princípios e valores que regem uma Comissão de ética no âmbito hospitalar (*CEE), a nossa intenção ao iniciar este estudo foi primeiramente destacar o conhecimento existente nos profissionais sobre Comissão de Ética, e a partir dos resultados realizar um método educativo de orientação a esses profissionais, para que no momento em que a Comissão estiver sendo formada, não haja dúvidas nos membros que irão compor e nem nos demais profissionais, que na verdade a Comissão de Ética não seja uma ameaça e sim um aliado.

O estudo nos levou a reflexão de que, no cotidiano de nossa vida profissional, com tantos procedimentos, relatórios, responsabilidades, às vezes esquecem do próprio código de ética, das legislações que regem a profissão, daí a necessidade de se fazer um trabalho de entendimento sobre o verdadeiro papel da CEE.

A CEE tem como objetivo melhorar a qualidade de assistência prestada ao paciente/cliente e ao mesmo tempo respaldar o funcionário no cumprimento dos seus deveres e ressaltando seus direitos.

Como contribuição para a continuidade do tema, pretendemos que esse trabalho não se coloque a termo, sendo assim, buscaremos formas de apresentá-lo a equipe de enfermagem, para demonstrar a importância do tema do conteúdo e desenvolvimento desse assunto tão pouco explorado na prática hospitalar.

5. Referências

1. BARDIN L. Análise de conteúdo. Lisboa (Portugal): Edições 70; 1977.
2. Conselho Regional de Enfermagem (COREN) (SP). Regimento para a criação, formação e funcionamento das Comissões de Ética de Enfermagem. São Paulo; 1996.
3. Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) (BR). Autarquia Federal -Lei 5905/73. Rio de Janeiro; 1996.
4. Conselho Federal de Enfermagem (BR). Código de ética dos profissionais de enfermagem. Rio de Janeiro; 1993.
5. Conselho Regional de Enfermagem (COREN) (SP). Atos Normativos - Resoluções. Rio de Janeiro; 1994.
6. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
7. Leis, Decretos, etc. (BR). Lei n 7.498, de 25/06/1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem. D.O.U., 26/06/1986. In: COFEN – Normas e Notícias, 1986; 9(2).
8. Ministério da Saúde (BR). Portaria nº 2.616 de 12 de maio de 1998. Dispõe sobre diretrizes e normas para a prevenção e o controle das infecções hospitalares. Diário Oficial da República Federativa da União. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 1998.
9. MENDES I.A.C. O talento humano ao encontro da qualidade e da ética do cuidado. Rev Latino-am Enfermagem 2000 dezembro; 8(6):1.
10. OGUISSO, T; SCHIMIDT, M. J. O exercício da enfermagem – uma abordagem ético legal. São Paulo: LTR, 1999.
11. SANTOS E.F., et al. Legislação em Enfermagem: atos normativos do exercício e do ensino de enfermagem. São Paulo (SP): Atheneu; 1997.
12. TREVIZAN, M.A., et al. Aspectos éticos na ação gerencial do enfermeiro. Rev Latino-am Enfermagem 2002 janeiro fevereiro; 10(1):85-9.
13. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 3º ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1991. p.270.

Contribuições do Pensamento Sistêmico para a Educação Frente à Reforma do Ensino de Morin

Rafael Anunciato Neto

Pedagogo, consultor e pesquisador nas áreas de Recursos Humanos e Educação. Especialista em Recursos Humanos e Planejamento Empresarial e Mestre em Administração, leciona Mercado de Trabalho e faz orientação de estágios.

Resumo

Este artigo tem como propósito fomentar o debate sobre a utilização do pensamento sistêmico na educação. A reflexão transita sobre as práticas das Ciências Administrativas com objetivo de visualizar as possibilidades de aplicação no ambiente escolar. Entretanto a apresentação da proposta de MORIN (2000a) sobre a reforma do ensino indica que a complexidade não exclui o pensamento sistêmico, mas complementa as possíveis lacunas e pode ser utilizado para alcançar a maximização do ensino.

Palavras-chaves

Gestalt. Cibernética. Teoria de Sistemas. Abordagem Contingencial e Complexidade.

Abstract

This article has as purpose to foment the debate about the use of the systemic thought in the education. The reflection on the practice of the administration with objective of visualizing the application possible in the school. However the presentation of MORIN'S proposal (2000a) on the reform of the teaching it indicates that the complexity doesn't exclude the systemic thought, but it complements the possible gaps and it can be used to reach the maximization of the teaching.

Key-words

Gestalt. Cybernetics. Theory of Systems. Approach Contingent and Complexity.

Contribuições do Pensamento Sistêmico para a Educação Frente à Reforma do Ensino de Morin

1. Introdução

A proposta de VASCONCELOS (2003) de afirmar que o pensamento sistêmico é um novo paradigma científico é pertinente, entretanto a sua distinção entre pensamento sistêmico e holístico é tênue. A análise das contribuições do pensamento sistêmico na educação é um exercício teórico breve que pretende apresentar possíveis aplicações no ambiente escolar, considerando que a escola é uma unidade ou subsistema do sistema político educacional.

A busca pelas idéias de MORIN (2003) sobre a reforma do ensino dentro de sua proposta de política de civilização reflete a busca por um modelo provisório de pensamento que explique e atenda necessidades educacionais complementando o pensamento sistêmico.

2. O pensamento sistêmico

O pensamento sistêmico é um constructo criado para auxiliar na compreensão da realidade, definida a partir da leitura do observador que identifica sistemas, subsistemas (divisão de um sistema sem perder a característica do todo) e as possíveis inter-relações entre as partes. A fragilidade do pensamento está relacionada com a subjetividade do observador que necessita mapear detalhadamente o objeto de estudo para se apropriar e projetar a teoria sobre o objeto e analisar a viabilidade da utilização.

2.1 A lógica sistêmica

A lógica tradicional de solução de problemas consiste na utilização do raciocínio linear que segundo HAMPTON (1983) é igual ao olhar dentro de um tubo, onde se vê somente o que se quer ver, composto por cinco premissas: reconhecer a existência de um problema, verificar a causa, buscar uma única solução, pensar uma solução que atue somente no problema e criar uma solução estável. Entretanto a lógica sistêmica necessita ampliar de cinco para sete premissas: reconhecer a existência de um problema, analisar o contexto, verificar se requer uma solução, analisar os impactos da solução no problema, analisar a viabilidade de antecipar os efeitos, considerar que a solução irá apresentar efeitos desejados/inesperados e que a solução não será estável.

A incerteza é um elemento presente na utilização da lógica e no pensamento sistêmico, pois não se podem prever todas as conseqüências possíveis da intervenção de um sistema sobre o outro.

2.2 Fundamentos do pensamento sistêmico

“Sistema é um todo complexo ou organizado; é um conjunto de partes ou elementos que formam um todo unitário ou complexo.” (CLEAND apud MAXIMINIANO, 2000, p.367). Segundo MAXIMINIANO (2000) um conjunto que funciona como um todo, e que suas partes são interdependentes é um sistema. Este pensamento é fundamentado em três vertentes teóricas: Gestalt, Cibernética e Teoria Geral dos Sistemas.

A Gestalt estuda a característica de cada elemento dentro de um todo; toda a totalidade é definida por meio da forma, finalidade e estrutura do conjunto, ou seja, há todos ou totalidades.

A Cibernética baseia-se na idéia de autocontrole dos organismos vivos. Parte do princípio de que o equilíbrio do sistema é obtido através do mapeamento do seu comportamento e do comportamento do objetivo, efetivando ajustes necessários para atingir os objetivos estabelecidos, criando a idéia de equilíbrio dinâmico.

A Teoria Geral dos Sistemas desenvolvida no final da década de 20 na Alemanha por Ludwig Von Bertalanffy que classifica os sistemas segundo sua organização e identifica os padrões de comportamento, construindo duas idéias fundamentais: a interdependência das partes e o tratamento complexo da realidade complexa. Desta forma pode afirmar que:

A teoria dos sistemas é a reorientação do pensamento da visão de mundo a partir da introdução dos sistemas como um novo paradigma científico, que contrasta com o paradigma analítico, mecanístico e linear de causa-e-efeito da ciência clássica. (BERTALANFFY apud MAXIMIANO, 2000, p.374).

O sistema é um conjunto de elementos interdependentes organizados em três partes distintas: entrada, processo e saída. MARIOTTI (2004) complementa afirmando que um sistema considera apenas a harmonia e a síntese contida no todo, o sistema não pode ser reduzido a unidades elementares, tão poucos a conceitos simplificadores ou leis gerais, pois o sistema não é harmônico ou desarmônico ele é as duas coisas – é complexo.

2.3 Pensamento sistêmico na organização

Na década de 50, o conceito começou a ser incorporado nas Ciências Sociais em particular na Sociologia que passou a enfatizar o estudo dos sistemas sociais, no entanto a maior contribuição da teoria foi para as Ciências Administrativas que classifica as atividades administrativas, técnicas e operacionais em sistemas a exemplo dos sistemas produção, comercialização, de gestão de pessoal e etc.

MAXIMIANO (2000) afirma que o enfoque sistêmico na gestão organizacional é a materialização do pensamento sistêmico, desta forma as organizações são interpretadas como sistemas, ou seja, “uma organização é um sistema composto de elementos ou componentes interdependentes, que podem ter cada um seus próprios objetivos.” (MAXIMIANO, 2000, p.375).

O estudo sistemático dos sistemas na organização e definição de subsistemas com a construção de modelos de gestão, criação de teorias de apoio proporcionaram um avanço na eficiência e eficácia, bem como a garantia de obter os resultados planejados. Esta lógica está diretamente relacionada aos princípios da cibernética que começou a ser desenvolvida para atender objetivos bélicos (construção de míssil autocontrolado). Entretanto o inesperado, a incerteza e caos que está intimamente ligado à realidade proporcionaram a construção da abordagem contingencial ou situacional no contexto sistêmico, afirmando que não existe uma forma ideal de administrar. Cada situação ou incidente deve ser analisado, mapeado e detalhado para buscar uma forma específica de solução administrativa. Segundo HAMPTON (1983) as mentes devem ficar abertas à questão pragmática para se escolher o melhor esquema para cada situação.

As Ciências Administrativas estudam o fenômeno humano na organização com a finalidade de maximizar o trabalho, desenvolvendo o processo de gerenciamento de pessoal nas organizações que é interpretado como um sistema complexo que pode ser definido como “um conjunto de elementos unidos por alguma forma de interação ou interdependência; como uma combinação de partes, formando um todo unitário; como um conjunto de elementos materiais ou idéias, entre os quais se possa encontrar uma relação; como uma disposição das partes ou elementos de um todo, coordenados entre si e que funcionam como estrutura organizada.” (Gil, 1994, p. 16). As principais características do enfoque sistêmico na gestão de pessoas são: interdependência das partes, ênfase no processo, probabilismo, multidisciplinaridade, concepção multicausal, caráter descritivo, caráter multimotivacional, participação, abertura e ênfase nos papéis.

A compreensão do enfoque sistêmico no processo de gerenciamento de pessoal pode indicar um caminho consistente na maneira de otimizar a forma de gerenciar. Entretanto MARIOTTI (2004) alerta para que não se utilize o pensamento sistêmico de forma a produzir resultados lineares, pois o desfecho pode ser imprevisível, transformando-o em modismo, banalizando conceitos e por último o esvaziamento.

3. Possíveis aplicações do pensamento sistêmico na educação

A organização escolar tem por característica agregar pessoas em torno de suas atividades com propósito de socializar, transmitir conhecimento e proporcionar o desenvolvimento do potencial humano. Deve-se tomar cuidado para não cometer o erro de encaixar a realidade na teoria, ou seja, a realidade não é definida pela teoria, mas a teoria é uma forma de interpretação provisória da realidade. A abordagem sistêmica na educação é definida através do observador que deve visualizar sistemas ao longo de todo o processo educacional. O observador deve compreender as particularidades, os limites e incessantemente procurar sistemas, mapeando-os com o propósito de verificar as possibilidades de construir subsistemas organizados.

A escola é uma unidade de ensino formalizada através das políticas educacionais que devem ser interpretadas como o sistema oficial (núcleo) que articula as várias facetas do processo de ensino e aprendizagem. A estrutura básica de uma escola consiste de três subsistemas: administrativo, administrativo-pedagógico e de ensino.

O sistema administrativo consiste do processo de registro, documentação escolar, manutenção da estrutura física, gestão de pessoal e gestão financeira.

O sistema administrativo-pedagógico tem como responsabilidade principal gerenciar as questões curriculares e processos de controle e registro. O currículo deve ser interpretado como um sistema de conteúdos que deve ser articulado e mediado por meio do planejamento escolar e de sua execução. A mediação poderá ser potencializada com a utilização de sistemas informatizados que otimizem o trabalho escolar do professor, do aluno e da secretaria.

O sistema de ensino é o ambiente em que ocorre a aprendizagem. O aluno, o professor e as variáveis culturais, comportamentais, sociais, devem ser interpretados como subsistemas para posterior desdobramento das questões que garantam a eficácia do aprendizado.

4. Reforma do ensino de MORIN

MORIN (2000a) em consonância com a sua proposta de civilização demonstra que para sair das armadilhas do pensamento reducionista a sociedade necessita rediscutir a educação. Os sete saberes fundamentais para rediscutir a educação são: as cegueiras do conhecimento; o erro e a ilusão; os princípios do conhecimento pertinente; ensinar a condição humana; ensinar a identidade terrena; enfrentar as incertezas; ensinar a compreensão; a ética do gênero humano.

Estes saberes aglutinam os temas fundamentais que necessitam ser pesquisados e discutidos exaustivamente para construção da cidadania terrestre.

O conhecimento, um imperativo humano comporta o risco do erro e da ilusão que podem paralisar a mente a partir da criação de paradigmas reducionistas e disjuntivos. Os paradigmas orientam as operações lógicas do pensamento que podem induzir o desenvolvimento ou reduzir a maneira de ver o mundo, portanto, “o dever principal da educação é de armar cada um para o combate vital para a lucidez.” (MORIN, 2000a, p.33).

A articulação e organização do conhecimento torná-se no novo milênio um fator fundamental para a vida. A escola apresentando os saberes desunidos, divididos e compartimentalizados em contraposição a realidade que é multidimensional, global e planetária precisa ser reconstruída, iniciando-se com a reforma do pensamento. O ensino deverá ser centralizado na condição humana, indicando o caminho da busca das respostas das seguintes questões: Quem somos? Onde estamos? De onde viemos? E para onde vamos? Pois “compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade. É preciso conceber a unidade do múltiplo a multiplicidade do uno.” (MORIN, 2000a, p.55).

A compreensão da cadeia produtiva/destrutiva das ações humanas necessita estudada, compreendida para salvar o planeta do processo de mundialização que de um lado é unificador e do outro cada vez mais divide a civilização. Tal compreensão deve criar uma nova consciência. “O futuro chama a incerteza” (MORIN, 2000a, p.81), a incerteza é cada vez mais presente na vida humana, “o pensamento deve, então, armar-se e aguerrir-se para enfrentar a incerteza” (MORIN, 2000, p.91). A diversidade dos meios de comunicação não assegura a compreensão, pois a compreensão vai além da explicação.

Os obstáculos à compreensão da comunicação (informação) são múltiplos e devem ser estudados para serem superados, pois a compreensão é o meio e fim da comunicação. A cidadania terrestre é uma condição necessária para a construção de uma comunidade planetária, baseada na antro-po-ética formada pela cadeia indivíduos/sociedades/espécies, co-produtores um dos outros.

5. Considerações gerais

O pensamento sistêmico é um paradigma subjetivo, pois ele existe a partir da interpretação do observador. Os resultados práticos da sua aplicação são visíveis no processo de gestão organizacional, pois garantem a maximização da riqueza. Na educação a sua aplicação pode contribuir para a eficácia e eficiência administrativa, implementando as atividades de secretária, manutenção e gestão de pessoal. No entanto, os aspectos do ensino-aprendizagem devido a sua instabilidade, incerteza, caracterizado pelas relações interpessoais não podem ser totalmente explicados pela visão sistêmica, pois ela não atende todos os aspectos da realidade.

A utilização do pensamento sistêmico na educação pode proporcionar uma evolução do processo de gestão escolar vigente, mas se considerarmos o princípio contingencial que está no cerne do pensamento complexo a melhor relação de custo e benefício para a auto-organização do ensino e a migração da escola para a complexidade.

6. Bibliografia

GIL, Antonio Carlos. **Administração de recursos humanos**: um enfoque profissional. São Paulo: Atlas, 1994.

HAMPTON, David R. **Administração**: processos administrativos. São Paulo: McGraw, 1990.

HAMPTON, David R. **Administração contemporânea**: teoria, prática e casos. São Paulo: McGraw, 1983.

MAXIMINIANO, Antonio César Amaru. **Teoria Geral da administração**: da escola científica à competitividade na economia globalizada. 2ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000a.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar e reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000b, 128p. Tradução de Eloá Jacobina.

MARIOTTI, Humberto. Reducionismo, holismo, pensamento sistêmico (suas conseqüências na vida cotidiana). In ROSING, Tânia M.K.; FALCI, Nurimar, Maria (org). **Edgar Morin – religando fronteiras**. Rio Grande do Sul: Editora Universidade Passo Fundo, 2004, p.59-72.

OLIVERIA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, Organização & Métodos**: uma abordagem gerencial. São Paulo: Atlas, 1997.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina**: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Best Seller, 1990.

VASCONCELOS, M.J.E. **Pensamento sistêmico**: o novo paradigma da ciência. 2ª Ed. Campinas: Papirus, 2003.

A importância do Ensino da leitura na aprendizagem de uma segunda língua

Claudia Castro
Professora de Língua Inglesa, claudia@alcastro.com.br

Resumo

O presente trabalho investigar quais são as melhores estratégias de leitura para um leitor de segunda língua e como é importante ler em uma outra língua. Em relação a aprendizagem de leitura de uma segunda língua, buscamos analisar de forma conceitual, o processo de compreensão e apreensão de conhecimento, por um leitor, frente a um texto técnico, uma vez que o mesmo pode conter elementos não linguísticos. Por fim, apresentamos comentários bem como sugestões que possam contribuir para esclarecer pontos sobre os quais venham ajudar nas estratégias de leitura de uma segunda língua.

Palavras-chaves

Leitura, segunda língua, texto técnico, leitura intensiva e extensiva.

Abstract

This work investigate the best reading strategies for second language and how important is to read in another language. In relation to the learning process of a second language, we analysed the conceptual way, the comprehension and knowledge process, facing specific texts, once that they have non linguistic information. Finally, we introduced some comments and suggestions that can contribute to help certain topics in relation to some reading strategies in a second language.

Key-words

Reading, second language, specific text, extensive and intensive readings.

A importância do Ensino da leitura na aprendizagem de uma segunda língua

Qual a importância da leitura na aprendizagem de uma segunda língua? Porque práticas de leitura bem desenvolvidas são necessárias e importantes para um aprendiz de uma segunda língua? Porque muitos professores de segunda língua acreditam que a leitura dentre as outras três habilidades (escrever, falar e ouvir) é a habilidade que seus alunos precisam para obter sucesso como aprendizes de segunda língua?

Segundo ANDERSON (1999), ser um ótimo leitor é muito importante. Leitor que tem a prática de leitura bem desenvolvida é capaz de direcionar seu aprendizado mais efetivamente. Através da prática de leitura, os leitores podem ler sobre um determinado assunto e então conversar sobre o assunto que leram com outras pessoas. Mesmo não dominando o assunto, mas só por ter lido e entrado em contato com um determinado assunto, o leitor se sente mais confiante em conversar sobre o mesmo. Além disso, o leitor também é capaz de escutar uma pessoa falar sobre o assunto que ele leu e ter um maior entendimento. Quando aprendizes de uma segunda língua apresentam uma prática de leitura bem desenvolvida, eles também são capazes de escrever sobre o assunto.

É notável mostrar aos alunos como a leitura é necessária em suas vidas e o quais os benefícios que ela pode trazer para um aprendiz de segunda língua. Se o aluno tem uma prática de leitura bem desenvolvida, ele terá acesso a conteúdos que podem ajudá-lo nas suas outras habilidades (escrever, ouvir e falar). Mas, como fazer para ajudar aos alunos a perceberem que a leitura é muito importante e ao mesmo tempo poder ser muito prazerosa?

Muitos alunos não gostam de ler nem em sua língua nativa, quem dirá em uma língua estrangeira. Muitas vezes, os alunos não gostam de ler porque eles nunca experimentaram o prazer através da leitura. Não sabem quanto prazer uma leitura pode proporcioná-los. Segundo ANDERSON (1999), para o aluno descobrir o quanto à leitura pode ser prazerosa e significativa, o professor tem papel fundamental neste processo. Primeiramente, o professor precisa investigar quais são os interesses dos alunos e apresentá-los materiais e atividades que estejam diretamente ou até mesmo indiretamente ligadas a estes interesses. Se, por exemplo, o aluno gosta de esportes; então, proporcione atividades de leitura relacionadas sobre ídolos do esporte.

Além de estar atento aos interesses dos alunos, ANDERSON (1999) expõe que é uma boa idéia trabalhar com os alunos atividades de leitura contendo um nível um pouco abaixo ao nível dos alunos. Esta teoria é baseada na Teoria de Krashen (1981). Baseando-se nesta teoria de trabalhar com textos um nível pouco abaixo do nível dos alunos, os alunos não seriam expostos há um tipo de vocabulário que os intimidariam e seriam capazes de desenvolver fluência e confiança na leitura.

ANDERSON (1999) faz um questionamento, quais as características que um professor de leitura deve apresentar para ser considerado um professor bom e efetivo neste processo de ensino-aprendizagem?

Segundo o autor, o professor precisa apresentar quatro relevantes características para se torna um professor bom e efetivo que encoraja seus alunos a estarem mais envolvidos em se tornarem melhores leitores. São elas:

1. Ser interessado, esta é uma das características mais relevantes para qualquer professor. Embora há momentos em que nos sentimos desmotivados devido ao acúmulo de responsabilidades que nós como educadores temos, ainda é importante entusiasmo na sala de aula.
 2. Estar preparado, prepara-se e ter certeza que você sabe o que está fazendo. É errado supor que só porque você lê e gosta de ler, você é capaz de ensinar aos outros isso. Professores deveriam ter curso de leitura ou ler livros que proporcionam subsídios para um ensino efetivo de leitura.
-

3. Ler, ser um leitor. Ter certeza das vantagens que você tem em ler bons livros e dividir com seus alunos o que você aprende quando você lê livros e revistas. Uma outra coisa é mostrar aos alunos quanto você aprecia ler e dividir com eles o que você está lendo.

4. Buscar aprimoramento. Finalmente, nós devemos continuamente buscar aprimoramento para o que fazemos em sala de aula. Estar atualizado as mudanças e novas abordagens no processo ensino-aprendizagem, participando de conferências, cursos e palestras.

A motivação é um outro ponto que devemos mencionar neste processo. A motivação desempenha um papel importante também. Não adianta termos professores efetivos e termos alunos motivados. A motivação ajuda na aprendizagem para que os alunos se tornem aprendizes bem sucedidos.

DORNEY e OTTO (1998, p.65) definem motivação como “é o despertar de uma pessoa que direciona, inicia, coordena, amplia, termina e avalia os processos cognitivos e motores, por meio dos quais seus maiores desejos e anseios são selecionados, priorizados, manipulados (com ou sem sucesso) e descobertos.”

Uma pergunta que cabe ao professor que ministra aulas de leitura, O que motiva os alunos a lerem? Sendo um professor de leitura, o professor tem o papel chave de estabelecer um ambiente de aprendizagem onde os alunos sintam-se confortáveis e motivados.

Segundo DUBLIN (1978), existe um modelo para a motivação que tem sido aplicada durante muitos anos e quais são os fatores que ajudam a motivar os alunos a lerem.

Motivação = Recompensa esperada

Utilizado esperado

Este modelo sugere que a recompensa esperada obtida através da leitura deve ser maior do que o esforço utilizado. Ter este modelo em mente quando o professor trabalha com seus alunos ajudá-lo a ter certeza de que o que ele está propondo em termo de esforço em sala e um comprometimento nas tarefas de casa não é maior do que a recompensa que eles irão receber.

SCHUNK e ZIMMERMAN (1997), eles expõem que para este modelo ter uma grande funcionalidade três componentes importantes relacionados aos alunos devem estar ligados a ele. São eles: a autoconfiança, acreditar sobre o porquê você teve sucesso ou fracasso e notar que a atividade é agradável. Assim quando estes três componentes estiverem unidos ao modelo de motivação, o professor perceberá como estes três componentes influenciam a recompensa esperada e o esforço utilizado.

Este modelo de motivação mostra que o professor sempre precisa estar atento quando se trata de motivação. DORNEI (2001) diz que os professores deveriam focar-se neste assunto para tornarem-se bons motivadores. Se o professor de detiver em certas coisas que ele pode fazer, ele criará um grande impacto sobre a motivação de seus alunos do se ele tentar fazer tudo.

Não podemos falar de motivação ou modelo de motivação sem mencionar o comprometimento. Motivação e comprometimento caminham juntos no processo de aprendizagem de leitura. Quando os alunos estão comprometidos, eles estão motivados e querem aprender um ambiente agradável deve ser criado a fim de ajudá-los a atingir seus objetivos.

Quando os alunos reconhecem o valor da leitura e o porquê eles estão lendo, eles geralmente têm mais interesse e focam seus objetivos no que eles devem que fazer; e é quando eles percebem que ler é uma importante habilidade a ser desenvolvida.

O processo de leitura pode ser classificado como intensivo ou extensivo, isto é, temos a leitura intensiva e a leitura extensiva. Podemos colocar, mas qual a diferença entre leitura intensiva e extensiva? No que elas diferem ou assemelham-se?

Quando muitas pessoas falam e pensam no ensino da leitura, estão se referindo no ensino da leitura intensiva, é a leitura que fazemos no local de trabalho, para fins acadêmicos, etc. A leitura intensiva é considerada a leitura que fazemos para obter um certo tipo de informação.

Ensinar leitura intensiva envolve usar uma certa variedade de pequenos textos e focar uma estratégia específica de leitura. O objetivo principal desta leitura é ajudar o leitor a desenvolver estratégias ou mecanismos para adquirir uma prática em usar sua habilidade de leitura com o objetivo de entender os diferentes tipos de textos. Os textos usados na leitura intensiva são textos curtos que contém de 50 a 500 palavras.

Quando trabalhamos com leitura intensiva, temos que levar em consideração alguns pontos. Segundo ANDERSON (1999), para se obter sucesso no ensino-aprendizagem através da leitura intensiva, professores precisam ter claramente em mente quais estratégias serão ensinadas aos alunos e como o texto escolhido permitirá o aluno a identifica e a trabalhar as estratégias escolhidas.

Ainda segundo o autor, quando o professor estiver selecionando o material a ser trabalhado, ele deve se questionar – quais estratégias de leitura meus alunos precisam desenvolver? O texto que foi escolhido ajudará e permitirá meu aluno desenvolver a estratégia que ele precisa? As estratégias que quero desenvolver no meu aluno são naturalmente apresentadas no texto escolhido? E por fim, as estratégias estão sendo recicladas nos textos trabalhados?

Nota-se que a leitura intensiva tem como principal objetivos ajudar o leitor de segunda língua a descobrir e a aprender como utilizar certas estratégias específicas de leitura intensiva que possibilitem a ele a obter um bom entendimento do assunto abordado no texto lido.

Quanto à leitura extensiva, um de seus objetivos é cultivar no leitor o hábito da leitura. Um outro ponto é desenvolver a habilidade de ler fluentemente em uma segunda língua sem parar para entender o significado de cada palavra. Os alunos são estimulados a ler textos longos com confiança e prazer.

DAY e BARNFORD (1998, p.7-8) esboçam dez características de abordagem para o ensino de leitura extensiva no ensino-aprendizagem de segunda língua.

1. Os alunos precisam ler o quanto mais for possível, dentro e fora de sala de aula.
2. Uma variedade de materiais com tópicos diversos devem estar disponíveis para incentivar a leitura por diferentes formas e razões.
3. Alunos devem selecionar o que eles gostam de ler e ter a liberdade de parar o ler o material que não lhes interessam.
4. O objetivo da leitura deve estar ligado a prazer e informação. O objetivo deve ser determinado pelo tipo de material e pelo interesse do aluno.
5. A leitura é a sua própria recompensa. Ter pouco ou nenhum exercício após a leitura.
6. Materiais de leitura devem estar sincronizados com a competência lingüística (vocabulário e gramática) dos alunos. Dicionários devem ser usados raramente, pois durante a leitura constantes interrupções para verificar o significado das palavras no dicionário causará desmotivação nos alunos e tornará a leitura um tanto trabalhosa.
7. A leitura deve ser silenciosa e individual, cada aluno no seu ritmo; e quando feita fora de sala de aula, ser feita quando e onde o aluno escolher.
8. A velocidade da leitura deve normalmente um pouco mais rápida do que normalmente algum outro material que o aluno acha fácil.
9. Professores devem orientar seus alunos a atingirem seus objetivos de leitura propostos antes de iniciá-la.
10. Os professores devem ser um modelo de leitor para seus alunos, mostrando quais são as recompensas de ser um leitor ativo e efetivo.

Podemos perceber através das dez características propostas pelos autores, que a leitura extensiva e a leitura intensiva se completam, em um programa de ensino-aprendizagem de leitura em uma segunda língua deveria haver momentos para os dois tipos de leituras serem trabalhados.

Assim podemos nos questionar, será que a leitura é a habilidade mais importante no processo ensino-aprendizagem para os alunos a dominarem uma segunda língua? Quando abordamos este assunto e pensamos nele, percebemos que a leitura dá aos alunos subsídios que podem ser utilizados juntamente com todas as outras três habilidades (escrever, ouvir e falar). Por exemplo, os alunos que tem a oportunidade de estar em contato com um determinado assunto através de uma leitura, eles são capazes de utilizarem estes mesmos assuntos para se comunicarem com os outros, tornando as conversas muito significativas e isso pode vir a motivar o aluno a continuar a ler. O domínio de um assunto enriquece a troca de informação entre os alunos e dá mais segurança em expor suas idéias e opiniões.

A leitura no seu sentido geral amplia nossos horizontes e nos transporta ao mundo da imaginação, sem contar os conhecimentos mil que acabamos adquirindo quando mergulhamos em universos desconhecidos como a literatura policial, a literatura infantil ou infanto-juvenil, a literatura fantástica, a literatura clássica, além dos artigos políticos, econômicos, sociais e culturais encontrados nos jornais e em outros veículos de informação impressa.

O ato de ler é um exercício de indagação, de reflexão crítica, de entendimento, de captação de símbolos e sinais, de mensagens, de conteúdo, de informações. É um exercício de intercâmbio, uma vez que possibilita relações intelectuais e potencializa outras. Permite-nos a formação dos nossos próprios conceitos, explicações e entendimentos sobre realidades, elementos e/ou fenômenos com os quais defrontamo-nos. Portanto, é de suma importância desenvolver em nossos alunos uma cultura de leitura tanto na língua mãe quanto no ensino-aprendizagem de uma segunda língua, pois só assim seremos aprendizes e formadores de opinião em todo ambiente social e democrático que estivermos.

Bibliografia

- Anderson, N. J. (1999). *Exploring second language reading: Issues and strategies*. Boston, MA: Heinle & Heinle.
- Krashen, S. D. (1981). *Principles and practice in second language acquisition*. Oxford: Pergamon Press.
- Day, R. R., & Bamford, J. (1998). *Extensive reading in the second language classroom*. New York: Cambridge University Press.
- Dornyei, Z. (2001). *Teaching and researching motivation*. New York: Longman.
- Dornyei, Z., & Otto, I. (1998). Motivation in action: A process model of L2 motivation. *Working Papers in Applied Linguistics* (Thames Valley University, London), 4, 43-69.
- Dulin, K. L. (1978). Reading and the affective domain. In S. Pflaum-Connor (Ed.), *Aspects of reading education* (pp. 106-125). Berkeley, CA: McCutcheon Publishing.
- Irwin, J. W. (1991). *Teaching reading comprehension processes* (2nd ed.). Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Schunk, D. H., & Zimmerman, B. J. (1997). Developing self-efficacious readers and writers: The role of social and self-regulatory processes. In J. T. Guthrie & A. Wigfield (Eds.), *Reading engagement: Motivating readers through integrated instruction* (pp. 34-50). Newark, DE: International Reading Association.
-

As relações de dependência e interdependência entre os atores internacionais

Fabiano L. de Menezes

Advogado do Núcleo de Refugiados da Cáritas Diocesana de Santos, Especialista (MA) em Relações Internacionais pela New South Wales University (Austrália) e Mestre em Direito Internacional pela Universidade Católica de Santos, leciona Direito Internacional Público.

Resumo

O sistema político internacional é criado e regulamentado por Estados, mas conta com uma diversidade de atores não-estatais de interesses públicos e privados. O Estado ainda permanece como o principal ator porque ele é o único que tem o poder final de decisão. No entanto, o poder de decisão do Estado não permite que ele atue de maneira autônoma e independente. Nunca o Estado precisou da cooperação dos diversos atores como organizações intergovernamentais (OIs), empresas multinacionais e ONGs para resolver os diversos problemas que afetam o mundo. Este artigo irá abordar a questão de dependência e interdependência, irá analisar o Estado e a questão da autonomia, irá avaliar as parcerias envolvendo as empresas multinacionais e as OIs, mostrando o exemplo do *Global Compact*; e a relação de poder entre os Estados, ACNUR e as ONGs.

Palavras chave

Estado, dependência, interdependência, organizações intergovernamentais, empresas multinacionais, ACNUR, ONGs.

Abstract

The international political system has many non-state actors but it is still created and regulated by states. The state remains as the leading actor because its decision power. However, the state's decision power in the international system does not mean that the state could act alone. The state without the partnership of intergovernmental organizations, multinational corporations and NGOs cannot solve any problem in the world today. This article will explore the question of dependency and interdependency; the question of state autonomy; the partnership of intergovernmental organizations and multinational corporations given the example of the *Global Compact*; and how the balance of power among NGOs, states and UNHCR is.

Keywords

State, dependency, interdependency, intergovernmental organizations, multinational corporations, UNHCR, NGOs

As relações de dependência e interdependência entre os atores internacionais

Introdução

Primeiro, este artigo irá analisar os conceitos de dependência e interdependência tendo como foco as relações interestatais e a questão da vulnerabilidade. Segundo, será examinada a perda de autonomia do Estado no cenário internacional. Nos dias atuais, essa perda de autonomia não significa fraqueza, mas, sim, força. Terceiro, será observada as parcerias entre as organizações intergovernamentais e os atores não-estatais privados como as empresas e as ONGs. Com relação as empresas será visto o exemplo do pacto global; com relação as ONGs será visto a relação de parceria entre o Estado, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e as ONGs.

Na conclusão será visto que em um sistema internacional onde há cada vez mais interação entre os atores, cada ator precisa conhecer o papel, a importância e os limites de cada um. Nessas interações entre os atores, as suas relações podem ser tanto de dependência como de interdependência. A relação entre os atores internacionais pode ser considerada de interdependência porque cada um de depende mutuamente do outro e não há espaço no cenário internacional para tomar decisões unilaterais. Os atores precisam focar seus esforços na manutenção de suas relações para existir mais cooperação e integração entre eles. No entanto, se analisarmos a relação entre os atores sob o aspecto da vulnerabilidade identificaremos que poderá existir atores mais e menos vulneráveis. Nesse sentido, a relação entre os atores será de dependência.

I – Dependência e Interdependência

De acordo com o dicionário de relações internacionais, dependência ocorre quando há uma falta de autonomia e controle sobre um determinado resultado. Por exemplo, o ator “A” depende do ator “B” para a provisão de bens e serviços. 2

Interdependência, por outro lado, se dá quando os atores estão inter-relacionados ou conectados de tal maneira que se alguma coisa acontecer com um deles, em uma ocasião, em um lugar, irá afetar os demais atores.3 Ou analisando pelo exemplo anterior, se o ator “B” depende também do ator “A” para a provisão de bens e serviços, ocorre uma interdependência entre eles e não dependência porque cada ator depende do outro. A interdependência é uma dependência mútua.

No entanto, a questão da interdependência não é tão simples quanto parece. E uma das questões que surge quando esse termo é mencionado é sobre se o seu conceito deve ser visto do ponto de vista da *vulnerability* (vulnerabilidade) ou da *sensibility* (sensibilidade). 4 Na primeira, os atores estão em uma relação onde haverá um custo a ser pago por ambos, caso haja um rompimento em suas relações. E ainda, se um dos atores for menos vulnerável que o outro, trata-se então de dependência e não de interdependência. 5

Na segunda, o foco está na sensibilidade que os atores passam a ter por conta do aumento de suas relações. Nesse contexto, os atores estarão interdependentes quando um acontecimento dentro de um Estado gerar efeitos no outro Estado. Por exemplo, o aumento da taxa de câmbio, a desvalorização da moeda, etc. Na primeira, o foco é no custo da perda da relação; na segunda, o foco é no custo em manter a relação. 6

É importante notar que no mundo prático atual onde a disparidade entre os Estados predomina, a vulnerabilidade econômica afeta a maioria dos países e o poder não é tão bem distribuído, nem sempre ocorre à interdependência entre os Estados, mas, sim, dependência. E como bem observaram Keohane e Nye, um ator (Estado) que é menos vulnerável terá maiores chances de manipular e influenciar o ator (Estado) mais vulnerável.⁷ O comércio internacional é um exemplo a respeito do grau de vulnerabilidade entre os Estados.

No Relatório sobre as Estatísticas do Comércio Internacional de 2007, da Organização Mundial do Comércio (OMC), é possível observar a disparidade entre os países. Se pegarmos a lista dos 10 maiores países exportadores e importadores, é possível verificar que em ambos os casos eles representam mais de 50% de todo o comércio internacional. 8 De aproximadamente 192 países presentes no cenário internacional, é possível concluir que a maior parte do fluxo do comércio internacional (exportações e importações) se dá entre a América do Norte, Europa, Japão e China.

Outro exemplo sobre as diferenças entre grande parte dos Estados é a questão da competitividade de suas economias. O Relatório de Competitividade Global de 2007, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial (WEF), analisa essa questão. Para fazer esse relatório, são analisados 12 itens em 131 países: instituições, infra-estrutura, estabilidade macroeconômica, saúde e educação primária, educação superior e treinamento, eficiência no mercado, qualidade da mão de obra, sofisticação do mercado financeiro, preparo tecnológico, tamanho do mercado de consumo, sofisticação empresarial e inovação.

Os EUA foram os primeiros colocados na análise geral, seguidos por Suíça, Dinamarca, Suécia, Alemanha, Finlândia, Singapura, Japão, Reino Unido, e Holanda. O Brasil ocupa a 72ª posição. Chade, na África, ficou com a última posição. 9

Uma outra área onde há uma diferença entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento é a de investimentos estrangeiros direto feitos pelas empresas multinacionais. O Relatório Mundial de Investimentos de 2007, elaborado pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), mostrou que ocorreu um crescimento nos investimentos nos países em desenvolvimento, mas ainda existe uma enorme diferença comparando com o que é investido nos países ricos.

Por exemplo, a entrada de investimento nos países ricos foi de US\$ 857 bilhões; nos países em desenvolvimento foi de US\$ 379 bilhões. Eles foram divididos em: África (US\$ 36 bilhões); Ásia e Oceania (US\$ 260 bilhões); e América Latina e Caribe (US\$ 84 bilhões). Do outro lado, a América do norte recebeu US\$ 244 bilhões; e os antigos 15 membros da União Européia receberam US\$ 492 bilhões. Ou seja, apenas 17 países receberam um total de US\$ 736 bilhões em investimentos diretos, quase o dobro do que foi enviado para todos os países em desenvolvimento na África, Ásia e América Latina. 10

Na última crise dos mercados que ocorreu em agosto passado, nos Estados Unidos da América (EUA), por conta da crise hipotecária interna, e que teve um impacto nas bolsas do mundo, é um bom exemplo para verificar as questões da interdependência e dependência. Uma retração dos EUA terá um impacto nos demais mercados porque eles representam 30% do PIB mundial, mas, em especial, nos países exportadores que concentram suas exportações no mercado americano.

Os dois principais países que enviam para os EUA 86% e 82% respectivamente de suas exportações são o México e o Canadá. Esses dois países têm um alto grau de vulnerabilidade com os EUA. Portanto, são os que mais sofreriam com a retração do mercado americano. Esses dois países não têm uma relação de interdependência com os EUA, mas sim de dependência porque o grau de vulnerabilidade entre eles e os EUA é alto. Ou seja, México e Canadá estão mais vulneráveis se houver um menor poder de compra dos americanos. 11

Essa primeira parte mostrou que, se analisarmos a interdependência sob o foco na vulnerabilidade, o que se constata é uma dependência entre os Estados nas áreas do comércio internacional, competitividade econômica e investimentos estrangeiros diretos. Todavia, é importante observar que a relação de interdependência entre os Estados também pode ocorrer, mas se analisarmos os Estados integrados dentro de blocos econômicos como na União Européia e Mercosul. Aí sim é possível verificar relações de interdependência sob a análise da sensibilidade porque o foco dos Estados será no custo da manutenção de suas relações (integração).

II – A perda de autonomia dos Estados

O Estado nos dias de hoje é bem diferente daquele criado pela Paz de Vestfália. Embora a sua estrutura permaneça igual, o seu poder não é mais absoluto como era antigamente. O Estado atual, de acordo com Matheous, está dividindo seu poder com outros atores internacionais como organizações intergovernamentais, empresas transnacionais e organizações não-governamentais em questões sociais, políticas e de segurança.¹²

Strange, ao contrário, mostra que o Estado não está dividindo o seu poder, mas que o poder do Estado está em declínio. A área específica desse declínio é a econômica. A autora cita como evidência empírica as áreas de comunicação, crime organizado, seguros, contabilidade, protecionismo privado como exemplos do declínio do poder do Estado.¹³

Autores, como Slaughter, proclamam que uma nova ordem está emergindo em que o Estado não desaparecerá. Os problemas globais atuais como terrorismo, tráfico de entorpecentes, tráfico de seres humanos, comércio ilegal de armas, crime organizado, degradação ambiental, lavagem de dinheiro, são problemas que afetam a maioria dos Estados no plano doméstico. No entanto, o âmbito interno não é a principal esfera de solução para criar novas leis e coibir e prevenir a prática desses crimes. Para solucionar esses problemas, o Estado precisará conectar-se cada vez mais com as estruturas institucionais dos outros Estados, como agências reguladoras e os poderes executivo, legislativo e judiciário, constituindo uma “nova ordem transgovernamental” para que esses problemas sejam resolvidos.¹⁴

Um dos exemplos práticos dessa “nova ordem transgovernamental” que Slaughter menciona, pode ser visto na *Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional*, conhecida também como *Convenção de Palermo*, adotada em 15 de novembro de 2000. O artigo 18 aborda a assistência mútua entre os Estados-Membros para a solução de um mesmo problema.¹⁵

O então secretário-geral da ONU, Kofi Annan, na Declaração do Milênio de 2000, concluiu: Hoje, interesses globais não são mais exclusivos de uma província dos ministros das relações exteriores, nem os Estados são as únicas fontes de soluções para nossos muitos problemas dentro do nosso pequeno planeta. Muitos diversos e grandes atores não-estatais influentes juntaram-se com os que têm o poder de decisão no âmbito nacional para melhorar novas formas de governança global.¹⁶

O Estado é o único ator estatal nas relações internacionais, mas não é mais o único que exerce papéis destacáveis no sistema internacional. O Estado ainda é o principal ator porque ele tem uma característica que os demais atores não possuem: o poder de decisão. Isso significa que é o Estado que tem o poder de criar uma organização intergovernamental; é o Estado que decide se irá assinar um tratado multilateral e implementar no seu ordenamento jurídico interno. No entanto, sem a cooperação de outros atores, como as ONGs, não seria possível ter sido estabelecido um tratado de minas terrestres. Nesse caso específico, as ONGs tiveram um papel fundamental em mostrar aos Estados a importância de criar um tratado para a erradicação das minas terrestres.¹⁷

A guerra no Iraque iniciada em 2003 por EUA, Reino Unido e os demais países da coalizão é também um exemplo do grau do poder de decisão que o Estado possui. Esse poder de decisão que o Estado possui utilizado erroneamente por seus líderes poderá levar o Estado ao fracasso. Ou seja, o fracasso do Estado não acontece acidentalmente, mas sim pelas decisões tomadas erroneamente pelos seus governantes.¹⁸

A Guerra no Iraque apresentou outra lição para o Estado. Mesmo um Estado super poderoso, em termos econômicos e militares, não consegue ganhar uma “guerra” – tampouco resolver qualquer problema internacional - sozinho e sem a cooperação e suporte dos outros Estados e da comunidade internacional. A cooperação entre os Estados para solucionar os problemas atuais não pode ser considerada sinal de fracasso, mas sim de força interna. Os Estados que se intitulam independentes e autônomos dos outros são os verdadeiros fracassados.¹⁹

No entanto, não há dúvida também de que o Estado esteja dividindo seu poder - e que seu poder também esteja declinando - com outros atores não-estatais nas mais diversas áreas. Cabe, portanto, aos demais atores internacionais:

- Dar visibilidade sobre novos temas e questões;
- Apresentar propostas concretas que sejam inovadoras;
- Assegurar e fiscalizar a implementação das regras que foram decididas e trabalhar com os Estados para encontrar soluções.

Pode-se dizer que o Estado não é mais o único responsável por desenvolver projetos na arena internacional. Como concluiu Oliveira: “o poder de configurar a agenda global não é mais privilégio dos Estados”.²⁰

Essa segunda parte mostrou que, com o surgimento de novos atores internacionais, o Estado perdeu o seu domínio de desenvolver a agenda internacional. No entanto, o Estado ainda permanece com o poder absoluto da decisão. Todavia, sem a cooperação dos demais atores, o Estado não conseguirá tomar todas as decisões que precisa para resolver todos os seus problemas.

III – A Organização Intergovernamental e suas parcerias com empresas e ONGs

A organização intergovernamental é criada porque o Estado precisa de um canal de comunicação e cooperação entre os Estados-Membros nas suas mais diversas áreas de interações. Apesar do fato do Estado ser o criador e o gestor das organizações intergovernamentais, é do interesse do mesmo que elas sejam autônomas e independentes, haja vista o reconhecimento dessas organizações pelos Estados-Partes como sujeitos de direito internacional.²¹

1. As Organizações Intergovernamentais e as empresas: o *global compact* (pacto global)

A organização intergovernamental é criada, controlada e financiada pelos Estados, mas para executar seus trabalhos, em um mundo cada vez mais globalizado, ela precisa trabalhar conjuntamente com outros atores não-estatais privados. Em 1999, na reunião do Fórum Econômico Mundial, em Davos, o secretário geral da ONU, Kofi Annan, propôs que os empresários internacionais se unissem à iniciativa voluntária da criação do *global compact*. O objetivo desse projeto é unir as empresas com seis agências especiais da ONU em apoio mais recente de 10 princípios – eram 9 quando o projeto foi criado - nas áreas de direitos humanos (2), trabalho (4), meio ambiente (3) e anti-corrupção (1).

O *global compact* tem como função principal avançar a responsabilidade empresarial das empresas fazendo com que elas coletivamente sejam partes na solução dos desafios da globalização. O *global compact* foi lançado em Nova York, em 2002, e conta atualmente com mais de 3.800 participantes, incluindo 2.900 empresas em 100 países. ²² No Brasil, o *global compact* recebeu a adesão de 151 empresas.²³

O atual secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, defendendo o *global compact*, afirmou a necessidade da interdependência entre as Nações Unidas e as empresas. Ambos os atores precisam um do outro. Por exemplo, a ONU precisa das empresas por conta da tecnologia, inovação e iniciativa. Do outro lado, as empresas precisam da ONU porque os esforços da organização para combater a pobreza no mundo serve para estabilizar o sistema internacional, as regras existentes relacionadas aos setores de telecomunicações, aviação, propriedade intelectual, comércio internacional criadas no âmbito da ONU fazem parte da estrutura da economia global.²⁴

Além do *global compact*, as empresas podem contribuir no financiamento de agências internacionais. Como não há abundância de financiamento, as agências intergovernamentais não podem esperar somente pela contribuição dos Estados. Ou seja, as agências intergovernamentais precisam captar recursos de outras fontes.

2. As Organizações Intergovernamentais e as ONGs

Em 2006, na reunião do Fórum Econômico Mundial, Kofi Annan concluiu que as Nações Unidas para realizar seu trabalho deve trabalhar não somente com os Estados, mas também com:

Todos os novos atores no cenário internacional como o setor privado, incluindo também parlamentares, ONGs, fundações filantrópicas, a mídia global, celebridades do mundo esportivo e entretenimento, e em alguns casos, sindicatos, prefeituras e administradores locais”.²⁵

É por meio do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas que as ONGs conseguem obter um certo status formal no sistema político internacional. Da mesma forma que o Estado precisa da organização intergovernamental para atuar em áreas que ele sozinho não poderia atuar, a organização intergovernamental, por meio de suas agências especializadas, precisam das ONGs porque estas atuam em determinadas áreas onde aquelas não conseguem atingir.

Um dos exemplos entre cooperação intergovernamental e iniciativa privada pode ser visto no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). O ACNUR é a agência da ONU responsável pela proteção dos refugiados no mundo. Com relação ao seu financiamento, os Estados não têm a obrigação de dar dinheiro como acontece com as outras agências da ONU. O ACNUR depende da contribuição voluntária dos Estados e por conta disso, precisa captar recursos na iniciativa privada. 26 No entanto, são os Estados os principais financiadores.

Para o ACNUR implementar suas políticas de proteção e ajuda humanitária e despertar o interesse da mídia e do público, ele também estabelece parcerias com diversos atores. Esses atores incluem governos, ONGs, fundações, corporações, universidades e indivíduos notórios que são conhecidos como embaixadores da boa vontade. Estes últimos utilizam o seu prestígio internacional para atrair a mídia e a atenção do público, despertando a solidariedade em prol daqueles que precisam de ajuda.

Na implementação dos seus programas de ajuda humanitária, o ACNUR realiza projetos com mais de 500 ONGs ao redor do mundo. O ACNUR destina cerca de 20% a 25% do seu orçamento para as ONGs. Aproximadamente 80% dessas organizações são locais ou organizações nacionais. Essas ONGs recebem o apoio financeiro do ACNUR para realizar serviços específicos como proteção, assistência social, legal, psicológica entre outros com a população refugiada. 27

No Brasil o ACNUR tem parcerias para implementar seus programas de ajuda a população refugiada com órgãos ligados ao governo como o Comitê Nacional Para Refugiados (CONARE); com ONGs ligadas à igreja católica como a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro; e com institutos como o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) e o Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH). 28

A parceria entre ACNUR e ONGs é fundamental para os programas de proteção e integração dos refugiados. Para execução dos seus trabalhos, o ACNUR depende das ONGs porque são elas, na maioria das vezes, que lidam diretamente com os refugiados. O ACNUR não teria condições de executar todo o trabalho que é feito com a população refugiada porque o seu orçamento não seria suficiente para contratar funcionários para executar os serviços que as ONGs executam.

As ONGs, do outro lado, dependem da verba do ACNUR para realizar seus trabalhos. Há também a dependência financeira do ACNUR com os seus doadores – na maioria os Estados. Porque sem as verbas que o ACNUR recebe e repassa às ONGs, o trabalho que é realizado com os refugiados seria afetado. E os Estados, por último, dependem do ACNUR e das ONGs para que o trabalho seja realizado. Há, portanto, nesse sentido, uma interdependência entre Estados, organizações intergovernamentais e ONGs. Cada ator precisa mutuamente do outro para realizar um trabalho: proteção aos refugiados. Nenhum ator sozinho conseguirá solucionar essa questão. E para manter essa relação de interdependência os atores precisam focar no custo de sua manutenção. E para isso, eles precisam entender que cada ator tem um papel importante a cumprir nessa relação. Quanto mais integrado eles tiverem maior será o nível de eficiência e efetividade no trabalho realizado com a população refugiada.

No entanto, analisando mais de perto a relação entre o Estado, ACNUR e ONGs pode-se verificar que sob o aspecto da vulnerabilidade haverá um custo caso haja um rompimento na relação entre esses atores. E ainda, um ator, no caso, o Estado, é o menos vulnerável de todos porque tanto o ACNUR quanto as ONGs dependem financeiramente dele. O custo do rompimento dessa relação afetará diretamente os seus parceiros mais vulneráveis. O ACNUR destina cerca de 25% do seu orçamento para as ONGs. Todavia, esse montante para as ONGs pode representar aproximadamente 90% do seu orçamento. As ONGs são, nesse caso, os atores mais vulneráveis. Sem mencionar os próprios refugiados que sofreriam diretamente as conseqüências dessa perda.

Nesse caso, para evitar essa vulnerabilidade financeira, o ACNUR como as ONGs precisam procurar por outros meios de financiamento para não depender economicamente dos Estados.

Na primeira parte desta seção foi visto que as empresas são parceiras importantes das agências internacionais pelo peso econômico que elas representam e por suas tecnologias. E ainda os demais atores precisam da cooperação das empresas não só economicamente, mas avançando suas responsabilidades em prol das soluções dos problemas globais, como o exemplo do *global compact*. Do outro lado, as empresas precisam do sistema das Nações Unidas porque é por meio dele que são criadas as principais regras internacionais que irão beneficiá-las.

Já a segunda parte mostrou a importância das ONGs na cooperação com os Estados e organizações intergovernamentais. E o caso dos refugiados é um exemplo dessa cooperação em que diferentes atores trabalham em conjunto em prol dos mesmos objetivos.

Conclusão

Com o surgimento das organizações intergovernamentais, o sistema internacional passou a contar com mais um ator de destaque. O Estado não é mais o único ator soberano nas relações internacionais. A criação das organizações intergovernamentais mostrou que o Estado prefere agir coletivamente para resolver determinadas questões e não isoladamente. Isso é uma prova que o Estado está dividindo o seu poder. No entanto, o Estado como foi apontado antes, continua sendo o ator principal na arena internacional.

Embora as organizações intergovernamentais exerçam importantes funções no sistema internacional as quais os Estados, individualmente, não poderiam exercer, o responsável por sua criação e gestão continua sendo o Estado. Elas são importantes parceiras dos Estados e não agem como concorrentes. O responsável tanto pelo sucesso como o fracasso de uma organização intergovernamental continua sendo o Estado. Mas é importante ressaltar que na execução de seus trabalhos, a organização intergovernamental precisa do apoio e da parceria de outros atores não-estatais privados como as empresas transnacionais e as ONGs.

O Estado precisa da cooperação de outros Estados para elaborar um tratado multilateral e para criar uma organização intergovernamental. Os Estados precisam das organizações intergovernamentais porque elas atuam em áreas as quais eles sozinhos não poderiam atuar. As organizações intergovernamentais precisam da contribuição dos Estados para financiar suas políticas e das ONGs para implementá-las. E ainda, do dinheiro e da cooperação das empresas transnacionais para solucionar problemas globais. As ONGs precisam das organizações intergovernamentais para conseguir o status consultivo e atuar formalmente na arena internacional e ainda, necessitam das suas contribuições para realizar determinados serviços.

Em um sistema internacional onde há cada vez mais interação entre os atores, cada ator precisa conhecer o papel, a importância e os limites de cada um. Nessas interações entre os atores, as suas relações podem ser tanto de dependência e interdependência. A relação entre os atores internacionais pode ser considerada de interdependência porque cada um depende mutuamente do outro e não há espaço no cenário internacional para tomar decisões unilaterais. Os atores precisam focar seus esforços na manutenção de suas relações para existir mais cooperação e integração entre eles. No entanto, se analisarmos a relação entre os atores sob o aspecto da vulnerabilidade identificaremos que poderá existir atores mais e menos vulneráveis. Nesse sentido, a relação entre os atores será de dependência.

Para identificar que tipo de relação os atores têm é preciso analisar os aspectos dessa relação. Todos os atores, com exceção do Estado, precisam perceber que é este que tem o poder final de decisão. E ainda, é o menos vulnerável entre todos os atores. Os atores que dependem financeiramente dos Estados precisam focar suas energias também para captar recursos de outras fontes, como por exemplo, as empresas multinacionais. O Estado precisa entender que o seu poder de decisão não significa capacidade para resolver todos os seus problemas de maneira autônoma. Sem o apoio e a cooperação dos demais atores, o Estado não conseguirá apresentar soluções e tampouco resolver qualquer um dos problemas que o mundo enfrenta e onde independência e autonomia não significam mais sinais de força, mas, sim, de fraqueza.

Bibliografia

I – Resolução das Nações Unidas

Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas A/55/383 de 2/11/2000.

II-Relatórios

Estatísticas do Comércio Internacional de 2007, da Organização Mundial do Comércio (OMC). Disponível em: http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/its2006_e/its06_toc_e.htm (acesso em 25/10/2007)

Relatório de Competitividade Global de 2007 <http://www.gcr.weforum.org> (acesso em 5/11/2007)

Relatório Mundial de Investimentos de 2007, elaborado pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Disponível em: <http://www.unctad.org/Templates/webflyer.asp?docid=9001&intlItemID=4361&lang=1&mode=toc> (acesso em 30/10/2007)

II – Livros e artigos em periódicos

BURCHIL, Scoot; DEVETAK, Richard; et. Al. *Theories of International Relations*. Second edition, New York:Palgrave, 2001.

EVANS, Graham; NEWNHAM, Jeffrey. *The Pinguin Dictionary of International Relations*. London:Pinguin Books, 1998.

KEOHANE, Robert O., NYE, Joseph S. *Power and Interdependence in the Information Age*. *Foreign Affairs*, sept/out 1998, 77, 5, p. 86.

KROLL, John A. *The complexity of interdependence*. *International Studies Quarterly*, 37 (1993), p. 321.

JUBILUT, Liliansa Lyra. *O Direito Internacional dos Refugiados e sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro*. São Paulo: Método, 2007.

MATHEUS, Jessica T. *Power Shift*. *Foreign Affairs*, jan/fev 1997, 76, 1, p. 50.

MATIAS, Eduardo Felipe P. *A humanidade e suas fronteiras: do Estado soberano à sociedade global*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

OLIVEIRA, Miguel Darci. *Nações Unidas, novos atores e governança global: mensagens e propostas do Painel sobre sociedade civil*. *Política Externa*, vol. 14, 2, set/out/nov 2005, p. 59.

REISMAN, Michael. *Designing and Managing the Future of the State*. *European Journal of International Law*, v. 3, p. 407, 1997.

ROTBERG, I. Robert. *The New Nature of Nation-State Failure*. *Washington Quarterly*, 25:3, Summer 2002, p. 93.

SLAUGHTER, Anne-Marie. *The Real New World Order*. *Foreign Affairs*, sep/oct 1997, 76, 5, p. 183.

STRANGE, Susan. *The Retreat of the State: the Diffusion of Power in the World Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

TOMUSCHAT, Christian. *General Course on Public International Law*. 281 *Recueil Des Cours* (1999), p. 127.

III – Jornal

Folha de São Paulo, 19/8/2007, Caderno B4 *Turbulência Global: o Estouro da Bolha*.

IV - Internet

ACNUR (lista dos contribuidores privado). www.unhcr.org/partners/PARTNERS/451be6b00.pdf (Acesso em 25/10/2007)

ACNUR (parcerias com ONGs). www.unhcr.org/partners/PARTNERS/41c162d04.pdf (Acesso em 25/10/2007)

ANNAN, Kofi. *We the Peoples: the Role of United Nations in the 21st Century*. New York: United Nations Department, 2000. Disponível em: <http://www.un.org/millennium/sg/report/full.htm> (acesso em: 18/10/2007).

Global Compact - www.unglobalcompact.org

Global Compact (discurso do secretário-geral) www.unglobalcompact.org/NewsAndEvents/speeches_and_statements/10sgsmunausa.pdf (Acesso em 25/10/2007)

ONU (notícias) <http://www.un.org/apps/news/printnews.asp?nid=17305> (Acesso em 25/10/2007)

Pacto Global - www.pactoglobal.org.br

Notas

Nota do autor: este artigo é uma nova versão de um trabalho apresentado no 5.º Congresso Brasileiro de Direito Internacional, em setembro de 2007, sob o título “A questão da interdependência”. Essa versão foi publicada no livro organizado por Wagner Menezes, sob o título “Estudos de direito internacional: anais do 5.º Congresso Brasileiro de Direito Internacional”. Curitiba: Juruá, 2007, p. 62-69.

1 Advogado da Cáritas-Santos pelo convênio com a Cáritas-São Paulo e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República no projeto de promoção de defesa de direitos da população refugiada. Mestre em Direito Internacional pela UNISANTOS. Especialista em Relações Internacionais pela UNSW. Professor de Direito Internacional Público e Privado na Faculdade Santa Rita (São Paulo).

2 EVANS, Graham; NEWNHAM, Jeffrey. *The Pinguin Dictionary of International Relations*. Pinguin Books: London, 1998, p. 121.

3 EVANS, Graham; NEWNHAM, Jeffrey. *The Pinguin Dictionary of International Relations*. Pinguin Books: London, 1998, p. 256.

4 Para uma terceira opção além dessas duas análises (vulnerabilidade e sensibilidade) da interdependência ver KROLL, John A. *The complexity of interdependence. International Studies Quarterly*, 37 (1993), p. 321.

5 Ibid., p. 322. Ver também sobre a questão da interdependência em MATIAS, Eduardo Felipe P. *A humanidade e suas fronteiras: do Estado soberanos à sociedade global*. Paz e Terra: São Paulo, p. 202-203.

6 KROLL, op. cit., p. 323.

7 KEOHANE, Robert O., NYE, Joseph S. *Power and Interdependence in the Information Age. Foreign Affairs*, sept/oct 1998, 77, 5, p. 86.

⁸http://www.wto.org/english/res_e/statist_e/its2006_e/its06_toc_e.htm (acesso em 25/10/2007)

⁹ Ver <http://www.gcr.weforum.org> (acesso em 5/11/2007)

¹⁰ Ver <http://www.unctad.org/Templates/webflyer.asp?docid=9001&intlItemID=4361&lang=1&mode=toc> (acesso em 30/10/2007)

11 Jornal Folha de São Paulo, Caderno B4 *Turbulência Global: o Estouro da Bolha*, 19/8/2007

12 MATHEUS, Jessica T. *Power Shift. Foreign Affairs*, jan/fev 1997, 76, 1, p. 50.

13 STRANGE, Susan. *The Retreat of the State: the Diffusion of Power in the World Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

14 SLAUGHTER, Anne-Marie. *The Real New World Order. Foreign Affairs*, sep/oct 1997, 76, 5, p. 183.

15 Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas A/55/383 de 2/11/2000.

¹⁶ ANNAN, Kofi. *We the Peoples: the Role of United Nations in the 21st Century*. New York: United Nations Department, 2000. Disponível em: <http://www.un.org/millennium/sg/report/full.htm> (18/10/07), parágrafo 315.

17 Ver MENEZES, Fabiano L. de. *Como as ONGs influenciam o direito internacional?* Dissertação de Mestrado em Direito Internacional apresentada na UNISANTOS em 2006.

18 Ver sobre o fracasso do Estado em ROTBERG, I. Robert. *The New Nature of Nation-State Failure. Washington Quarterly*, 25:3, Summer 2002, p. 93.

19 Ver sobre o futuro do Estado em REISMAN, Michael. *Designing and Managing the Future of the State. European Journal of International Law*, v. 3, p. 407, 1997.

20 OLIVEIRA, Miguel Darci. *Nações Unidas, novos atores e governança global: mensagens e propostas do Painel sobre sociedade civil. Política Externa*, vol. 14, 2, set/out/nov 2005, p. 59.

21 TOMUSCHAT, Christian. *General Course on Public International Law. 281 Recueil Des Cours* (1999), p. 127.

²² Disponível em: <http://www.unglobalcompact.org> (25/10/07)

²³ Disponível em: www.pactoglobal.org.br (25/10/07)

24 Disponível em: www.unglobalcompact.org/NewsAndEvents/speeches_and_statements/10sgsmunausa.pdf p. 3 (25/10/07)

²⁵ Disponível em: <http://www.un.org/apps/news/printnews.asp?nid=17305> (25/10/07)

26 Ver a lista de contribuidores privados do ACNUR. Disponível em: www.unhcr.org/partners/PARTNERS/451be6b00.pdf (25/10/07)

27 UNHCR - *NGO Partnerships in Refugee Protection*. Disponível em: www.unhcr.org/partners/PARTNERS/41c162d04.pdf (Acesso em 25/10/07)

28 JUBILUT, Liliansa Lyra. *O Direito Internacional dos Refugiados e sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro*. São Paulo: Método, 2007, p. 199.

As Dificuldades de Micro e Pequenos Empresários Adquirirem Financiamento pela Linha de Crédito FINAME ofertada pelo BNDES

Fernando de Almeida Santos

Professor, Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP e Mestre em Administração pela Universidade Presbiteriana Mackenzie

Denise Petrucci

Administradora, Graduada em Administração com Habilitação em Marketing pela UNINOVE

Resumo

O Brasil possui um número significativo de micros e pequenas empresas, totalizando aproximadamente 99,2 % das empresas nacionais, sendo responsáveis por cerca de 57,2% dos empregos oferecidos no país, porém a cada dez abertas, seis encerram as atividades antes de chegar ao quinto ano. Sabe-se que, atualmente, as empresas necessitam de constante renovação e atualização de suas tecnologias, máquinas e equipamentos. O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), possui a linha de crédito FINAME, específica para estes investimentos, porém não é utilizada por parte significativa destes empresários. A pesquisa aborda as dificuldades que micros e pequenos empresários encontram para a aquisição de máquinas e equipamentos por meio desta linha. A pesquisa foi dividida em três partes: a primeira contém os componentes do projeto e a forma de desenvolvimento; a segunda consiste no referencial teórico, descrevendo-se o Sistema Financeiro Nacional e as operações bancárias relevantes ao trabalho; a terceira é um estudo de caso, com pesquisa as normas do BNDES e na aplicação de questionário com 6 (seis) questões quantitativas e 8 (oito) qualitativas a 20 micros e pequenos empresários. O trabalho revelou, entre outros fatores, que os trâmites para concessão dos créditos são bem burocráticos e que há falta de conhecimento do produto por parte dos pequenos empresários.

Palavras-chave:

BNDES. Empreendedorismo. Financiamento. Microempresas. SEBRAE.

Abstract

Brazil has a significant number of micro and small companies, totalizing approximately 99,2% of the national companies, being responsible for about 57,2% of the jobs offered in the country, however to each ten companies opened, six lock up the activities before arriving at the fifth year. One knows that, currently, the companies need constant renewal and update of its technologies, machines and equipment. The BNDES (Brazilian Development Bank) has a credit facility named FINAME (a program for the financing of national suppliers of equipment, materials and related services), specific for these investments; however it is not used on the part significant of these entrepreneurs. The research approaches the difficulties that micro and small entrepreneurs find for the acquisition of machines and equipment through this credit facility. The research was divided in three parts: the first one contains the components of the project and the form of its development; the second one consists of the theoretical referential, describing the National Financing System and the prominent banking operations to the work; the third one is a case study, researching the norms of BNDES and in the application of questionnaires with 6 (six) quantitative questions and 8 (eight) qualitative questions to the 20 micro and small entrepreneurs. The work disclosed, among others factors, that the proceedings for concession of the credits are well bureaucratic and that it has lack of knowledge of the products on the part of the small entrepreneurs.

Keywords

BNDES. Entrepreneurship. Finame. Micro Companies. Small Companies. SEBRAE.

As Dificuldades de Micro e Pequenos Empresários Adquirirem Financiamento pela Linha de Crédito FINAME Ofertada pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)

1. Introdução

O Brasil possui um relevante número de pequenos empreendedores, e esse potencial é importante para o desenvolvimento do país, porém, há uma taxa muito elevada de fechamento das empresas.

O sistema financeiro brasileiro é eficiente e sofisticado, todavia, sem a atenção necessária aos pequenos negócios.

Diante do exposto, o objetivo desse trabalho é analisar as dificuldades que micro e pequenos empresários encontram para obterem financiamentos utilizando a linha de crédito FINAME, disponibilizada pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), banco federal, que tem como uma de suas prioridades o apoio a essas empresas.

O trabalho destaca as formas e procedimentos onde micro e pequenas empresas podem conseguir a contratação deste produto, que tem como objetivo financiar a aquisição de máquinas e equipamentos, com taxa subsidiada pelo governo.

2. O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)

“Uma conceituação bastante abrangente de sistema financeiro poderia ser a de um conjunto de instituições que se dedicam, de alguma forma, ao trabalho de propiciar condições satisfatórias para a manutenção do fluxo de poupadores e investidores”. (Fortuna, 2002, p.5).

O Sistema Financeiro Nacional foi estruturado e regulado pela lei de reforma bancária (1964), lei do mercado de capitais (1965) e, mais recentemente, com a lei de criação dos Bancos Múltiplos (1988) e constitui-se de todas as instituições financeiras, públicas ou privadas, existentes no país”.

A estrutura do Sistema Financeiro Nacional envolve dois grandes subsistemas: normativo e intermediação financeiro. O BNDES faz parte das instituições especiais do subsistema normativo.

O BNDES é uma ex-autarquia federal, e foi criado pela Lei n.º 1.628, de 20 de junho de 1952 e em 21 de junho de 1971 foi enquadrado como empresa pública federal.

Órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior, seu objetivo é apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento nacional. Desde sua fundação, financia os grandes empreendimentos industriais e de infra-estrutura e destaca-se por apoiar investimentos na agricultura, no comércio e serviços, e aos investimentos sociais, direcionados para a educação e saúde, agricultura familiar, saneamento básico e ambiental e transporte coletivo de massa.

O BNDES apóia projetos que tenham impacto direto na melhoria das condições de vida da população nos campos do desenvolvimento urbano, ambiental, social, regional e rural, buscando sempre:

- facilitar a generalização do acesso aos serviços de infra-estrutura básica, de saúde e educação;
- incentivar a gestão integrada de recursos hídricos;
- fortalecer a administração pública regional quanto a capacidade gerencial, normativa, operacional e tecnológica;
- equacionar as demandas urbanas das cidades e metrópoles brasileiras, por meio de investimentos em estruturação, reordenamento urbano e requalificação;
- expandir a oferta de crédito produtivo ao empreendedor de baixa renda por meio de linhas de microcrédito;
- democratizar o capital, por meio de soluções coletivas, mantendo postos de trabalho associados ao crescimento empresarial;
- reduzir as desigualdades regionais, por meio de projetos de estruturação e de arranjos produtivos locais, e projetos integrados em regiões de extrema pobreza;
- incentivar projetos ou atividades de natureza social que sejam eficientes e inovadores.

De acordo com as políticas definidas pelo governo federal, as ações do BNDES têm a vocação de agente do desenvolvimento do país, com a prioridade de inclusão social e redução de desigualdades entre os brasileiros. Conforme essa linha de orientação o BNDES define também as iniciativas de crescimento econômico.

Há quatro grandes linhas de atuação para alcançar esse objetivo:

1 – INCLUSÃO SOCIAL, permeia todas as demais linhas, e nesse sentido a concessão de crédito do Banco para as empresas estabelece estímulos ao apoio pretendido, visando ampliar os efeitos sociais dos empreendimentos.

2 – INFRA-ESTRUTURA, com o objetivo de solucionar problemas de infra-estrutura. É condição necessária para a cidadania econômica, concedendo a todos, acesso a serviços básicos como eletricidade, comunicações, transportes urbanos e saneamento.

3 – ESTRUTURA PRODUTIVA, cujas ações objetivam o aumento da capacidade de produção da indústria e do setor de serviços, priorizando empresas nacionais de pequeno e médio porte.

4 – EXPORTAÇÕES, com o objetivo de aumentar as exportações e promover a diminuição relativa das importações.

O BNDES atua algumas vezes de forma direta, porém, geralmente desenvolve sua atuação por meio de Agentes financeiros como Bancos Comerciais, Bancos de Investimentos e Sociedades Financeiras. Esses agentes recebem uma comissão do BNDES, denominada de “Del Credere”, para executarem essa intermediação entre a instituição e o financiamento, tornando-se co-responsáveis também pela liquidação da dívida junto ao Banco.

As subsidiárias do BNDES são:

A - FINAME (Agência Especial de Financiamento Industrial), que financia a comercialização de máquinas e equipamentos, para promover o desenvolvimento do parque nacional produtor de máquinas e equipamentos industriais não produzidos no País e financiar e fomentar a exportação de máquinas e equipamentos industriais de fabricação brasileira.

B - BNDESPAR (BNDES Participações S/A) que tem como objetivo contribuir para o fortalecimento do Mercado de Capitais.

3. Crédito para Micro e Pequenas Empresas no Brasil

A Lei 9.841/99 aprovou um novo Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, fundamentada nos Artigos 170 e 179 da Constituição Federal, regulamentada pelo Decreto nº 3.479/00. A Lei instituiu diretivas para conceder tratamento diferenciado aos pequenos negócios nas áreas administrativa, tributária, trabalhista, creditícia e de desenvolvimento.

O Estatuto simplificou o registro de novas empresas, pois deixaram de serem exigidas a apresentação de algumas certidões negativas e a subscrição por advogado do ato constitutivo.

Atualmente para uma instituição ser considerada uma Microempresa tem que apresentar Receita Bruta Anual igual ou inferior a R\$ 433.755,14 e para empresa de Pequeno Porte, a Receita Bruta Anual igual ou inferior a R\$ 2.133.222,00.

Há no país a diversidade de atuação, pois são cerca de 13 milhões de pequenos negócios formais e informais nos mais diversos ramos da indústria, do comércio e de serviços, com produção integrada ao mercado nacional e internacional.

“O país não pode mais conviver com um sistema financeiro eficiente e sofisticado, de primeiro mundo, mas sem um foco especial nos pequenos negócios. E vice-versa. Os serviços financeiros precisa estar onde fortalecimento do empreendedorismo represente a quebra do paradigma da pobreza e da exclusão.” (Okamoto, 2004, p.11).

“O sistema financeiro brasileiro sustenta há muito desempenho paradoxal: não atende à demanda por crédito e financiamento da maioria dos setores produtivos e, ao mesmo tempo, reserva margens de lucros excepcionais, ano após ano. Esse fenômeno singular pode ser caracterizado pela análise de alguns paradoxos que o acompanham.” (Carvalho & Abramovay, 2004, p.20).

O sistema bancário possui grande capacidade de adaptação às flutuações econômicas, indicador de elevada eficiência empresarial e também da existência de fontes alternativas de lucratividade, papel desempenhado pelos juros da dívida mobiliária. Os bancos conseguem alterar a composição de seu ativo para ganhar em qualquer situação.

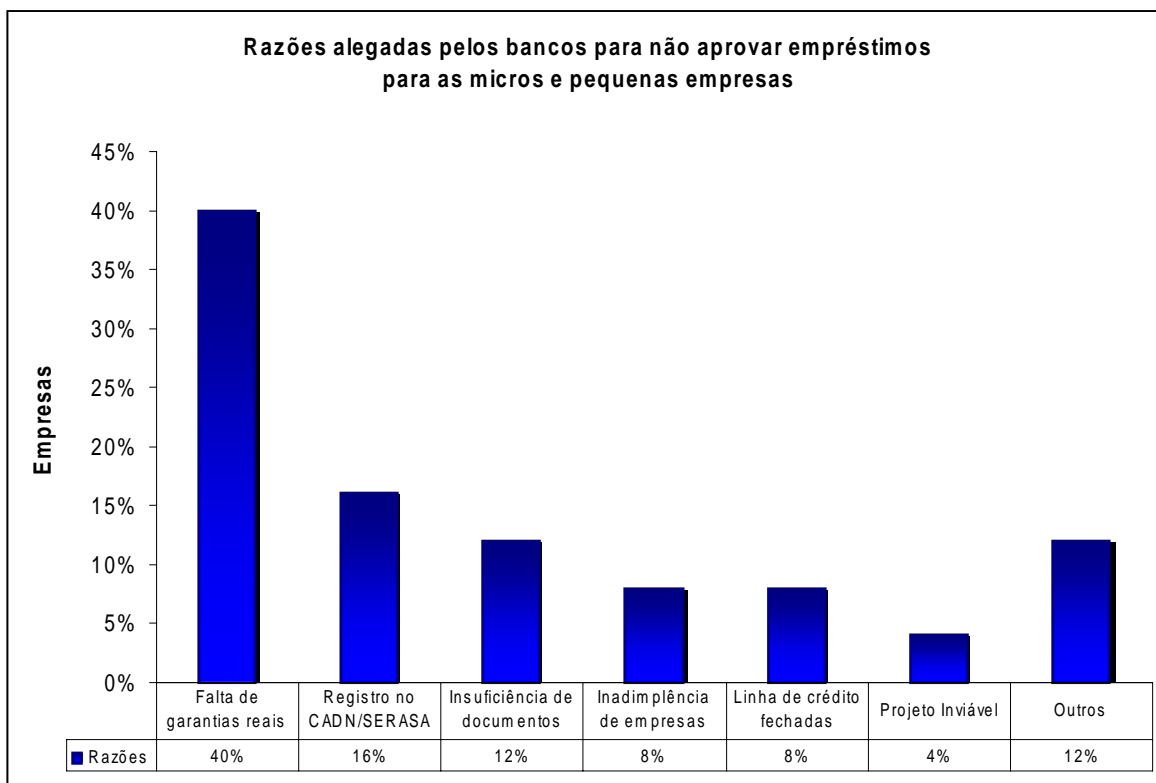
O crédito de longo prazo fica dependente de fontes públicas, porém os agentes repassadores exigem garantias das empresas tomadoras. O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), com base em reclamações vem fiscalizando os bancos privados que chegam a exigir que as empresas apliquem até 50% do valor do crédito solicitado.

Segundo pesquisa realizada pelo Sebrae em 2003, 89% dos empresários conseguiram empréstimos em seu nome, de sócios ou parentes, ou seja, pessoas físicas, porém, quando se trata de conseguir empréstimos em nome da empresa há mais dificuldades, a pesquisa mostra que apenas 37% de microempresas e 55% das pequenas empresas conseguiram empréstimos, ou seja, é mais fácil conseguir financiamento em nome do empresário do que em nome de sua empresa.

Esse fato ocorre por conta de que as empresa não tem garantias, sendo este motivo responsável por 40% das rejeições.

Conforme o gráfico 1(um), verifica-se que há consistência por parte dos bancos para a rejeição dos empréstimos solicitados.

Gráfico 1 - Razões alegadas pelos bancos para não dar empréstimos as MPEs,segundo as empresas com propostas de crédito negadas.



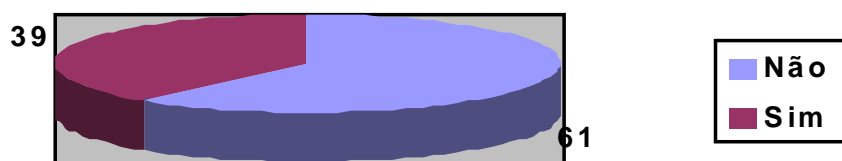
Fonte Sebrae SP, 2004.

As informações dessa pesquisa demonstram que o sistema bancário brasileiro pode contribuir mais para o financiamento de novos negócios, e o pequeno empresário, por sua vez, sabe que recorrer a financiamentos pode causar sua falência. Isso acaba causando limitações no crescimento econômico em geral.

“No Estado de São Paulo, para cada empregador formal (com CNPJ ou registro na prefeitura, existem dois outros na informalidade.” (Bedê, 2004, p.46). Embora, esta afirmação seja baseada em empirismo, ela demonstra a visão de que sair da informalidade é algo difícil para muitos brasileiros.

As micro e pequenas empresas, que não são novas, também tem dificuldades para obter crédito. Conforme pesquisa realizada pelo Sebrae de São Paulo, 61% das micro e pequenas empresas paulistas nunca realizaram empréstimos bancários.

Gráfico 2 – Micro e Pequenas Empresas Paulistas que já fizeram empréstimos bancários



Fonte Sebrae SP, 2004.

De acordo com essa pesquisa, realizada pelo Sebrae (2005), mesmo se o empréstimo fosse mais barato, 49% das micro e pequenas empresas não gostariam de obtê-lo, por razões como, incerteza na economia, receio de não conse-

guir pagar, dentre outras. Para os 51% restantes de micro e pequenas empresas, seria interessante obter o empréstimo para a aquisição de mercadorias, aquisição de máquinas e equipamentos, dentre outras finalidades.

4. Linha FINAME e o Mercado

4.1. Linha FINAME

Uma das linhas de crédito disponibilizadas pelo BNDES é o FINAME que se destina a financiamentos sem limite de valor para a aquisição de máquinas e equipamentos novos de fabricação nacional. Conforme circular 187 de 02/04/2004 vigente para essa linha de crédito, serão consideradas beneficiárias:

- Pessoas Jurídicas de Direito Privado, sediadas no país, cujo controle efetivo seja exercido direta ou indiretamente por pessoa física domiciliada e residente no país;
- Pessoas Jurídicas de Direito Público interno ou entidades direta ou indiretamente por elas controladas;
- Pessoas Físicas residentes e domiciliadas no país do segmento transporte autônomo de cargas;
- Empresário Individual inscrito no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) e no Registro Público de Empresas Mercantis;
- Associações, sindicatos, cooperativas e clubes;
- Condomínios.

Para efeito de enquadramento quanto ao porte, as empresas, exceto as da administração pública direta, são classificadas conforme circular 187 de 02/04/2004 do BNDES, nas categorias a seguir:

- Microempresas: receita operacional bruta anual inferior ou igual a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais);
- Pequenas empresas: receita operacional bruta anual superior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) e inferior ou igual a R\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais);
- Médias empresas: receita operacional bruta superior a R\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais) e inferior ou igual a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais);
- Grandes empresas: receita operacional bruta superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

A receita auferida no ano-calendário, com o produto da venda de bens e serviços será considerada como receita operacional bruta anual.

Para as empresas recém constituídas são consideradas as projeções anuais das vendas.

Quando se tratar de grupo econômico ou empresa controlada por outra, será considerado como receita operacional bruta anual a receita consolidada do grupo.

Nas operações efetuadas na Linha FINAME, o custo financeiro pode ser das três formas:

- Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP;
- Variação da UMBNDES – Unidade Monetária do BNDES, acrescida dos encargos da Cesta de Moedas;
- Variação do Dólar Norte-Americano, acrescida dos encargos da Cesta de Moedas.

Na Linha FINAME, pode ser utilizada qualquer uma das opções de custo financeiro, exceto em alguns casos que não podem fazer uso da TJLP:

a) Operações para empresas brasileiras sob controle de capital estrangeiro, e em operações que os índices de nacionalização de máquinas e equipamentos, sejam inferiores a 60%.

b) Em operações com valor superior a R\$ 10.000,00 milhões (dez milhões de reais), realizados com empresas brasileiras de grande porte.

Taxa de Juros: TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) + 1% ao ano + Remuneração da Instituição Financeira Credenciada (negociada entre essa e o cliente).

O prazo total máximo para a obtenção de financiamentos na linha FINAME é de 60 (sessenta) meses, exceto nos seguintes casos:

- carrocerias para veículos de coleta de lixo : até 36 meses;
- veículos para transporte de passageiros: até 48 meses;
- caminhões, carrocerias e equipamentos afins para transportadores autônomos de carga: até 72 meses.

A periodicidade das Amortizações é mensal, os juros são pagos mensalmente junto com as parcelas. Durante a fase de carência, os juros são pagos trimestralmente.

O nível de Participação consiste em:

- transportadores autônomos de carga: até 90%
- micro, pequenas e médias empresas, sob controle de capital nacional: até 100%.
- empresas brasileiras de grande porte sob controle de capital nacional: até 80%
- entidades da Administração Pública Direta: até 90%
- operações de comercialização doméstica de aeronaves: até 100%.

Para garantia deve, necessariamente, constituir a propriedade fiduciária, mantida até o final do contrato, somente podendo ser substituída em caso de sinistro ou defeito no período da garantia do bem, e deve ser informada ao BNDES.

O Agente Financeiro adota uma das sistemáticas operacionais conforme a seguir:

- Sistemática Operacional Simplificada: que se aplica às máquinas e equipamentos que estejam incluídos no Credenciamento de Fabricante Informatizado do BNDES. Nesta sistemática, o Agente Financeiro aprova, contrata a operação de financiamento com a Beneficiária, autoriza o faturamento e a entrega das máquinas e equipamentos, sem a aprovação prévia do BNDES/FINAME.
- Sistemática Operacional Convencional: o agente financeiro pede através de forma digital ou impressa a aprovação da Proposta de Abertura de Crédito, que depois de aprovada pelo BNDES, por meio de um número, será autorizado o faturamento e entrega das máquinas e equipamentos.

Os Agentes Financeiros devem cumprir, as Condições Gerais Reguladoras das Operações da FINAME, as Disposições Aplicáveis aos contratos do BNDES, as Políticas Operacionais e demais normativos baixados pelo BNDES.

Na contratação do financiamento deve ser utilizado Contrato de Abertura de Crédito Fixo ou Cédula de Crédito, onde obrigatoriamente deverão constar cláusulas constantes na Circular e Anexo vigentes.

A beneficiária deverá manter controle sobre a localização do bem objeto do financiamento, disponível a qualquer tempo ao Agente Financeiro e ao BNDES.

Para a formalização da operação, a beneficiária deve apresentar os seguintes documentos:

- Certidão quanto a Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- Certidão Negativa de Débito – CND, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- Comprovação de que a empresa está em dia com as obrigações relativas ao FGTS, mediante apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS;
- Comprovação de quitação de tributos e contribuições federais, inclusive Cofins e Pis/Pasep, mediante Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais;
- Comprovação de que a empresa está em dia com a entrega da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

O Agente Financeiro deverá manter dossiê com os documentos abaixo:

- Quadro de composição do capital social;
 - Estatuto Social ou Contrato Social e Balanço consolidado;
 - Orçamento da fabricante aceito pela compradora;
 - Instrumento contratual Agente/Beneficiária, devidamente registrado no competente registro;
-

- Proposta de Abertura de Crédito Fixo – PAC;
- Cópia da 1ª via da nota fiscal e declaração da compradora de recebimento do equipamento, ratificada “in loco” pelo agente;
- Pedidos de Liberação de Recursos – PL;
- Comprovação de repasse de recursos à fabricante;
- Certidão Negativa de Débitos ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social);
- Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais;
- Certidão quanto da Dívida Ativa da União;
- Certificado de Regularidade do FGTS
- RAIS – Relação Anual de Informações Sociais;
- Comprovação de regularidade de Situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração da beneficiária a respeito.

Para complementar as linhas de crédito, o BNDES disponibiliza Programas que são caracterizados pela sua transitoriedade, eles possuem limite orçamentário ou prazo de vigência, dentre os Programas disponibilizados pelo BNDES, dois são considerados relevantes à pesquisa:

A – Programa BNDES Caminhões, que tem por finalidade financiar a aquisição de equipamentos novos: caminhões, caminhões tratores, cavalos mecânicos, reboques, semi-reboques, chassis e carrocerias para caminhões credenciados no BNDES.

B – Programa de Microcrédito, promover a economia popular por meio da oferta de recursos para o microcrédito produtivo orientado aos empreendimentos formais e informais, visando a geração de emprego e renda.

Serão apoiados projetos que utilizem o microcrédito como instrumento de inclusão social, associados à complementação de políticas sociais e/ou integrados a ações que promovam o desenvolvimento local.

Em 2004 os desembolsos para micro e pequenas empresas chegaram a R\$ 9.585 Milhões, o BNDES aprovou 121.666 operações para micro e pequenas empresas e o volume de liberações para o segmento representou 32% do total desembolsado pelo banco.

O apoio a empreendimentos de menor porte demonstram o empenho do banco em apoiar esse segmento que é reconhecido por criar e manter grande quantidade de postos de trabalho.

Os agentes financeiros oferecem o produto FINAME das seguintes formas:

- sítios;
- materiais informativos nas agências bancárias;
- parcerias com os revendedores de máquinas e equipamentos;
- revistas especializadas.

4.2. Comparativo entre Produtos

Ao fazer um comparativo entre um financiamento para aquisição de um equipamento, utilizando o produto CDC (Crédito Direto ao Consumidor), e um produto da Linha de Crédito FINAME, oferecido pelo BNDES, obteve-se uma diferença de aproximadamente 7,20% ao ano menor. No CDC a taxa ao ano é de aproximadamente 22%, sendo que no FINAME a taxa é composta pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) que é o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES. O valor da TJLP é fixado pelo Banco Central do Brasil, de acordo com as normas do Conselho Monetário Nacional, e pode ser obtido nos jornais de grande circulação no país. Vale para cada período trimestral (janeiro-março, abril-junho, julho-setembro, outubro-dezembro), mais o spread básico que é de 1,00% e mais o spread a ser negociado entre o financiado e o agente financeiro, a TJLP para o período vigente é de 9,75 e o spread do agente financeiro gira em torno de 4,00%, somando assim aproximadamente 14,75% ao ano. Os spreads utilizados para esta comparação são do Unibanco União de Bancos Brasileiros S/A.

5. Estudo de Caso

Foi realizado estudo de caso, com 20 (vinte) micro e pequenos empresários de São Paulo, com potencial e perfil para a contratação do produto FINAME, que tem a finalidade de financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos de fabricação nacional. A pesquisa propôs entender quais as dificuldades encontradas para a contratação do produto FINAME. Para isso, foram elaborados questionários qualitativos e quantitativos e a verificação das normas desse produto junto ao BNDES, além de análise das documentações do BNDES para concessão de crédito e visita a uma unidade.

Após a coleta das respostas dos entrevistados, para as perguntas abertas, foi realizada uma análise de conteúdo, com base na metodologia de análise de discurso de Pêcheaux (in Gadet, 2001, p 15-16). Esta metodologia se preocupa com os discursos inseridos em um determinado contexto. A partir dessa análise, foi possível verificar a incidência de respostas semelhantes e separá-las por categorias.

Tabela 1 - Perguntas Fechadas

Questões	Perguntas	Sim	%	Não	%
01	Você já precisou de financiamento?	19	95%	1	05%
02	Você já solicitou o financiamento?	15	75%	5	15%
03	Você conhece algum tipo de programa do governo p/ financiamento a micro e pequena empresa?	09	45%	11	55%
04	Para o micro e pequeno empresário, existe dificuldade em conseguir financiamento a longo prazo?	19	95%	1	05%
Total de entrevistados		20			

Fonte: Dados da Pesquisa

Tabela 2 – Questão fechada - Dificuldades para obter financiamento

O que dificulta você solicitar um financiamento?	Ocorrências	%
Documentação	17	85%
Juros altos	16	80%
Aprovação de crédito	13	65%
Dificuldade de prever receita	13	65%
Medo de endividar	4	20%
Desconhecimento	4	20%
Falta de hábito de pedir	0	0%
Contra financiamento	0	0%
A decisão depende de outro sócio que não concorda	0	0%
Total de respostas	67	

Fonte: Dados da Pesquisa

As Tabelas 1 e 2 demonstram que 95% dos micro e pequenos empresários entrevistados já precisaram de financiamento e 75% já solicitaram financiamentos, porém 95% responderam que existem dificuldades para apresentação das documentações exigidas pelas instituições financeiras, 65% apontaram a aprovação de crédito como dificultador, 80% consideram os juros altos e 65% têm dificuldades para prever a receita anual em suas empresas. Na tabela 2 observa-se que há 67 respostas, pois os entrevistados tiveram 9 opções podendo assinalar todas.

Tabela 3 - Primeira questão aberta após a análise de conteúdo das respostas

Qual a dificuldade encontrada para a aquisição de bens de produção pelo micro e pequeno empresário?

Resultado	Qtde	%
Dificuldade para conseguir financiamento	07	28%
Juros muito altos	07	28%
Falta de recursos próprios	06	24%
Prazos para o pagamento curtos	05	20%
Total de ocorrências	25	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Tabela 4 - Segunda questão aberta após a análise de conteúdo das respostas

Qual a dificuldade para atender as exigências impostas pelas instituições financeiras, com relação a financiamento?

Resultado	Qtde	%
Garantias exigidas	10	47,62%
Documentação exigida pelas Inst Financeiras	07	33,34%
Capacidade de pagamento	02	09,52%
Ausência de restritivos	02	09,52%
Total de ocorrências	21	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Tabela 5 – Questão fechada

Para o micro e pequeno empresário, existe a dificuldade para aprovação de crédito junto às instituições financeiras?

Resultado	Qtde	%
Tiveram dificuldade para aprovação de crédito	19	95%
Não houve dificuldade para aprovar crédito	01	05%
Total do ocorrências	20	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Tabela 6 – Questão fechada

Os agentes financeiros oferecem o produto FINAME como alternativa de financiamento a longo prazo para micro e pequenos empresários?

Resultado	Qtde	%
Agentes Financeiros não oferecem FINAME	10	50%
Agentes Financeiros oferecem FINAME	07	35%
Difícilmente ou às vezes oferecem FINAME	03	15%
Total	20	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com o estudo de caso, nota-se os entrevistados consideram que há muita burocracia para um micro ou pequeno empresário utilizar a Linha de Crédito FINAME para a aquisição de máquinas e equipamentos. Há uma rigorosa exigência quanto a estar em dia com as obrigações junto ao governo federal, ou seja, o micro ou pequeno empresário para operar nesta modalidade necessita quitar suas dívidas ou renegociar com órgão competente. Além disso, há também a necessidade de apresentar toda documentação da empresa para que o Agente Financeiro prepare um dossiê que a qualquer momento poderá ser auditado pelo BNDES.

Considerações Finais

A linha de crédito FINAME possui característica específica que a distingue fortemente em relação a outras operações bancárias.

É evidente a importância do BNDES para o desenvolvimento nacional e para o apoio ao micro e pequeno empresário, porém, é recomendável rever os seus processos.

A pesquisa aos micro e pequenos empresários demonstra que eles têm dificuldades para obter financiamentos para bens de produção, sendo que, as garantias exigidas e as altas taxas de juros cobradas pelas Instituições Financeiras foram consideradas como os principais dificultadores. Um número relevante de entrevistados desconhece o produto FINAME, e que por meio desta linha de crédito oferecida pelo BNDES que é uma empresa federal, pode-se conseguir financiamentos com custo anual menor em relação aos outros produtos existentes no mercado financeiro.

Sabe-se que as taxas de juros cobradas pelo mercado financeiro são balizadas pela taxa SELIC e, portanto, não serão oferecidos financiamentos com taxa abaixo de 18,95% a.a. que é o valor atual, sendo assim, a TJLP que é utilizada para o produto FINAME torna-se vantajosa, tendo em vista que em termos atuais está em 9,75% a.a.

Propõe-se, ainda, maior divulgação da linha de crédito FINAME por parte das Instituições Financeiras e do governo federal. Para que um maior número de micro e pequenos empresários pudessem se beneficiar, seria necessário também que houvesse mais facilidade para a contratação do produto, diminuindo a quantidade de exigências e facilitando o acesso para a contratação do produto.

Outra consideração relevante é a necessidade de criação de um banco de dados que centralizasse todas as certidões negativas dos órgãos federais, estaduais e municipais.

Referências

BEDÊ, Marco Aurélio. Ricardo. SANTOS, Carlos Alberto (org.): *Sistema Financeiro e as Micro e Pequenas Empresas, Diagnósticos e Perspectivas*. 2 ed. Sebrae, Brasília: 2004. p. 46 a 57.

CARVALHO, Carlos Eduardo & ABRAMOVAY, Ricardo. SANTOS, Carlos Alberto (org.): *Sistema Financeiro e as Micro e Pequenas Empresas, Diagnósticos e Perspectivas*. 2 ed. Sebrae, Brasília: 2004. p 17 a 45.

FORTUNA, Eduardo: *Mercado Financeiro*. São Paulo: 15 ed. Qualitymark, 2002.

GADET, Françoise, HAK, Tony: *Por Uma Análise Automática de Discurso: uma Introdução à Obra de Michael Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani et al. 3 ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

OKAMOTTO, Paulo; SANTOS, Carlos Alberto (org.): *Sistema Financeiro e as Micro e Pequenas Empresas, Diagnósticos e Perspectivas*. 2 ed. Sebrae, Brasília: 2004. p.11 a 12.

Legislação Consultada

Lei Federal 1.628 de 20 de Junho de 1952.

Lei Federal 7.256 de 27 de Novembro de 1984.

Lei Federal 8.864 de 28 de Março de 1994.

Lei Federal 9.317 de 05 de Dezembro de 1996.

Lei Federal 9.841 de 05 de Outubro de 1999.

Pesquisa a Sítios

www.bndes.gov.br, acesso em 5 de Janeiro de 2005.

www.sebrae.com.br, acesso em 19 de abril de 2006.

Lesões Causadas por Extravasamento de Quimioterápicos

Juliana da Silva

Graduando em Enfermagem pelo Centro Universitário Nove de Julho
julydsilva@ig.com.br

Helena Mitsuko Kishi

Diretora Técnica do Serviço de Saúde e Enfermagem Médica Cirúrgica do HSPE, Especialista em Administração Hospitalar, TLS pela Faculdade de medicina do ABC, Licenciatura Plena de Enfermagem pela PUC-SP, Curso de Capacitação/Qualificação do PICC Adulto e Infantil pela Universidade Insusion Therapy Systems EUA

Resumo

Abordar um tema essencial trabalhado especificamente pela enfermagem ao setor de quimioterapia que é a prevenção ao extravasamento de quimioterápicos e lesões causadas pelos mesmos e como tratá-los quando extravasados. A infiltração de drogas nos tecidos adjacentes à área puncionada, (definição de extravasamento de quimioterápicos), traz como consequência muitas seqüelas, dependendo do tipo da droga, sua concentração e o volume extravasados. Destacando a via de administração endovenosa, a via mais utilizada, por veias periféricas ou sob infusão contínua, considerada que a equipe de enfermagem após treinamento é que devem ser administradas como medidas de proteção e prevenção venosas de paciente, escolha de veias de grande calibre, punção na parte do membro superior, forma de fixação adequada do dispositivo de punção, procedimento pré e pós administração de quimioterápicos, antineoplásico e seqüência da administração: vesicantes, irritantes e não irritantes, valorização das queixas dos pacientes.

Descritores

Quimioterapia- Lesão Quimioterápica por Extravasamento, Antineoplásicos, Prevenção-Lesões Quimioterápicas.

Abstrat

Specifically to approach a worked essential subject for the nursing to the chemotherapy sector that is the prevention to the extravasations of quimioterapicos and injuries caused for the same ones and as to treat them when extravasations. The infiltration of drugs in adjacent fabrics to the punched area, (definition of extravasations of quimioterapicos), brings as consequences many extravasations sequels, depending of the type of drug, its concentration and the volume. Detaching the way of endovenosa administration, the used way more, for peripheral veins or under infusion she continues, considered that the nursing team after training is that they must be managed as measured of protection and prevention that must be adopted as: election of venoso access, evaluation of venosas conditions of the patient , choice of veins of great bore, punção in the part of the superior member, form of adequate setting of the punção device, procedure daily pay and after administration of the quimioterapico, antineoplasico and sequence of the administration: vesicant , irritating and note irritating, valuation of the complaints of the patients.

Describer

Chemotherapy- quimioterapica injury for extravasation, antineoplasicos, Prevention- quimioterapia injuries.

Lesões Causadas por Extravasamento de Quimioterápicos

Introdução

O primeiro quimioterápico antineoplásico foi desenvolvido a partir do gás mostarda, usado nas duas Guerras Mundiais, como arma química. Após a exposição de soldados a este agente, observou-se que eles desenvolveram hipoplasia medular e linfóide, o que o levou a ser utilizado no tratamento de linfomas malignos. (Almeida, 2004).

A quimioterapia antineoplásica, ou seja, a utilização de agentes químicos isoladas ou em combinação, com o objetivo de tratar tumores malignos, tem se tornado uma das mais importantes e promissoras maneiras de combater o câncer. É uma modalidade de tratamento sistêmico da doença, que contrasta com a cirurgia e a radioterapia (Bonassa, 2005).

A quimioterapia é o método que utiliza composto químico, chamado quimioterápico, no tratamento de doença causada por agentes biológicos. Quando aplicado ao câncer, a quimioterapia é chamada de quimioterapia antineoplásica ou quimioterapia antitumoral. (Smeltzer, Brenda, 2002).

Os agentes utilizados no tratamento do câncer afetam tanto as células normais como as células neoplásicas, porém, eles acarretam maior dano às células malignas do que às tecidos normais, devido as diferenças quantitativas entre os processos metabólicos dessas duas populações celulares. (Almeida, 2004).

A quimioterapia pode causar profundas alterações sobre a pele produzindo uma variedade de mudança. Dentre as alterações freqüentemente observadas temos alteração de textura, cor, reação de hipersensibilidade e alteração de sensibilidade ao longo do trajeto venoso do vaso escolhido para infusão endovenosa, também pode ocorrer reações locais que variam desde desconforto passageiro até quadros de tromboflebite. (Oliveira, 2004).

A incidência de extravasamento de drogas vesicantes é provavelmente sub-reportada.

Trabalhos realizados por Lavghlin e Cols, Ignoffo e Friedman mostram uma ocorrência de 0,5% a 5% em pacientes que recebem a quimioterapia através de veia periférica. Segundo Brothers a incidência é maior em Ports (6,4%). Alguns fatores aumentam o risco de extravasamento em aplicações periféricas: o uso de veias pequenas e frágeis, erro técnico de venopunção, local de venopunção inadequado, linfadenectomia axilar, erro na administração... (Bonassa, 2005).

Todo agente quimioterápico só deve ser administrado por profissionais com treinamento especializado para tal procedimento, estes devem conhecer o funcionamento básico das substâncias a serem administradas, sendo um princípio importante na prevenção do extravasamento. (Barros, 1991).

Para prevenir potenciais lesões por extravasamento, a quimioterapia vesicante deve ser dada com cautela a pacientes com veia de má qualidade ou que forem receber drogas com infusão prolongada no decorrer de vários dias. Na maioria dos casos, pode ser preferível, em tais pacientes, que recebam um cateter venoso central, ou seja, colocado um dispositivo de acesso antes de iniciar o tratamento. Isto não somente evita uma potencial lesão por extravasamento, mas também preserva o acesso às veias de um paciente para retirada de sangue. (Libbos, 1995).

Lesões necróticas podem ocorrer no local da administração venosa de quimioterapia, podendo ocorrer tardiamente, são progressivas e podem requerer tratamento cirúrgico, podendo ser evitada pela equipe de enfermagem com profissionais especializados em punção venosa. (Cipriano, 2001).

A flebite geralmente ocorre quando há administração rápida de quimioterápicos antineoplásicos irritantes, ou são administrados em vias de pequeno calibre. Os sintomas são dor local, hepiremia, endurecimento e/ou escurecimento do trajeto venoso. (Bonassa, 2005).

Além disso, medidas para manutenção do acesso venoso periférico, prevenção e redução de complicações locais relacionadas à terapia intravenosa é uma preocupação constante da equipe de enfermagem, que leva em consideração o tipo de solução a ser infundida, o estado de saúde-doença do paciente, a duração prevista da terapia intravenosa, a idade do paciente e sua preferência quanto ao local de inserção, evitando assim os extravasamentos.

Métodos

Para alcançar os objetivos deste estudo, utilizamos como pesquisa a bibliografia em fontes secundárias. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir do material já elaborado, constituído por meio magnéticos e eletrônicos, procurando explicar situações a partir das referências teóricas publicadas, sendo a intenção de recolher os conhecimentos a cerca desta, constituindo-se no processo básico para os estudos monográficos.

Alguns conceitos básicos tem de ser definidos para completo entendimento dos temas que serão analisados neste capítulo até porque de sua análise surgirá e desenvolverá toda a semântica a ser abordada. Tumor é uma modificação tecidual ocasionada por qualquer tipo celular. Tumor benigno: é limitado, reversível e determinado por tipo celular inespecífico.

Tumor maligno é limitado, irreversível e determinado por tipo celular específico. Todo tumor maligno é formado por uma célula que deveria ser normal, mas que sofreu uma mutação induzida por qualquer agente físico, químico ou biológico, transformando-a em uma célula anormal com um novo ritmo biológico e funções diferentes das originais. Geralmente um tumor surge e se desenvolve devido aos seguintes fatores: presença de oncogênese, ausência de gen supressor do tumor, pelos dois mecanismos. (Barros, 2004).

A revisão bibliográfica ressalta a importância de prevenção na administração dos quimioterápicos devido as lesões causadas por extravasamento.

O tratamento quimioterápico ocasiona toxicidade dermatológica local e sistêmica.

A toxicidade local ocorre nos tecidos circunvizinhos à área de aplicação da droga, nesse grupo podemos incluir as seguintes alterações: flebite, urticária, dor, eritema, descoloração venosa e necrose tecidual secundária ao extravasamento.

Os efeitos tóxicos locais variam desde em desconforto passageiro na área de aplicação da droga até quadros de necrose tissular severa, com comprometimento irreversível dos nervos e tendões. As reações mais graves são os extravasamentos de drogas vesicantes nos tecidos vizinhos à veia puncionada.

Considerando o exemplo da pesquisa pura e o da aplicada, o ponto de partida para ambas é o levantamento bibliográfico de tudo que já foi pesquisado a respeito do tema.

Apresenta como vantagens, a possibilidade de conhecer profundamente no tema, sem pesquisá-lo diretamente.

Para realização do trabalho bibliográfico, utiliza-se métodos rigorosos, com etapa minuciosamente planejadas a fim de levantar os maiores números de dados atualizados e fidedignos possível.

As fontes são:

Consulta a base de dados LILACS, acessando pela Bireme (Biblioteca Regional de Medicina) e site de busca na internet (GOOGLE, CADÊ e UOL) utilizando palavra chave como extravasamento, drogas vesicantes, lesões por extravasamento, protocolo de quimioterapia, tratamento de lesões quimioterápicas.

Pesquisas em bibliotecas, em livros de oncologia e quimioterapia, em revistas científicas dos últimos 10 anos, realizado literatura através de seus resumos.

Leitura atenta e interpretativa.

Elaborar resenhas e resumos. Após as etapas elaboramos o relatório final da pesquisa. Os principais aspectos referentes às convergências e divergências entre os textos levantados.

Desenvolvimento

Observa-se atualmente, o aumento gradativo da incidência do câncer em todo os países, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a cada ano os tumores atingem pelo menos 9 milhões de pessoas e levam a óbito cerca de 5 milhões em todo o mundo, constituindo atualmente a segunda causa de morte por doença na maioria dos países, após as doenças cardiovasculares.

O câncer é o nome dado ao conjunto de mais de cem doenças que têm em comum o crescimento desordenado (maligno) de células que invadem os tecidos e os órgãos, podendo espalhar-se ocasionando metástase para outras regiões do corpo em órgãos distantes. Dividindo-se rapidamente essas células tendem a ser agressivas e com um crescimento incontrolável, determinando a formação de tumores, acúmulo de células cancerosas, ou neoplasias malignas. Por outro lado, um tumor benigno significa simplesmente uma massa localizada de células que se multiplicam vagarosamente e se assemelham ao seu tecido original, raramente constituindo um risco de vida.

Existem inúmeros agentes ao desenvolvimento do câncer. Físicos (radiação), químicos (inúmeros) e virais (4,9,10). Todos estes são elementos que modificam a estrutura do ADN-ARN, por atuação direta ou indireta. Desta forma o ritmo biológico celular é modificado, a célula não amadurece tornando-se mutante ou imatura, perdendo suas características funcionais e originais do tecido ao qual pertencia. Neste momento, se não identificada como célula anormal e eliminada pelo sistema de defesa imunológico, ela se auto-perpetua transformando-se em um clone celular maligno. Existem vários genes com mutações, rearranjos cromossômiais associadas a neoplasias, principalmente de origem hematológica. Aliás, a identificação destas translocações, rearranjos e outras aberrações cromossômiais tem servido de base para diagnosticar, subclassificar e até mesmo como orientação de tratamento e fator de prognóstico, principalmente nas hemopatias malignas.

A quimioterapia é um tratamento que consiste na administração de drogas químicas, que eliminam as células cancerígenas interferindo diretamente no ciclo celular, bloqueando uma seqüência metabólica e com isto impedindo a divisão ou amadurecimento celular levando a célula conseqüentemente a morte.

A Sociedade de Enfermagem Oncológica dos Estados Unidos (Oncology Nurse Society- O N S) recomenda que a administração de quimioterápicos seja feita exclusivamente por enfermeiros oncológicos, de forma a garantir um elevado padrão de qualidade. (Bonassa, 2005).

No Brasil o Conselho Federal de Enfermagem, através da Resolução 257/2001 determina ao enfermeiro a administração de drogas quimioterápicas, ressaltando que técnicas e auxiliares de enfermagem não poderão assumir esse procedimento em hipótese alguma. Ressalta que esses profissionais somente poderão assumir o controle de infusão do quimioterápico em apoio operacional ao enfermeiro desde que sejam rigorosamente observados as seguintes situações:

- Presença do enfermeiro no setor durante o tempo de infusão;
- O enfermeiro instalará ou desinstalará a infusão determinando o gotejamento;
- O enfermeiro capacitará os técnicos e auxiliares de enfermagem para o procedimento de controle de infusão, assumindo toda e qualquer responsabilidade por intercorrências. (Site do COREN- SP).

As drogas antineoplásicas podem ser administradas através das seguintes vias: oral, intramuscular, subcutânea, intra-arterial, intratecal, intrapleural, intraperitoneal, intravesical, intracavitária e tópica.

Qualquer que seja a via de aplicação, certos cuidados são fundamentais:

- Atenção rigorosa à prescrição médica com o nome da droga, dose, via de aplicação e identificação completa do paciente.
- Aos aspectos de segurança relativos ao preparo dos quimioterápicos;
- Rigores de assepsia e as medidas de proteção ao operador são também importantes e indispensáveis durante todo o processo de aplicação dos antineoplásicos.

O enfermeiro deve ser informado a respeito da velocidade de aplicação: algumas drogas podem ser administradas em um a dois minutos, enquanto outras requerem uma infusão bem mais lenta.

A via endovenosa é a mais comum de administração, sendo ela mais segura no que se refere o nível sérico da droga e sua absorção.

Durante a administração de vários quimioterápicos é útil a injeção de 100 ml de solução salina ou glicosada para a limpeza do acesso venoso periférico.

Temos dois tipos de drogas, as irritantes e as vesicantes; as drogas irritantes devem ser administradas por último, sendo aquela que produz dor, reação na veia com ou sem resposta da pele, mas sem danos para os tecidos. O paciente refere sensação de queimadura e desconforto local, podem ocorrer flebite e trombose. A diluição da droga e a infusão através de uma veia calibrosa diminuem o efeito irritante.

As drogas vesicantes promovem a destruição dos tecidos, quando há extravasamento, a perda de substância, podendo ocorrer a reação nas primeiras 4 horas ou de uma a duas semanas após o acidente, tendo a sua recuperação tecidual lenta.

Sintomas de extravasamento podem surgir durante a infusão da droga ou alguns dias depois, por isso todas as queixas referentes a desconforto local devem ser avaliadas. Perguntar ao paciente se há sensação de queimação ou dor durante a infusão da droga permite o diagnóstico precoce do extravasamento dos quimioterápicos.

A infusão dos quimioterápicos deve ser interrompida quando houver edema, hepiremia e parada do retorno venoso. A agulha deve ser removida, o local pressionado e o equipo descartado.

Das Responsabilidades Profissionais

Escolha da veia para administração de Antineoplásicos

O número de veias íntegras disponíveis podem estar limitados devido a injeção intravenosa anteriores.

- Para evitar a infiltração e flebite química escolha veias grandes e calibrosas.
 - Crianças e idosos desnutridos e debilitados possuem veias frágeis e exigem maior cuidado ao serem puncionados.
 - Evitar puncionar: membros edemaciados, com próteses, distúrbios sensoriais e motores, devido ao comprometimento da circulação local.
 - Evitar membros inferiores, pois o retorno venoso é mais difícil.
 - Membros com múltiplas punções, podem aumentar o risco de extravasamento.
 - Membros com flebites aumentam a possibilidade de piora das lesões anteriores.
 - Membros irradiados, são mais propensos a desenvolverem reações locais.
 - Membros correspondentes a mastectomia, há comprometimento da circulação sanguínea local.
-

- Evitar as veias calibrosas da fossa anticubital, pois é difícil detectar infiltração, além disso é o local onde são retirados sangue para análise laboratorial e exames. Punções repetidas para quimioterapia podem causar flebite.
- Prefira as veias do antebraço distantes das juntas (cotovelo e punho) e onde há tecidos moles. Avalie se as condições das veias das mãos são melhores que as veias do antebraço.
- Veias afetadas por flebite química são inadequadas para aplicação de antineoplásicos.
- Evite o excesso de esparadrapo que pode causar a retardar a detecção precoce de extravasamento.
- Evite utilizar veia que já está puncionada. Puncione veia nova para iniciar o tratamento. Para reduzir o risco de deslocamento introduza a agulha completamente dentro da veia.
- Puncionadores venosos (scalp, jelco, catéteres) devem ser de calibre compatível com o tamanho do calibre da veia. Caso contrário, ocorrerá flebite mecânica e química.
- Agulhas de calibre 23 traumatizam menos a veia permitindo melhor fluxo sanguíneo ao seu redor e são menos dolorosas a punção. Porém, a escolha do puncionador venoso periférico depende do objetivo da infusão e da condição da veia.
- Troque de veia caso haja sinal de dor, má infusão, hepiremia, endureção, edema ou cordão fibroso palpável no trajeto venoso.

Administração de Antineoplásicos

- Lave as mãos e utilize luvas de látex descartáveis e avental de proteção frontalmente fechado, com mangas longas e punho ajustado, quando administrar quimioterápicos.
 - Orientar o paciente para manter (se possível) o braço e mão imóvel durante a administração do quimioterápico.
 - Independente de ser uma administração por infusão contínua ou bolus/ push, inicie a infusão com soro puro. Após certificar-se de boa punção, aplique o antiemético e/ ou outros medicamentos, diluídos em pelo menos 100 ml de soro.
 - Testar retorno venoso
 - A administração por infusão, o quimioterápico deve ser diluído em soro. Pode ser infusão contínua curta (30 min a 1 hora) ou prolongada (2, 6, 12, 24 horas).
 - Evite administrar mais de um quimioterápico simultaneamente, devido aos riscos de incompatibilidade ou reações.
 - A administração por aplicação direta (bolus/ push) e feita em pelo menos 10 a 15 min, através do infusor lateral do equipo de soro ou polifix ou torneirinha, utilizando SG 5% ou SF 0,9%, mantendo o soro aberto.
 - Verifique a correta posição da agulha pelo retorno do sangue (neste caso o equipo de soro deve ser fechado).
 - Proteger o infusor lateral ou adaptador do polifix ou torneirinha com algodão embebido em álcool 70%, durante a aplicação do quimioterápico procedendo assim até o final, pois pode ocorrer vazamento ou saída de gotículas.
 - Injetar 2 ml do quimioterápico pelo orifício lateral do equipo ou polifix ou torneirinha, sem interromper o fluxo do soro que deverá ser rápido garantindo uma diluição mais adequada, observando se há edema no local ou dor.
 - Deixe correr mais ou menos 10 ml de soro rápido antes de continuar injetando novamente o quimioterápico, e assim sucessivamente até o final da aplicação.
 - Checar o retorno venoso a cada 2 ml de quimioterápico infundido.
 - Após cada quimioterápico aplicado, lavar a veia com no mínimo 50 ml de soro.
 - Orientar o paciente que em caso de dor e queimação, avisar imediatamente.
 - No caso de infusão contínua é preferível utilizar bomba de infusão para controle do gotejamento.
 - Administre um antineoplásico por vez e utilize uma veia exclusiva para esta finalidade.
 - Não administre antineoplásico juntamente com sangue ou hemoderivados.
-

Infiltração

Extravasamento ou infiltração é a saída involuntária de medicamentos intravenosos para o tecido subcutâneo ao redor do local que foi feita a punção venosa.

Os antineoplásicos podem não ser vesicantes, e quando extravasados levam a uma irritação local sem perda de tecido que regride em poucas horas ou em alguns dias.

Os antineoplásicos vesicantes, quando extravasados causam danos mais graves: eritema, dor, calor, bolhas, endurecimento e ulceração com necrose severa dos tecidos, podendo danificar músculos, tendões e vasos subjacentes, levando a perda de movimento. Na maioria das vezes é necessário um desbridamento e até um enxerto.

Mesmo quando a aplicação é efetuada com todo o cuidado a infiltração, embora rara, pode ocorrer.

Ações de Enfermagem diante de um extravasamento quimioterápico vesicante

- Interromper imediatamente a infusão, sem retirar o dispositivo de punção venosa.
- Adaptar uma seringa ao dispositivo de punção venosa para tentar aspirar o sangue e com isso a medicação remanescente existente, e parte dela extravasada para o tecido. Muitas vezes não se consegue aspirar sangue.
- Remover o dispositivo de punção venosa, elevar o membro acima do nível do coração.
- Procure iniciar o tratamento no local imediatamente, conforme o protocolo da central de quimioterapia de cada Instituição.
- A aplicação de gelo no local por 20 minutos no mínimo 4 vezes ao dia, por 48 horas, a intenção é propiciar uma vasoconstrição local, o que retardaria a expansão da droga para os tecidos vizinhos, diminuindo o metabolismo celular e conseqüentemente absorção do quimioterápico. Nos intervalos o paciente é orientado para passar creme corticóide a 1% para reduzir a reação inflamatória, dor e limitar o processo de ulceração e necrose.
- Após 48 horas iniciamos aplicação de calor no local por 20 minutos, no mínimo 4 vezes ao dia, por 3 dias consecutivos ou mais. Nos intervalos e principalmente antes de deitar passar o creme corticóide a 1%.
- Puncionar outra veia utilizando soro puro e outro equipo, e só após certificar-se de punção venosa segura, reiniciar a infusão do quimioterápico.
- Anotar o ocorrido no prontuário do paciente especificando a droga extravasada, quantia, local, intervenção efetuada, orientações dadas ao paciente, não deixando de avisar o médico.
- Imprescindível avaliar diariamente a evolução do processo inflamatório. Por vezes há intensa dor no local da infiltração, hipertemia, necessitando de medicação analgésica, antibióticos e antiinflamatórios.
- Em muitos casos dependendo do volume extravasado ou concentração (quimioterápico vesicante), podem ocorrer danos não só aos tecidos, mas também aos nervos e tendões. Necessitando de desbridamento e até enxertia.

Sinais sugestivos de Extravasamento

- Diminuição ou parada do fluxo do soro.
 - Aumento da resistência à infusão do quimioterápico.
 - Dor, queimação, agulhada.
 - Edema ou eritema.
 - Diminuição ou parada do retorno venoso.
-

Objetivo

Identificar as causas mais freqüentes do extravasamento que provocam as mais variadas lesões com vários tipos de sinais e sintomas, causados muitas vezes pela incompatibilidade da droga com o sangue, veias e capilares. Analisar os cuidados prestados pelo pessoal da enfermagem e planejar assistência de enfermagem na prevenção e após o extravasamento.

Referências Bibliográficas

- 1-ADAMI, Nilce Piva; BAPTISTA, Alessandra Rodrigues; FONSECA, Semlma Montosa; PAIVA, Débora Resende dos Santos. Extravasamento de Drogas Antineoplásicas-Notificação e Cuidados Prestados, São Paulo, Brasil. Revista Brasileira de Cancerologia. P. 143-151, Fev/Mac. 2001.
 - 2-SILVA, Ana Cristina Pereira; BASTOS, Eunice Sousa Camargo; CASTRO, Isabel de Ribeiro; MARTIN, Dionize, Montanho; RADOVICH, Nanci, Maria Ferraz; OLIVEIRA, Marci, Pinto, Pazz. Manejo dos Problemas à Quimioterapia pela equipe de Enfermagem, São Paulo, Brasil, Revista da Sociedade Brasileira de Cancerologia, p. 15 a 19, Agosto/ Setembro 2004.
 - 3-BARROS, Ivo Monteiro; Profissionais Especializados em Administração de Drogas Neoplásicas, Foz do Iguaçu, Brasil. Revista Biossegurança Hospitalar, p. 22 a 24, Abril/ Junho 2003.
 - 4-WALMIR, Barros; Cautela na Escolha de Acesso para Drogas Antineoplásicas; Rio de Janeiro, Brasil. Revista Oncologia Prática, p. 06 a 09 Dezembro 1991.
 - 5-GÓES, Pedro; RUSSO, Hamilton; Classificação de Manifestações Decorrentes do Extravasamento de Quimioterapia, Revista Prática Hospitalar 2003, p. 30 a 33, Jan/ Fev 2003.
 - 6-CIPRIANO, Samuel; Segurança do Paciente na Infusão Venosa de Drogas Vesicantes, Manual de Oncologia Clínica, São Paulo, Brasil, p. 89 a 92, Ed. Arts Médicas 2004.
 - 7- MACHORRO,MV, Zertone RCG. A Enfermagem e os Riscos Ocupacionais no Serviço de Quimioterapia.Revista da escola Ana Nery 1999, 3 (3):105-144.
 - 8- GUEDES,MHA, Branco ABA. Exposição Ocupacional aos Agentes Antineoplásicos em Hospitais do Distrito Federal. Revista de Saúde do Distrito federal 2000. 11: 45-52.
 - 9- SOARES<J,Almeida L.A., Gazzì, O, Soares R, Lima TG. Condições Básicas para uma central de Quimioterapia. Manual de Enfermagem Oncológica, São Paulo: Fundação Oncocentro, 1996, 73-74.
 - 10- CARVALHO, RM, et. al. Acesso Venoso Central de Longa Duração. Experiência com 79 cateteres em 66 pacientes. Medicina. Ribeirão Preto, 31: 9-101, Jan/Mar 1999.
 - 11- MURAD, André Marcio/Kats,Artur. Oncologia bases clínicas do tratamento. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara Koogan SA, 1996.
 - 12- CAETANO, Norival. Guia de remédios. 5ª ed. São Paulo, Ed Escala, 2001.
 - 13- SOUZA, Sonia regina. Enfermagem médico cirúrgico. Rio de Janeiro, Ed Ruchmau&Affonsi editores, 2001.
 - 14- LUTE, Mamede Prudêncio Carvalho. Câncer diagnóstico e tratamento. São Paulo, Ed. Plus artes, 1999.
 - 15- AYAUB, Andréa Cotaut, et.al. Planejando os cuidados na enfermagem oncológica. São Paulo, Ed. Lemar, 2000.
 - 16- LOPES, Ademar et. al. Oncologia para graduação. Ribeirão Preto, São Paulo, Ed Tecmedd, 2005.
 - 17- CLARK, Jane C. Enfermagem oncológica: um currículo básico. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 1997.
 - 18- GUIMARÃES,Q.R. José. Manual de oncologia. São Paulo, Ed. BBS, 2004.
 - 19- DELGADO, G.L. Síndrome da toxicidade precoce da quimioterapia antineoplásica. Sorocaba, São Paulo, 1998.
 - 20- ALMEIDA, José Ricardo Chambum. Farmacêuticos em oncologia uma nova realidade. São Paulo. Ed. Atheneu, 2004.
 - 21- Manual de condutas diagnósticas e terapêuticas em oncologia.Fundação Antônio Prudente- Hospital A.C. Camargo, 1996.
 - 22- Ações de enfermagem para controle do câncer. Rio de Janeiro, Pró- Onco Fundação Prudente Antônio de Moraes, 1995.
-

- 23- SILVA, A.C.P da. Extravasamento de drogas vesicantes: relato de experiência. Ver. Paul. Enf., v. 11, n 1, p. 27-29, 1992.
 - 24- COIMBRA, R; SOUZA, D. Notas de Fitoterapia. 2 ed. Rio de Janeiro, 1958, p. 171-172.
 - 25- Prática Hospitalar- ano III n° 17. Set/Out 2001. Pg. 51-55.
 - 26- Journal of Clinical Nursing. Vol.14. Aug 2005. Pg. 876 doi: 10:1111
 - 27- Gine-Web: Revista Científica/ Scientific Topics. Quimioterápicos. Nov 1996.
 - 28- Hospital do Câncer de São Paulo: www.hcancer.org.br
 - 29- Instituto da Câncer Dr° Arnaldo Vieira de carvalho: www.icavc.com.br.
 - 30- Hospital do Câncer de Barretos: www.hcancerbarretos.com.br
 - 31- Hospital Oswaldo Cruz: www.havc.com.br
 - 32- Hospital Albert Einstein: www.einstein.br
 - 33- Hospital São Paulo: www.unifesp.br
 - 34- ONCOCENTRO: www.fosp.saude.sp.gov.br
 - 35- COREN-SP: www.corensp.org.br
-

Congruência: Tomás de Aquino & Søren A. Kierkegaard

Cristian Ribeiro de Oliveira
Professor e Mestrando em Filosofia pela PUC-SP,
leciona Filosofia, Ética Empresarial, Metodologia Científica.

Resumo

O presente artigo prima realizar um comparativo entre dois pensadores cristão, são eles, o Teólogo e filósofo Italiano Santo Tomás de Aquino, e o filósofo dinamarquês Soeren Aabye Kierkegaard. Ofertar, ainda que de forma limitada, uma introdução ousada à temática do Amor é uma premissa forte desse trabalho. Os dois pensadores, que apesar dos séculos que os separam, trazem em seus pensamentos uma similaridade ímpar, quer seja por serem pensadores cristãos; quer seja por serem filósofos na sua solene expressão. O sustentáculo dos dois pensadores para a análise, que aqui será esmiuçada, provém das escrituras evangélicas que tratam do Amor e do pecado, a saber, a Carta Paulina aos Coríntios e o Sermão do discípulo Pedro. Como foco de pesquisa nos limitamos à análise do Amor como profilaxia dos erros, ou seja, o Amor cobre uma multiplicidade de pecados.

Palavras chave

Amor, Perdão, Caridade, Amor Cristão.

Abstract

This Article press conduct a comparison between two Christian thinkers, they, the Teólogo Italian Santo Thomas Aquino, and filósofo Danish Soeren Aabye Kierkegaard. Offer, even in a limited way, a bold introduction to the theme of Love is a strong premise of this work. The two thinkers, that despite the centuries that separate, bring their thoughts in an odd similarity, either because they are Christian thinkers, either because they are philosophers in his solemn expression. The basis of the two thinkers to the analysis, that there will be analyze, comes from scriptures evangelical dealing of Love and of sin, namely *Paulina* Letter and the Sermon of the disciple Peter. As focus of the search limit to the analysis of Love as prophylaxis of errors, the Love covers a multitude of sins.

Keywords

Love, Forgiveness, Charity, Christian Love.

Congruência: Tomás de Aquino & Søren A. Kierkegaard

Considerações Iniciais

O amor é paciente, é benigno, o amor não arde
em ciúmes ... Não se ressentido do mal

O presente trabalho é um comparativo entre o artigo VI da questão XXV da 2ª parte da 2ª parte da Suma de Teologia, escrita por Tomás de Aquino, e o capítulo V da segunda série do livro As obras do Amor, escrito por Soeren Aabye Kierkegaard. Pretendemos ofertar, ainda que de forma limitada, uma introdução ousada à consonância desses dois grandes pensadores. Dois homens, que apesar dos séculos que os separam, trazem em seus pensamentos uma similaridade ímpar, quer seja por serem pensadores cristãos; quer seja por serem filósofos na sua mais solene expressão.

O sustentáculo dos dois pensadores para os escritos que aqui serão analisados provém das escrituras evangélicas que tratam do amor e do pecado, a saber, a carta paulina aos Coríntios e o sermão de Pedro. Como foco de pesquisa limitamo-nos à análise do amor como profilaxia dos erros, partindo dos seguintes princípios: a premissa kierkegaardiana, retirada do evangelho, de que o amor cobre uma multiplicidade de pecados e da indagação, presente na Suma de teologia, se devemos amar os pecadores com caridade.

Assim sendo dividiu-se o trabalho em três capítulos: o primeiro capítulo é uma introdução ao pensamento kierkegaardiano sobre a expressão evangélica usada pelo discípulo Pedro: o amor pode cobrir uma multidão de pecados; o segundo capítulo discorrerá sobre a indagação de Tomás de Aquino: se devemos amar os pecadores com caridade; enfim no terceiro capítulo constarão as conclusões tiradas na presente pesquisa.

Estamos ciente de nossas limitações, no entanto, esperamos ter obtido um resultado admissível, ainda que não tenhamos atingido a profundidade merecida pela riqueza que o assunto oferta. Temos a convicção de que o escrito aqui apresentado despertou-nos o desejo por futuros estudos, o que possibilitará examinarmos, com mais propriedade a harmonia que há entre o pensamento de Tomás de Aquino e Kierkegaardiano.

O Amor: Profilaxia aos Pecados

Tende antes de tudo ardente amor uns para com os outros, Por que o amor cobre uma multidão de pecados

Iniciamos o presente capítulo tendo como premissa que, para Kierkegaard, o amor oferta confiança, ou seja, aquele que ama por ser tal como ele é torna o outro confiante, isso se dá devido à força de franqueza que o amor esparge em sua simples presença; as pessoas são atraídas pelo "amoroso" pois que pela sua confiança ele expulsa o temor oriundo da desconfiança.

Assim Kierkegaard inicia seus escritos acerca da máxima evangélica: o amor cobre uma multiplicidade de pecados (1Pedro 4:8). Aquele que ama quando salva o outro do sofrimento, salva a si no mesmo momento em que é o salvador, mas o "amoroso" não pensa em si mesmo já que o seu elã é transmitir a confiança que detém e salvar a outra pessoa do sofrimento.

Todavia não pensemos que aquele que ama é esquecido por não pensar em si por amor a outrem; por não preocupar-se com sua própria dor, preocupado que está em sanar a dor da outra pessoa; por esquecer a sua própria miséria para apaziguar a penúria do outro; "Que ainda esquece o que ele mesmo perde para pensar no que o outro perde" (OA, V - 317). Sinceramente não é esquecido tal ser humano. Há alguém que pensa nele: o Amor! Se Deus é amor, como poderia Ele esquecer o homem que esquece a si próprio por amor? Quando o ser humano não pensa em si mesmo por amor, Deus pensa nele.

O egoísta faz uma celeuma para atrair a atenção para si e assim não sofrer o esquecimento dos outros, contudo é esquecido, mas o amoroso que esquece a si próprio é lembrado pelo amor, daí provém que o que ama recebe aquilo que dá. Assim, o amor redobra-se em si próprio; o amor cobre a multidão de pecados.

Aprofundando na máxima evangélica, Kierkegaard faz uma análise minuciosa da importância que o homem dá as descobertas sobre o caráter dos outros nos dias atuais:

Hoje todos os homens são conhecedores da humanidade (...) se alguém descobriu quão bondosos no fundo quase todos os indivíduos são, ele nem ousará revelar sua descoberta... Em contrapartida, se um homem finge ter descoberto quão abjetos são os homens no fundo... então ele sabe, envaidecido, que é bem vindo e que o mundo está ávido para ouvir o resultado de sua observação (...) (OA, V - 320).

O homem moderno cobiça descobrir os erros e quanto mais os desvenda mais eles aparecem. O desvio moral é, em grande parte, vaidosa relação de comparação com o mundo e com as outras pessoas.

Nessa análise dos interesses de descobertas Kierkegaard esclarece que o mundo admira com astúcia a compreensão do mal, porém, duto é conhecer o bem. Aquele que ama não interpreta o mal e nem se angustia por tal, ele detém a inocência tenra em relação a isso. Há uma grandiosidade majestosa e ao mesmo tempo infantil presente naquele que ama, um algo tenro e solene em nada descobrir; e isso encobre uma multidão de pecados. Consoante uma pessoa que diante de um cão ferido, mal cheiroso, aterrador consegue vislumbrar a beleza ao menos nos dentes caninos encobrendo assim as outras imperfeições, o que ama vislumbra o bem e cobre a multidão de pecados. Kierkegaard recorre ao exemplo de Cristo para exemplificar sua teoria baseada, na máxima de que o amor cobre uma multidão de pecados:

Imagina Cristo naquele momento em que ele comparece diante do conselho; imagina a multidão furiosa (...) imagina então quantos olhares estavam dirigidos para ele, esperando tão-somente que ele lhes dirigisse o olhar para que até esta expressão pudesse transmitir... seu escárnio contra o acusado! (...) pensa em todos os insultos, em todas as injúrias, em todos os sarcasmos que lhe foram lançados (...) Mas Ele nada descobria; em seu amor, encobria a multidão dos pecados - ao não descobrir nada. (OA, V - 324).

Ainda:

O amor cobre a multidão dos pecados; pois quando ele não pode impedir-se de ver e ouvir, ele cobre ao se calar, ao dar uma explicação amenizante, ao perdoar. O amor cobre a multidão dos pecados em se calando. (OA, V - 325).

Seguindo em sua explicação de como o amor cobre a multidão dos pecados, Kierkegaard recorre ao perdão como eficaz meio de apagar o que não se pode negar ter sido pecado. Com belíssima particularidade, ele mostra-nos como o amor luta de todas as maneiras para cobrir a multiplicidade de pecados e enfatiza, no ápice de sua explanação, que o perdão é o meio mais extraordinário usado pelo amor. O perdão elimina o pecado perdoado!

O que ama vê o pecado que ele perdoa, e acredita que o perdão o suprime. Para um melhor esclarecimento de como o perdão liquida o pecado, Kierkegaard usa a seguinte expressão: "que aquilo que se vê, ao ser perdoado acabe não sendo visto" (OA, V - 332). Com isso não se pretende dar a entender que por perdoar, o pecado simplesmente sumiu, pois, bem sabemos que ele existiu; é visível, mas, por confiar e por franqueza o indivíduo que ama, ao perdoar, faz o pecado ser coberto.

De acordo com as escrituras: o que Deus perdoa, está escondido atrás de suas costas . Com isso pretende-se esclarecer que o amoroso perdoa, esquece, suprime o pecado, ele se volta, com amor, para aquele a que ele perdoa; ao voltar-se para o perdoado ele não pode ver o que se encontra às suas costas.

O amor impede que o erro aconteça, pois ele o sufoca em seu nascimento. O impedimento do erro por parte do amor se dá porque o ato de errar necessita de uma ocasião para surgir e o amor não oferta ao erro terreno propício à sua messe.

Em suma, Kierkegaard mostra-nos que bem-aventurança está presente naquele que ama, pois que se recusando a fornecer ocasião ao erro, ele cobre a multidão dos pecados.

Deve-se amar os pecadores com caridade

(...) devemos odiar nos pecadores o serem tais,

e amá-los como homens, capazes da beatitude.

Na questão XXV da 2ª parte da 2ª parte da Suma de Teologia, há o artigo VI intitulado: Se devemos amar aos pecadores com caridade. O mesmo divide-se em cinco argumentos iniciais; um em contrário a estes; uma solução e cinco respostas aos argumentos iniciais. Os cinco primeiros parágrafos procuram validar a discussão que se segue:

Parece que os pecadores não devem ser amados com caridade. (S.T. IIª IIª, Q. XXV, Art. VI).

Assim o primeiro argumento baseia na Escritura a sua justificativa: "Tenho odiado os iníquos". Essa frase provém do personagem bíblico Davi, que de acordo com Tomás de Aquino, tinha caridade. Logo, se o personagem bíblico que se destacava por ter caridade expressava-se dessa forma em relação aos iníquos conclui-se que, com caridade devemos odiar os pecadores, ao invés de amá-los.

O segundo, de forma taxativa, afirma que os pecadores não devem ser amados com caridade. Para chegar a essa conclusão recorre-se, de novo, ao texto dos Salmos como sustentáculo: "Pela manhã entregava à morte todos os pecadores da terra". Assim, como as obras de amor são provas de amizade, para com os que pecam, os justos, não praticam obras de amor para os que pecam, mas obras de ódio.

O terceiro trata do desejo de querer bem aos amigos como decorrência da amizade. Recorrendo aos santos como exemplo de caridade a ser seguido por todos, e como os mesmos desejam, com caridade, males para os que pecam (Salmo 9,18), o argumento conclui: os pecadores não devem ser amados com caridade.

O quarto utiliza-se de um fascinante raciocínio lógico. Inicia-se o argumento com o sentimento que impera na amizade em querer e alegrar-se com a mesma coisa, que é próprio dos amigos. Ora se os justos não se comprazem no mal, pois, tem caridade, eles não podem querer e alegrar-se com as mesmas coisas que os pecadores aspiram; logo, os pecadores não devem ser amados com caridade.

O quinto recorre a Aristóteles para justificar-se. Diz o filósofo grego: é próprio dos amigos terem convivência (Ética a Nicômaco VIII, 5). Ora, se não há afinidade entre os justos e os pecadores não há convivência entre ambos; antes segue-se o conselho da Escritura: "Saí do meio deles" (2 Cor. 6,17).

Em contrário aos cinco argumentos Tomás recorre a Agostinho. Diz padre da igreja: "Amará o teu próximo; é claro que se deve considerar todo homem como próximo" (Doutrina Cristã, I, cap. 30). Assim como os que pecam são seres humanos e o ato de errar não lhes tira a natureza humana, os pecadores devem ser amados com caridade.

A partir desse argumento em contrário Tomás mostra sua tomada de posição na alternativa. Na sua solução ele formula uma distinção entre dois aspectos a serem considerados no pecador e que vai permitir rebater os cinco primeiros argumentos. Inicia-se a "solução" com a seguinte premissa em que se formula a aludida distinção:

Podemos considerar no pecador: a natureza e a culpa. Pela natureza que receberam de Deus, são capazes da beatitude, na participação da qual se funda a caridade... Portanto, considerada a natureza deles, devem ser amados com caridade. (Suma de Teologia, II^a II^a a, questão XXV, artigo VI, solução).

Contudo, salienta Tomás, devemos repudiar o erro presente naquele que assim procedeu; "devemos odiar nos pecadores o serem tais e amá-los como homens, capazes de beatitude" (Suma de Teologia, II^a II^a a, questão XXV, artigo VI).

Nas respostas aos argumentos Tomás mostra como se devem interpretar as passagens da Escritura recorrendo à distinção formulada. Em resposta ao primeiro Tomás escreve: "Ora, pela mesma razão com que odiamos o mal de alguém, amamo-lhe o bem" (Suma de Teologia, questão XXV, artigo VI, resposta ao 1º argumento).

Em resposta ao segundo Tomás de Aquino assim procede: "Não devemos privar dos benefícios da amizade os amigos que pecam... antes devemos auxiliá-los para recuperarem a virtude". (Suma de Teologia, questão XXV, artigo VI, resposta ao argumento 2º.).

Na resposta ao terceiro Tomás esclarece que o desejo de punição deve referir-se à remoção da culpa e não à própria pena, ou seja, que os homens permaneçam e que os pecados sejam destruídos.

A resposta ao quarto segue da seguinte forma: não se ama os que erram por querer o que eles querem, ou seja, o erro mas para trazê-los às aspirações do bem que prevalecem nos que amam a virtude e o bem.

Ao quinto argumento Tomás de Aquino responde da seguinte forma: Os que amam, por não temerem ser pervertidos pelo erro, devem procurar o convívio com os que erram com a intenção de convertê-los ao bem.

(In)Congruência

Após a apresentação das interpretações verifica-se que há certa semelhança entre as duas posturas, essa similaridade de pensamento se dá certamente pelo fato de ambos os pensadores inteirarem-se no quadro do Cristianismo. Todavia os estilos usados pelos pensadores aqui apresentados são muito distintos. Enquanto em Kierkegaard verifica-se uma construção literária que em suas entrelinhas apela à subjetividade, ao poético, ao psicológico, em Tomás de Aquino a apresentação é predominantemente escolástico - dialética.

Søren Aabye Kierkegaard floresceu numa época em que o romantismo predominava em quase todos os campos do pensamento. A influência da filosofia romântica em seu pensamento é inegável e isso faz com que suas interpretações sejam mais "psicológicas". As aspirações predominantes em sua Filosofia é a subjetividade, ou seja, é o indivíduo concreto que vive o *hinc et nunc* e o sentimento romântico é predominante em seus escritos. Assim verificam-se "As Obras do Amor" como uma representação fiel da escrita romântica kierkegaardiana. No entanto essa forma de construção literária difere da apresentação de Tomás de Aquino.

Não é possível expressar o método deste em uma palavra, mas, cremos que uma definição serve de coerência ao seu estilo: da dialética escolardo século XIII, onde há uso de citações (autoridades). É extraordinária a sua faculdade de expressar em poucas e bem escolhidas palavras a verdade recolhida de uma multidão de opiniões que em muitas das vezes são antagônicas e diversas. Nos seus escritos percebemos que na Filosofia os argumentos baseados na "autoridade" são de importância secundária, pois, a Filosofia não preocupa-se em saber o que dizem os homens mas, em conhecer a verdade. O estilo de Tomás de Aquino é um mediano entre a expressividade rude de alguns escolásticos e a elegância de João de Salisbury. O estilo de Tomás de Aquino é, em suma, exato, breve e pleno.

Assim surge a indagação: há possibilidade de congruência entre Tomás de Aquino e Søren Aabye Kierkegaard? De fato os estilos são incongruentes mas a forma como ambos abordaram a problemática entre amor e pecado são coerentes, sabemos que o caminho trilhado pelos dois pensadores tem o cristianismo como base, ainda que um tenha a interpretação católica e o outro o protestantismo pietista. Há talvez uma convergência mais precisa a propósito de Tomás abordado por Kierkegaard, para, assim como para este o amor cobre (esquece de lado) o pecado, também para Tomás (segundo Agostinho) ama-se no pecador sua parte boa (ser humano capaz de beatitude) e deixa-se de lado, como inaceitável, o mal representado pela conduta pecaminosa.

Bibliografia

KIERKEGAARD, Soeren A. As obras do amor. Petrópolis: Vozes, 2005.

AQUINO, Tomás de. Suma Teológica - 2ª parte da 2ª parte - questões 23 - 46 - Da caridade. Tradução de Alexandre Correia. São Paulo: Faculdade de Filosofia "Sedes Sapientiae", 1956.

J.-P. Torrell, Iniciação a Santo Tomás de Aquino. São Paulo: Loyola, 1999.

Resenhas

Introdução ao Brasil Um Banquete no Trópico

MOTA, Lourenço Dantas (organizador). *Introdução ao Brasil. Um Banquete no Trópico*. 4a. edição. São Paulo: Senac, 2004. 420 p. ISBN 85-7359-100-5.

Ricardo Meirelles

Professor e Doutorando em Letras pela FFLCH/USP e editor da Revista de Tradução Modelo 19, leciona Português Instrumental, Leitura e Produção de Texto, Tecnologias de Comunicação e Informação e Cultura e Realidade Brasileira

Hoje em dia, o acesso ao conhecimento contido nos ditos livros clássicos está cada vez mais inalcançável; ninguém mais diz ter paciência para ler as grandes obras da literatura ocidental, como *O Capital*, de Karl Marx, ou *A Comédia Humana*, de Honoré de Balzac. Sobre os clássicos tupiniquins então, o conhecimento é cada vez mais desprezado e fragmentado, pouco se sabe e muito menos se leu sobre Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freire, e cada vez menos as escolas fazem seus alunos lerem esses livros e autores.

Todo cidadão tem o direito de conhecer a história da sua cultura e da sua civilização, para o estudante de Ciências Humanas, como a Administração de Empresas ou o Direito, é imprescindível um conhecimento básico sobre a cultura e a sociedade que o cerca, para melhor se desenvolver dentro da sua especialidade. Este livro, *Introdução ao Brasil – Um Banquete no Trópico*, organizado pelo professor Lourenço Dantas Mota, é um verdadeiro compêndio do conhecimento sobre a cultura e a civilização brasileiras, apresentando suas principais obras literárias.

O objetivo deste livro é introduzir ao leitor ao conhecimento do Brasil – sua formação histórica, seu povo, sua sociedade, sua cultura, sua economia, suas instituições. O caminho escolhido para isso foi apresentar, na forma de extensas resenhas, feitas por renomados especialistas, um conjunto de dezenove obras clássicas desde os *Sermões*, do padre Vieira, por João Adolfo Hansen, até *A Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes, por Gabriel Cohn, passando, por *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, por Walnice Nogueira Galvão, *Casa-grande & Senzala*, de Gilberto Freire, por Élide Rugai Bastos, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, por Basílio Sallum Jr., *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, por José Roberto do Amaral Lapa, e *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, por Francisco de Oliveira. Obras que são tratadas ao mesmo tempo quase como se acabassem de ser publicadas e à luz do que veio depois.

A intenção é que essa reunião - que de certa forma apaga o tempo e coloca lado a lado autores de épocas diferentes - tome a forma de um banquete no sentido do diálogo platônico do mesmo nome. Lá se discute o amor, aqui o Brasil. Neste livro estão presentes as discussões sobre a nossa condição de país tropical e mestiço, o sentido e as características da colonização, a escravidão e suas conseqüências, o subdesenvolvimento, a influência da família patriarcal, a formação de nossa literatura, e ainda os debates sobre temas como patrimonialismo, estamento, país real versus país legal, conciliação.

Estudo de Caso – Planejamento e Métodos

YIN, Robert k. Estudo de Caso - planejamento e métodos. 2a Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001, 205p.

Rafael Anunciato Neto

Pedagogo, consultor e pesquisador nas áreas de Recursos Humanos e Educação. Especialista em Recursos Humanos e Planejamento Empresarial e Mestre em Administração, leciona Mercado de Trabalho e faz orientação de estágios.

O propósito central do livro é desvendar as formas de condução do estudo de caso, considerado cada estratégia de pesquisa, bem como as suas vantagens e desvantagens.

“O estudo de caso é apenas uma das muitas maneiras de se fazer pesquisa em ciências sociais” (p.19), entretanto é um método inigualável na compreensão dos fenômenos políticos, sociais, organizacionais e do indivíduo. O método é uma estratégia preferida dos pesquisadores que tem pouco controle dos eventos da pesquisa, pois contribui de forma significativa na compreensão de processos complexos.

O fator mais importante para se diferenciar as questões estratégicas de uma pesquisa é identificar a questão que será examinada, considerando três propósitos: exploratório, descritivo ou explanatório. “O estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo - com a lógica de planejamento, incorporando abordagens específicas à coleta de dados e à análise de dados” (p.33), quanto mais fácil à estratégia da pesquisa, mais difícil à realização.

Existem dois tipos de estudo de caso, o único e/ou múltiplo, apresentando-se de forma holística ou incorporada (ex: várias unidades de uma organização). O caso único se justifica por ser um evento raro ou exclusivo, ser revelador ou representa o teste de uma teoria. Um estudo pode incorporar mais de um caso único, se ocorrer ele deve ser tratado como múltiplo.

Yin defende a posição de que um projeto de pesquisa deve unir os dados a serem coletados com as questões iniciais, tratando de quatro problemas básicos, a saber: o que estudar, quais dados são importantes, o que coletar e como analisar os dados.

Os projetos de estudo de caso devem conter no mínimo cinco elementos importantes que são: as questões do estudo, as proposições, o objeto da análise, a lógica a ser utilizada para unir os dados com as proposições e critérios para evidenciar as descobertas.

A construção de uma estrutura teórica, revisitando a literatura relacionada com o tema é um fator determinante no sucesso do projeto de pesquisa. A coleta de evidências pode ser realizada através de documentos, registros em arquivos, entrevistas, observação direta/participante e artefatos físicos. Enquanto que a análise consiste na categorização dos dados, recombinação de evidências com base nas proposições iniciais da pesquisa. O relatório de um estudo de caso não segue um modelo predeterminado devido a sua natureza incerta.

O livro é um guia de construção de estudos científicos baseados no Método de Caso. O texto apresenta os principais conceitos, processos, aplicação, metodologia e críticas. Inúmeras ‘dicas’ são relatadas durante o texto esclarecendo de forma didática e objetiva os passos e cuidados necessários para realizar um estudo de caso.

Normas editoriais para publicação

A *Revista Santa Rita* tem por finalidade publicar artigos acadêmicos de seus professores, seus alunos e outros colaboradores no intuito de difundir o conhecimento, promover a integração acadêmica e estabelecer um espaço no qual o professor possa manifestar o resultado sua produção intelectual e profissional. A *Revista Santa Rita* é publicada semestralmente e sua difusão é tanto interna quanto externa.

Os textos enviados serão submetidos ao Corpo Editorial, que dispõe de plena autoridade sobre a conveniência da publicação e poderá decidir pela aceitação ou não do trabalho e eventualmente sugerir alterações de estrutura ou conteúdo ao(s) autor(es). As idéias e conceitos serão de exclusiva responsabilidade de seus autores, não refletindo, obrigatoriamente, a opinião da revista.

Os trabalhos deverão ser entregues em disquete - de preferência em Word 6.0 ou maior - sem qualquer tipo de formatação, acompanhados de uma cópia impressa em lauda padrão; ou deverão ser enviados para o endereço eletrônico: revistasantarita@gmail.com, gravados em formato .doc e acompanhados por uma autorização de publicação em separado que deverá ser ratificada após a aceitação do trabalho.

O envio dos trabalhos implica a cessão imediata e sem ônus dos direitos de publicação para a revista. O autor continua a deter todos os direitos autorais para publicações posteriores do artigo, devendo, se possível, fazer constar a referência à publicação na revista.

Os créditos dos autores deverão ser apresentados abaixo do título do trabalho, contendo nome do(s) autor(es), nome da instituição de origem, titulação e profissão.

Os textos deverão ser regidos de acordo com as normas da ABNT, digitados em fonte Arial 12, com espaçamento 1½, justificado. As margens devem ser: superior 3 cm; inferior 2 cm; esquerda 3 cm; direita 2 cm. As notas explicativas devem ser apresentadas no final do texto. Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos bem como a exatidão das referências bibliográficas e toda a revisão ortográfica são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es).

O artigo deverá ser estruturado da seguinte forma: título, créditos, resumo e palavras-chave (e os seus correspondentes em outra língua - inglês, francês, espanhol ou alemão) e o texto, que poderá se esturar em: considerações iniciais (temática, justificativa, objetivos e metodologia), argumentação teórica, resultados, considerações finais, referências bibliográficas, notas de fim.

As citações com mais de 5 linhas, devem aparecer em parágrafo recuado, com espaço 1 e fonte 10, seguidas de parêntese contendo o sobrenome do autor do referido texto em letras maiúsculas, ano de publicação e página do texto citado; as com menos de 3 linhas devem ser incorporadas ao texto, entre aspas.

Os artigos devem ter no mínimo 2.500 e no máximo 25.000 palavras, e as resenhas, no máximo 1.000 palavras. O resumo deve ter no máximo 300 palavras. As ilustrações devem vir prontas para serem impressas - dentro do padrão geral do texto e no espaço a elas destinado - e deverão ser identificadas com título ou legenda. As referências bibliográficas devem estar de acordo com as normas da ABNT (NBR 6023), por exemplo:

Livros no todo:

SELESKOVITCH, Danica & LEDERER, Marianne. *Interpréter Pour Traduire*. 1.ed. Paris: Didier Érudition, 1984.

Partes de livros:

PINTO, Álvaro Vieira. "A definição da pesquisa científica". Em *Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979. p. 441-459.

Trechos em obra coletiva:

SEWELL, Penelope & HIGGINS, Ian. Introduction. In: SEWELL, Penelope & HIGGINS, Ian (eds.), *Teaching Translation in Universities. Present and Future Perspectives*, London: CILT, 1996. p. 9-14.

Artigos de periódicos:

CHESTERMAN, Andrew. From 'Is' to 'Ought': Laws, Norms and Strategies in *Translation Studies*. Target, Amsterdam, v. 5.1, p. 1-20, 1993.

O Corpo Editorial não se obriga a publicar toda e qualquer colaboração que lhe for remetida. Os textos que não estiverem de acordo com as Normas Editoriais serão devolvidos para que sejam feitas as devidas alterações. Os trabalhos recusados serão devolvidos aos autores desde que requeridos.

Apoio Cultural: